



**Poltécnico
de Viseu**

Escola Superior
de Educação
de Viseu

PV - ESEV Ano

Relatório Final de Estágio na PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos

Ana Filipa Félix Pereira

Relatório Final de Estágio na PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos

Ana Filipa Félix Pereira

Julho, 2024



**Politécnico
de Viseu**

Escola Superior
de Educação
de Viseu

Relatório Final de Estágio na PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos

Ana Filipa Félix Pereira

Relatório de Estágio

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco

Trabalho efetuado sob a orientação da Professora Doutora Maria João Amante e
Professora Doutora Susana Fonseca

Julho, 2024

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE CIENTÍFICA

Ana Filipa Félix Pereira n.º 12976 do curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco declara sob compromisso de honra, que a dissertação/trabalho de projeto/relatório final de estágio é inédito e foi especialmente escrito para este efeito.

Viseu, 4 de julho de 2024

O aluno, Ana Filipa Félix Pereira

RESUMO:

A ideia de proteção da infância “é uma aquisição civilizacional relativamente recente, que começou a ganhar forma à luz das mudanças sociais, económicas e demográficas nas sociedades nascidas da industrialização no século XIX, marcadas pela emergência de uma ideologia de progresso, riqueza e bem-estar” (Carvalho & Fernandes, 2021, p. 425). O que somos hoje está muito relacionado com o que vivemos e aprendemos na infância acerca de nós, dos outros e do mundo que nos rodeia; as pessoas significativas da nossa vida (pais, avós, irmãos, educadores, professores, amigos, etc.), contribuíram, também, para a construção da nossa essência.

Este estágio teve como objetivo maior conhecer o acolhimento residencial e o pós-acolhimento através das lentes e da atuação de quem tem uma perspetiva mais macro, conhecendo o sistema de acolhimento residencial no seu todo e realizando uma intervenção transversal a todas as Casas de Acolhimento, ainda que cada realidade seja única.

Os três eixos da PAJE – apoiar jovens ex-acolhidos, melhorar o perfil de saída e consciencialização para a temática, foram os pilares orientadores do estágio, tendo sido o mote para o desenvolvimento das diversas atividades realizadas.

Para além de ser verificar, até então, a necessidade de melhorar o funcionamento e organização das Casas de Acolhimento e a inexistência, em grande número, de retaguarda dos jovens que saem do acolhimento é, também, fundamental consciencializar a sociedade em geral, trabalhar a mudança de mentalidades e chegar, ainda mais perto, dos decisores políticos e desafiá-los a mudanças legislativas que beneficiem o desenvolvimento destas crianças e jovens.

Palavras-chave: infância, família, experiências adversas, acolhimento residencial

ABSTRACT:

The idea of child protection “is a relatively recente civilizational acquisition, which began to take shape in the light of social, economic and demographic changes in societies born of industrialization in the 19th century, marked by the emergence of na ideology of progresso, wealth and well-being” (Carvalho & Fernandes, 2021, p. 425). What we are today is closely related to what we experienced and learned in childhood about ourselves, others and the world around us; the significant people in our lives (parents, grandparents, siblings, educators, teachers, friends, etc.) also contributed to the construction of our essence.

This internship had the main objctive of getting to know residencial care and post-care through the lenses and actions of those who have a more macro perspective, getting to know the residencial care system as a whole and carrying out a transversal intervention across all Care Homes, even though each reality is unique.

The three axes of PAJE – supporting young former sheltered, improving the exit profile and raising awareness of the topic, quere the guiding pillars of the internship, having been the motto for the development of the various activities carried out.

In addition to verifying, until then, the need to improve the functioning and organization of Shelter Homes and the lack, in large nunmbers, of backing for young people leaving foster care it is also essencial to raise awareness in society in general, work to changing mentalities and getting even closer to political decision-makers and challenging them to make legislative changes that benefit the development of these children and young people.

Key words: childhood, family, adverse experiences, residencial care

AGRADECIMENTOS

Como diz António Torrado, no seu livro, “O mundo dá muita volta”, de facto, quando iniciei este curso, não me passou, sequer, pela cabeça, como poderia ser bafejada pela sorte de encontrar pessoas e experimentar vivências que o tornassem tão completo, quer a nível de aprendizagem e crescimento pessoal, como de emoções e sentimentos.

Em primeiro lugar, agradeço às minhas Orientadoras de Estágio, Professora Doutora Maria João Amante e Professora Doutora Susana Fonseca, que, para além de estarem sempre presentes, me encorajaram e incentivaram a percorrer este caminho.

Porque me acolheu desde o primeiro contacto e sem me conhecer, agradeço, profundamente, ao Professor Doutor João Pedro Gaspar, que, na qualidade de Supervisor de Estágio, mentor e coordenador da PAJE, me permitiu experiências tão ricas e marcantes que me proporcionaram um imenso crescimento pessoal e profissional e me deu a conhecer o mundo do acolhimento e uma realidade vista por outro prisma; na qualidade de amigo (tenho-o como tal), agradeço todas as palavras de conforto, incentivo e confiança nos momentos mais delicados e, como diz Jorge Palma, “enquanto houver estrada para andar, a gente vai continuar”.

Ao Professor Doutor Edgar Campos que demonstrou sempre disponibilidade para ouvir as minhas questões e teve sempre uma palavra de encorajamento quando, por vezes, as dúvidas me assombravam.

À Cristina Romano que conheci há menos de um ano, mas foi “amor à primeira vista”; companheira de lutas, medos e anseios e companheira das noites em que se escreveu este relatório.

Às colegas de estágio na PAJE, Maria Medeiros e Sandrina Pereira, com quem partilhei a execução de algumas tarefas e algumas das vivências mais marcantes com os jovens em acolhimento.

Ao Bruno, que apesar de não compreender, algumas vezes, as minhas ausências e de as reclamar, teve sempre um “estou do teu lado” para me dizer e sempre acreditou que seria possível chegar aqui.

Às “minhas” colaboradoras que sempre fizeram de tudo para que as minhas ausências fossem pouco notadas e sempre se preocuparam em criar condições para que o trabalho fluísse.

À minha família, que, apesar não saberem a dimensão e a importância que este trabalho assume no meu percurso, tiveram sempre uma palavra de alento nos momentos mais exigentes.

Como não poderia deixar de ser, um agradecimento às meninas que conheci durante este percurso e que, desde o primeiro momento, abriram a porta e deixaram-me entrar nos seus mundos, marcados pelas mais diversas atrocidades, escondidas atrás de um olhar de soslaio e de um sorriso embaraçado, mas cativante.

Por fim, e não menos especial, a ti, avó Dolores, que partiste antes me de ver concluir esta etapa, o teu colo continua a aconchegar-me e eu sei que “há um sítio lá ao pé do sol, onde eu te vou encontrar!

A cada um de vós... Bem Haja!!

DEDICATÓRIA

A decisão é minha!

Hoje pus o pé na estrada
E não sei pra onde ir
Eu nem sequer sei decidir
O que hei de fazer, mal ou bem

Há tantas portas abertas
E eu não sei escolher
Eu nem sequer sei entender
Quem dera encontrar alguém

Mas qualquer coisa me diz
Que eu não estou sozinho
Diz-me se eu for por aqui
Há de haver caminho

PAJE é o que é
É sempre alguém que ao meu lado caminha
O destino pode destinar,
Mas a decisão é minha

Tantos abraços abrigo
Que eu fui encontrar
Eu vi o futuro a chegar
Alguém que parou pra me ouvir

Tantas conversas de nada
Com muito a dizer
O importante é eu saber
Que alguém me ajuda a perseguir

Olho pra trás a sorrir
E está bem presente
Houve alguém que me ensinou
A olhar pra a frente

PAJE é o que é
É sempre alguém que ao meu lado caminha
O destino pode destinar,
Mas a decisão é minha

Sebastião Antunes, 2024

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

AR – Acolhimento Residencial

C/J – Criança(s) e Jovens(s)

CA – Casa(s) de Acolhimento

CDC – Convenção dos Direitos das Crianças

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRP – Constituição da República Portuguesa

DL – Decreto-Lei

E.G. – Por exemplo

EAI – Experiências Adversas na Infância

EEI – Educação Especial e Inclusiva

FCP – Futebol Clube do Porto

IAC – Instituto de Apoio à Criança

OTM – Organização Tutelar de Menores

PMJNP – Prémio Maria José Nogueira Pinto

LISTA DE ACRÓNIMOS

ASA – Associazione Soliodarietà Adiozioni

CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CONFAP - Confederação Nacional das Associações de Pais

ESEV – Escola Superior de Educação de Viseu

ILS - Independent Living Skills

INTRAC – International Research on Transitions to Adulthood from Care

IPI – Intervenção Precoce na Infância

ONU – Organização das Nações Unidas

PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens Ex(acolhidos)

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

SNIPi – Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

UNICEF – United Nations International Children’s Emergency Fund

ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS	xii
ÍNDICE DE FIGURAS	xiii
INTRODUÇÃO	14
1. Enquadramento teórico	16
1.1. Infância: o conceito	18
1.2. A Família como um sistema	21
1.3. Experiências Adversas na Infância	24
1.4. Crianças e Jovens em risco – enquadramento legal	27
1.5. Sistema de Promoção e Proteção – Enquadramento jurídico	31
1.6. Respostas Sociais para o Acolhimento de Crianças e Jovens	34
1.7. O Acolhimento Residencial	39
2. ENQUADRAMENTO DO CONTEXTO DE ESTÁGIO	42
2.1. Caracterização da PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos	42
2.2. Principais Projetos desenvolvidos pela PAJE	44
2.2.1. Voar para a Autonomia	44
2.2.2. Semana Real(izada)	45
2.2.3. Um Jeito Feliz de (Ha)ver (a) Vida	46
2.2.4. Escolas SITI – Escolas Sensibilizadas para a Importância do Trauma Infantil	46
2.2.5. Ser Acolhido... para Saber Acolher	47
3. PRÁTICA DO ESTÁGIO NO CONTEXTO	49
3.1. Diagnóstico	49
3.2. Planeamento	51
3.3. Implementação	52
3.4. Eixos de intervenção:	54
3.4.1. Apoiar Ex-acolhidos:	55
3.4.1.1. Atividades desenvolvidas neste eixo de intervenção:	55
3.4.2. Melhorar o perfil de saída:	58
3.4.2.1. Atividades desenvolvidas neste eixo de intervenção:	58
3.4.3. Consciencialização para a temática:	62
3.4.3.1. Atividades desenvolvidas neste eixo de intervenção:	62
3.4.4. Colaboração nas várias iniciativas	66
3.4.4.1. Atividades desenvolvidas neste eixo:	66

3.4.5. Atividades/iniciativas propostas pela estagiária	68
3.4.5.1. Atividades/iniciativas propostas e realizadas:	68
3.5. Avaliação	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTAS PARA O FUTURO	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
ANEXOS	87
Anexo A – Plano de Estágio.....	87
Anexo B – Folhas de presença.....	109
Anexo C – História, Eixos de Intervenção da PAJE e Principais Projetos ...	116
ANEXO D – Recolha de dados para o “Terapeuta de referência”	118
Anexo E – Principais ideias retiradas da reunião com o Dr. Carlos Rosón (IGAXES).....	123
Anexo F – <i>Projeto Escolas SITI – Sensibilizadas para a Importância do Trauma na Infância</i> submetido ao Prémio Maria José Nogueira Pinto.....	124
Anexo G – <i>Semana Real(izada)</i> submetido ao Prémio Maria José Nogueira Pinto	126
Anexo H – Informação geral acerca do Projeto (I)BRIDE - ASA.....	128
Anexo I – Informação acerca da PAJE enviada para a ASA	129
Anexo J – Informação da PAJE na candidatura submetida do (I)BRIDE	135
Anexo K – Independent Living Skills (ILS) – Thematic Group (INTRAC)....	137
Anexo L – Projeto “Passaporte para a Autonomia”	138
Anexo M – Cartaz de divulgação da Comemoração do Dia do Acolhimento	139
Anexo N – Identificação da Comissão Organizadora do Dia do Acolhimento	140
Anexo O – PowerPoint de apresentação no Dia do Acolhimento.....	141
Anexo P – Certificado de participação no Dia do Acolhimento	143
Anexo Q – Brindes para os intervenientes da Comemoração do Dia do Acolhimento	144
Anexo R – Moldura e papel de parede da Comemoração do Dia do Acolhimento	145
Anexo S – Formulário de inscrição na comemoração do Dia do Acolhimento	146
Anexo T – Questionário de satisfação da Comemoração do Dia do Acolhimento	149
Anexo U – PowerPoint para apresentação da PAJE	152

Anexo V – PowerPoint para apresentação do projeto Escolas SITI – Sensibilizadas para a Importância do Trauma no Seminário de Educação Especial e Inclusiva, da ESEV	155
Anexo W – PowerPoint elaborado para a apresentação da PAJE no Seminário organizado no âmbito da UC de Temas da Cultura Contemporânea da Licenciatura de Educação Social, do Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo – ISCE	158
Anexo X – Texto da Newsletter de novembro de 2023 a fevereiro de 2024 escritos pela estagiária.....	165
Anexo Y – Texto da Newsletter de março de a maio de 2024 escritos pela estagiária	166
Anexo Z – Caminhada Solidária da PAJE	172
Anexo AA – Novos flyers de divulgação da PAJE.....	173
Anexo AC – Concertos Solidários da PAJE	176
Anexo AD – Resumo submetido para apresentação no Simpósio de EEI... 178	
Anexo AE – Apresentação do Projeto <i>Escolas SITI</i> no Simpósio de EEI, da ESEV.....	179
Anexo AF – Apresentação do livro “O que se passa na infância fica na infância”	187
Anexo AG – Listagem dos CAFAP em Portugal.....	188
Anexo AH – Livro de Honra da PAJE	190
Anexo AI – Decoração do novo espaço da PAJE	191
Anexo AJ – Inauguração oficial do novo espaço da PAJE	193
Anexo AK – Fotos tiradas com a moldura de Natal no Jantar Solidário de Natal da PAJE	194
Anexo AL – Roll up da PAJE.....	195
Anexo AM – Hino da PAJE – “A decisão é minha”	196
Anexo AN – Camisola autografada e oferecida por Cláudio Ramos do FCP	197
Anexo AO – Caixa de donativos.....	199
Anexo AP – Publicação nas redes sociais.....	200
Anexo AQ - Respostas ao questionário de satisfação relativo à Comemoração do Dia do Acolhimento.....	201

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Análise SWOT do contexto de estágio

Tabela 2 – Cronograma de atividades desenvolvidas no estágio

Tabela 3 – Grau de execução das atividades

Tabela 4 – Grau de alcance dos objetivos

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Experiências adversas na infância/experiências adversas na comunidade –
The Pair of ACES (Adverse Childhood Experiences/Adverse Community Environments)

INTRODUÇÃO

O relatório consiste em estruturar o processo contínuo desde as fases de diagnóstico, de aplicação e de obtenção dos resultados. É conveniente ressaltar não só as conclusões e os resultados positivos, mas também apontar as fraquezas encontradas no decorrer do projeto. O objeto do relatório consiste em proporcionar informação às pessoas envolvidas e ajudá-las a utilizá-la. É fundamental que o relatório constitua um processo dinâmico (Serrano, 2008, p. 113).

Segundo Gomes (2021), atualmente, a criança é olhada como um ser, um indivíduo dotado de certas competências ainda antes do seu nascimento. Sendo que o seu desenvolvimento cognitivo e afetivo assumem relativa importância, a criança é identificada como uma pessoa com dimensão psicológica, acabando por ser encarada como um(a) indivíduo(a) com direitos.

No entanto, “convivemos bem de perto com histórias de adversidade e com os seus efeitos, mas muitas vezes não os vemos, não os reconhecemos, e tanto do essencial fica, mesmo, invisível aos olhos” (PAJE, s. d., p. 1).

Na perspetiva de Camacho (2012, cit. por Ferreira, 2023, p. 15) “o acolhimento residencial é uma medida imposta, na vida da criança, quando há uma rutura no processo de crescimento ou quando a família não corresponde às necessidades afetivas, de segurança e dignidade”.

O AR de crianças e jovens em perigo torna-se benéfico quando não existem alternativas com qualidades que possam proporcionar à criança ou ao jovem uma estruturação de forma organizada.

As crianças acolhidas fazem parte do grupo que se personifica como vulnerável na capacidade de mentalização e no processo de construção de narrativas sobre si mesmo e sobre os outros em que o próprio olhar para o mundo que os rodeia se torna diferente comparativamente às crianças que crescem num mundo estável e proporcionador do bem-estar e desenvolvimento integral (Fernandes, 2021, p. 11).

Contudo, o acolhimento residencial não traduz, necessariamente, uma estagnação da vida, pois pode tornar-se num espaço de crescimento físico, emocional e social.

A saída destes jovens adultos do acolhimento residencial que, em alguns casos, a instituição foi a única casa que conheceram, assume-se como um acontecimento importante e com grande impacto, verificando-se a necessidade de apoio a vários níveis para que, ao continuar o percurso fora da CA, possam fazê-lo de forma equilibrada.

A intervenção da PAJE também passa por proporcionar uma melhor integração dos jovens adultos na sociedade e a aquisição de competências de autonomia, aquando do contacto com a vida autónoma e sem retaguarda, estes se sentem perdidos e sem rumo.

Baseando-se nesta contextualização e com o objetivo de conhecer e entrar no mundo das crianças e jovens em risco e na realidade do acolhimento residencial, a prática do estágio foi realizada na PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens Ex(acolhidos), permitindo o contacto com diversas realidades e formas de intervir, bem como a integração em alguns projetos internacionais, cujo enfoque principal é a promoção e defesa dos direitos das crianças.

O presente Relatório tem como finalidade sistematizar o trabalho desenvolvido ao longo de oito meses e encontra-se estruturado em três partes distintas: o Enquadramento Teórico, onde são abordados temas que serviram de mote para a componente do estágio; o Enquadramento do Contexto, onde se encontra a caracterização da PAJE, bem como os principais projetos desenvolvidos e conquistas alcançadas e a Prática do Estágio no Contexto, onde se procede à descrição de todo o trabalho realizado no decorrer no estágio.

Na parte final do Relatório de Estágio, encontram-se as Considerações finais, onde é elaborada uma reflexão acerca das melhorias e avanços necessários para garantir a defesa dos direitos das crianças e onde são referidas algumas propostas para o futuro.

1. Enquadramento teórico

“O que se passa na infância não fica na infância”

João Pedro Gaspar

Os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento da criança, pois é o momento mais favorável para o seu pleno desenvolvimento a diversos níveis, nomeadamente a capacidade de crescer, de aprender e estabelecer relações saudáveis. Nesta fase, as relações de afeto entre um adulto e uma criança, são cruciais para potenciar o desenvolvimento do cérebro, a saúde mental e o bem-estar da criança (<https://www.unicef.pt/a-importancia-dos-primeiros-anos-de-vida/>).

“A primeira infância apresenta uma janela incomparável de oportunidades para fazer a diferença na vida de uma criança. As intervenções certas no momento certo podem neutralizar potenciais desigualdades sociais e impulsionar o desenvolvimento da criança” (<https://www.unicef.pt/a-importancia-dos-primeiros-anos-de-vida/>).

Segundo o artigo 27º da Convenção dos Direitos da Criança:

A criança tem direito a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. Cabe aos pais a principal responsabilidade primordial de lhe assegurar um nível de vida adequado. O Estado tem o dever de tomar medidas para que esta responsabilidade possa ser - e seja - assumida. A responsabilidade do Estado pode incluir uma ajuda material aos pais e aos seus filhos.

Shonkoff (2007-2024, p. 15) defende que os primeiros anos de vida são determinantes, pois o que ocorre nesta fase de desenvolvimento faz diferença para o resto da vida; a ciência diz-nos o que devemos proporcionar às crianças e como devemos protegê-las para assegurar a promoção do seu desenvolvimento saudável.

Proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento infantil é mais eficaz do que tratar, posteriormente, o impacto das adversidades iniciais. Nesse seguimento, potenciar uma abordagem emocional, social e cognitiva equilibrada, permitirá que todas as crianças se desenvolvam mais preparadas para enfrentar o futuro (Heckman, 2007, p. 13)

Assim, ao refletirmos sobre o futuro e os seus desafios, é, de certa forma, refletir sobre os jovens e dar enfoque à forma como as ações presentes e futuras interferem na população jovem (Alvares, 2022).

A qualidade dos laços emocionais que se desenvolvem precocemente na ligação com figuras afetivamente importantes, com laços de sangue ou não, assumem uma posição determinante no desenvolvimento do autoconceito, da autoestima e no desenvolvimento emocional, social e cognitivo do sujeito (DeKlyen & Greenberg, 2008; Mclean, 2013, cit. por Pacheco & Canário, 2021, p. 59).

Segundo Greenberg (1999; Sroufe et al, 1999, cit. por Pacheco & Canário, 2021, p. 60), são vários os estudos que nos mostram que uma vinculação insegura pode manifestar-se como uma fator de risco, mesmo que seja pouco específico para determinadas perturbações e/ou dificuldades tardias. Aliás, os mesmos autores afirmam que a segurança na vinculação demonstra ser um fator protetor, favorecendo o ajustamento positivo das crianças e jovens.

1.1. Infância: o conceito

“A infância é a memória de quão grandes já fomos um dia”.
Giovani Arantes

“Criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo (CDC, artigo 1º, 2019, p. 8).

Segundo a Enciclopédia de Significados (2024), infância é o período de desenvolvimento desde o nascimento até à puberdade, ou seja, dos zero aos doze anos. Etimologicamente, “infância” tem origem no latim *infantia* do verbo *fari* = falar, onde *fan* = falante e *in* consiste na negação do verbo; assim, *infans* refere-se ao indivíduo que não tem capacidade de falar.

O conceito de infância, numa primeira análise, parece-nos simples e direto, mas, numa apreciação mais fina, revela-se mais complexo, pois “sabemos que o sentimento/noção de infância como um período único e especial da vida, marcado pela ausência de preocupações e responsabilidade e pela liberdade de brincar, nem sempre existiu na história da humanidade, principalmente antes da chamada Idade Moderna” (Viana, 2018, p. 48).

A infância representa um período crítico do desenvolvimento do indivíduo. No decorrer deste espaço de tempo, mas essencialmente nos primeiros três anos de vida, o cérebro está em rápido desenvolvimento, não só ao nível das funções menos complexas, como a nível das mais concretas, incluindo as que estão relacionadas com os ciclos de sono, ansiedade, regulação de emoções e processamento de informação (Magalhães e Vidal-Alves, 2021, p. 41).

Os primeiros anos de vida são cruciais para o desenvolvimento de uma criança, sendo o princípio da autonomia fundamental na maneira como a criança aprende e se desenvolve.

Desta forma, e se tudo acontecer como o previsto, podemos “esperar cidadãos emancipados, autênticos na interação que estabelecem com o mundo, emocionalmente saudáveis, com uma atitude fortemente exploratória, abertos ao mundo externo e interno, com um sentido de pertença e uma forte motivação para contribuir para a qualidade de vida” (...) (Portugal, 2009, p. 33).

Segundo Semrud-Clikerman e Teeter Ellison, 2009 (cit. por Magalhães e Vidal-Alves, 2021, p. 41) “a evolução das estruturas cerebrais influencia, de forma sequencial e previsível, o desenvolvimento mental e o seu estudo permite avaliar o impacto do meio

neste mesmo processo”. Deste modo, do ponto de vida neurodesenvolvimental é essencial para a compreensão do efeito do trauma na saúde.

Esta concepção de especificidade da criança, distinta dos/as adultos/as enquanto indivíduo, que agora é reiterada formalmente a nível internacional, reflecte aquilo que Ariès (1962) já havia denominado “sentimento moderno de infância”. Este sentimento colectivo foi, ao longo do século XX, socialmente acompanhado por uma institucionalização e definição das necessidades e do valor da criança (Chombart de Lauwe & Feuerhahn, 1989) e das obrigações e tarefas de educação que as sociedades, especialmente a família, têm para com ela (Maccoby, 1992). Mas reflecte também o importantíssimo contributo das Ciências Sociais, e da Psicologia, em particular, para esta construção de ideia de criança e do papel parental e familiar na educação, motivando um vasto interesse pelas condições que favorecem o bem-estar e o desenvolvimento das crianças e jovens, de forma que sejam, no futuro, adultos/as saudáveis, felizes e adaptados à sociedade (Calheiros, 2006, cit. por Benavente et al, s.d. p. 3).

O que somos hoje está muito relacionado com o que vivemos e aprendemos na infância acerca de nós, dos outros e do mundo que nos rodeia; as pessoas significativas da nossa vida (pais, avós, irmãos, educadores, professores, amigos, etc.), contribuíram, também, para a construção da nossa essência.

Ao longo de muitos anos, as políticas educativas relacionadas com a pequena infância, tiveram diversos avanços, recuos e diversas caracterizações, verificando-se diferentes concepções, mediante os vários períodos históricos. Só por volta dos anos 70 do século XX é que a educação de infância se desenvolveu, assumindo uma grande relevância na sociedade (Gomes, 2021, p. 5).

É na infância que acontecem as bases do desenvolvimento, em diversos aspetos, nomeadamente físicos, motores, sociais, emocionais, cognitivos, linguísticos, comunicacionais, entre outros; a autonomia é a manifestação de desenvolvimento que se vai alicerçando em todos os momentos. Ao longo da infância, as crianças podem aprender a envolver-se no seu mundo e a dar o seu contributo através da criatividade, sensibilidade e espírito crítico (Portugal, 2009, p. 33).

Segundo Piaget (1932-1973, citado por Vandenplas-Holper, 1982, p.119, cit. por Dias, 2016, p. 8), a criança “de início heterónoma, submete-se a regras que considera

sagradas e intangíveis. [...] Quando a criança é mais velha [...], pela experiência da cooperação, liberta-se do constrangimento que sobre ela exercia a autoridade adulta e julga de maneira autónoma”. Neste modo autónomo, também através do grupo, a criança “fará a experiência da igualdade e da cooperação e que desenvolverá o respeito mútuo, ambos indispensáveis para aceder à autonomia” (Vandenplas-Holper, 1982, p.127, cit. por Dias, 2016, p. 9).

As intervenções sociais e judiciárias junto de crianças e jovens que as problemáticas do risco social suscitam em Portugal têm vindo a realizar-se no estabelecimento de uma jurisdição especial de protecção da infância e juventude, que enquadra os princípios e as normas consagrados em diversos diplomas nacionais fundamentais, como a Constituição da República Portuguesa (CRP) e o Código Civil Português (CCP), e outros internacionais, de entre os quais se salienta a Convenção Sobre os Direitos da Criança (CSDC) (Sampaio et al, 2011, p. 37).

1.2. A Família como um sistema

“Família é contexto natural para crescer. Família é complexidade. Família é teia de laços sanguíneos e, sobretudo, de laços afetivos. Família gera amor, gera sofrimento. A família vive-se. Conhece-se. Reconhece-se.” (Relvas, 1996, p. 9).

A família é um sistema decisivo para o desenvolvimento de todo o ser humano. No ponto de vista de Relvas (1996, p.12), “a perspectiva sistémica conceptualiza a família como um sistema, um todo, uma globalidade que se constrói progressivamente com o tempo e que supõe um conjunto de mudanças estruturais, funcionais e interacionais na sua evolução”. Esta, implica relações definidas por influência direta, recíproca, intensa e duradoura entre os seus elementos, concebe a passagem de valores, cultura e comportamentos que modelam a relação do indivíduo com a sociedade e fundamentam o seu *self* (Alarcão, 2002; Gimeno, 2001; Oliveira, et al, 2008, cit. por Alves, 2022).

Deste modo, e segundo Alarcão (2002; Nichols, 2012; Relvas, 2000; Wagner, 2011, cit. por Alves, 2022), a família possibilita a promoção de uma identidade sustida por uma história familiar idiossincrática e assumida por relações e emoções independentes de vínculos biológicos. É um sistema dinâmico sujeito a regras, que se assume através de padrões transacionais que são continuamente ativados aquando da interação entre os elementos do sistema apresentando, assim, padrões, papéis e previsibilidade no mesmo.

De forma generalizada, pode definir-se a família como:

(...) a principal agência de socialização, desde a infância à adolescência e para além desta (...) a região e a classe social da família em que o indivíduo nasce afectam bastante os padrões de socialização. As crianças adquirem modos de comportamento característicos dos seus pais ou de outras pessoas da vizinhança ou da comunidade (Giddens, 1997, p. 99).

Na perspectiva de Alarcão (2006; Silva & Lopes, 2012, cit., por Gomes, 2022, p. 6), a família abrange, assim, uma identidade individual e grupal, relativa a diferentes papéis que cada indivíduo assume e exerce em função dos contextos onde está inserido. Deste modo, dentro do sistema familiar, destacam-se um conjunto de subsistemas, nomeadamente o sistema individual (constituído pelo próprio indivíduo); o sistema conjugal (formado por dois adultos que se uniram para formar família), o subsistema parental (os dois adultos do sistema conjugal desenvolvem, neste subsistema, compromissos de proteção e educação dos filhos – não desvalorizando as

famílias monoparentais, em que só um adulto desempenha este papel) e o subsistema fraternal (composto pelas crianças e jovens que, como irmãos, estabelecem competências relacionais com os seus semelhantes).

O modelo de famílias predominante nas sociedades mais desenvolvidas é a intitulada “família nuclear”, isto é, constituída pelos progenitores e pelos filhos, tal como afirma Giddens (1997, p. 99), “nas sociedades modernas, a maior parte da socialização primária tem lugar num contexto familiar de pequena dimensão”.

Giddens (1997, p. 879) defende, também, que a família se traduz num “grupo de indivíduos ligados entre si por laços de sangue, casamento ou adoção, que forma uma unidade económica, sendo que os membros adultos são responsáveis pela educação das crianças”. Todas as sociedades são constituídas por alguma forma de sistema familiar, ainda que o género das relações familiares seja muito oscilante. Apesar de nas sociedades modernas a família nuclear seja a principal forma de família, é comum encontrar uma vasta diversidade de famílias extensas.

Contudo, têm-se observado alterações significativas que se refletem no desenvolvimento de novos modelos de organização familiar – crescem as famílias monoparentais (maioritariamente como consequência de divórcio), surgem as famílias homossexuais, famílias reconstruídas, entre outros (Papalia et al, 2001).

Para além do modelo familiar, é necessário perceber o papel que representa enquanto agente ativo no crescimento e desenvolvimento das crianças, bem como dos jovens, pois “o tipo de família não importa, se for família no sentido de proteção, apoio, disponibilidade, segurança, educação, saúde, nutrição, afeto, estímulo” (Alves 2022, p. 5).

Por conseguinte, considera-se que a família tem uma função importante em diversos níveis – financeiro, educacional, saúde e afetivo. Os pais/encarregados de educação ou adultos que tenham a responsabilidade de cuidar e proteger as C/J, devem assegurar a sua segurança e desenvolver uma relação sustentada no afeto.

Na qualidade de agente de socialização primária, a família assume um compromisso fundamental na vida das C/J e, neste sentido, objetiva-se salientar que é responsabilidade dos adultos cuidar das crianças durante o período necessário para que estas se tornem autónomas. Em concordância com o n.º 1 do artigo 18º da CDC “a responsabilidade de educar a criança e de assegurar o seu desenvolvimento cabe primordialmente aos pais e, sendo caso disso, aos representantes legais. O interesse superior da criança deve constituir a sua preocupação fundamental” (CDC, 2019, p.16).

Compete aos adultos proporcionar e assegurar o bem-estar das C/J, bem como dar resposta suas às necessidades básicas para que possam crescer e desenvolver-se de forma plena.

O crescimento social das crianças configura a forma como esta interage com o meio que a rodeia (pais, irmãos, família alargada, comunidade escolar e comunidade em geral); a família e a escola representam as estruturas primordiais para construir a socialização da criança, uma vez que esta aprende a ser livre e feliz ao interagir com os que são significativos para ela.

Segundo o artigo 1918º do Código Civil (2015, p. 341):

quando a segurança, a saúde, a formação moral ou a educação de um menor se encontre em perigo e não seja caso de inibição do exercício das responsabilidades parentais, pode o tribunal, a requerimento do Ministério Público ou de qualquer das pessoas indicadas no artigo 1915º, decretar as providências adequadas, designadamente confiá-lo a terceira pessoa ou a estabelecimento de educação ou assistência.

A existência de fatores de risco a curto, médio ou longo prazo, dependendo da gravidade que representam, podem levar, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, a situações de maus-tratos.

Os maus-tratos podem definir-se como todo e qualquer ato ou omissão executado por sujeitos, instituições ou pela sociedade, no seu todo, e todas as situações, consequência desses atos, que expropriem a criança da sua liberdade ou dos seus direitos e/ou impeçam o seu desenvolvimento pleno (Alberto, 1999; Alves, 2007; Canha, 2002; Leça et al., 2011, cit. por Costa et al., 2019, p. 53).

“A presença de um ambiente familiar destruturado marcado por maus-tratos e/ou negligência, assim como um percurso de acolhimento residencial (AR) podem categorizar algumas das histórias de crianças e jovens que se desenvolvem nesses meios, enquanto vítimas precoces” (Elias, et al, 2017, cit. por Almeida, 2020, p. 6).

Em Portugal, estas situações são ponderadas à luz da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - LPCJP, cuja finalidade é a promoção e proteção das crianças e jovens em perigo e o respetivo papel das entidades responsáveis na presente matéria (Costa et al., 2019, p. 53).

Neste sentido, “o acolhimento residencial surge como uma medida de proteção que consiste na colocação de crianças e jovens aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e recursos humanos permanentes que garantam os cuidados necessários e adequados” (Decreto-Lei nº 164/2019).

1.3. Experiências Adversas na Infância

Adverse Childhood Experiences (ACEs) can be conceptualized as negative childhood experiences associated with increased risk for adverse health and social outcomes throughout life. Adverse childhood experiences may include physical, sexual, and emotional abuse; physical and emotional neglect; exposure to violence, crime, and discrimination; parental death; caregiver disability attributed to psychopathology, substance abuse, and criminal behavior; unstable or inadequate care environment, such as low-quality institutional care, or other causes of psychological stress or trauma (Berens et al., 2017; Felitti et al., 1998, cit. por Mendes, 2023, p. 11).

Charles (1998, p. 361, cit. por Costa, 2022, p. 19) define o trauma como “qualquer acontecimento, não habitual, que prejudica o corpo e/ou o «espírito». Engloba um conjunto de experiências dolorosas, incluindo traumas que envolvem abusos físicos, sexuais, mentais ou emocionais”.

No decorrer dos anos, as Experiências Adversas na Infância (EAI) vão sendo descritas e observadas como acontecimentos iminentemente traumáticos que se demonstram em efeitos muito negativos na saúde e bem-estar de muitíssimas pessoas.

Diversos estudos realizados ao longo dos anos, mostram que o stress tóxico e as experiências adversas podem provocar danos permanentes no cérebro e modificar o sistema imunitário e neurológico do sujeito, potenciando o aparecimento de doenças crónicas e, até, a morte precoce (Boullier & Blair, 2018, p. 134).

Na mesma linha de pensamento, Berens et al. (2017; Szyf, 2013, cit. por Mendes, 2023, p. 11), defendem que “epidemiological studies show that ACEs, namely exposure to neglect, abuse, caregiver psychopathology, and family or community violence, predict worse long-term outcomes regarding social and health domains, affecting immune, cardiovascular, and mental responses”.

Na sociedade atual, os maus-tratos contra crianças, definem-se como um problema de dimensão social, uma vez que, estudos recentes mostram que, universalmente, mais de metade de todas as crianças (1 bilhão de crianças com idades entre os 2 e os 17 anos) sofreram maus-tratos (Hillis, Merci, Amobi & Kress, 2016, cit. por Moreira, 2023, p. 7).

Em função do elevado nível de exposição a este género de experiências ao longo da infância, as crianças estão mais propensas a reproduzir comportamentos prejudiciais à saúde.

No entanto, “mesmo em populações consideradas de risco, existem alguns indivíduos mais suscetíveis do que outros a serem afetados, nomeadamente pela emergência pluridimensional de fatores biológicos, características de personalidade, condições socioculturais ou o próprio ambiente familiar” (Mota & Matos, 2008, p. 369).

As experiências adversas na infância (EAI) são descritas como experiências adversas e potencialmente traumáticas no contexto familiar que podem ter efeitos negativos duradouros na saúde e no bem-estar. As EAI incluem o abuso e negligência, assim como viver num ambiente familiar prejudicial ao desenvolvimento (Boullier & Blair, 2018). Especificamente, as EAI categorizam-se em abuso (emocional, físico e sexual), em negligência (emocional e física) e na disfunção do ambiente familiar (violência doméstica, consumo de substâncias, perturbação mental, separação ou divórcio e comportamentos criminais) (CDC-Kaiser ACE Study, 1998, citado por Boullier & Blair, 2018, cit. por Moreira, 2023, p. 7).

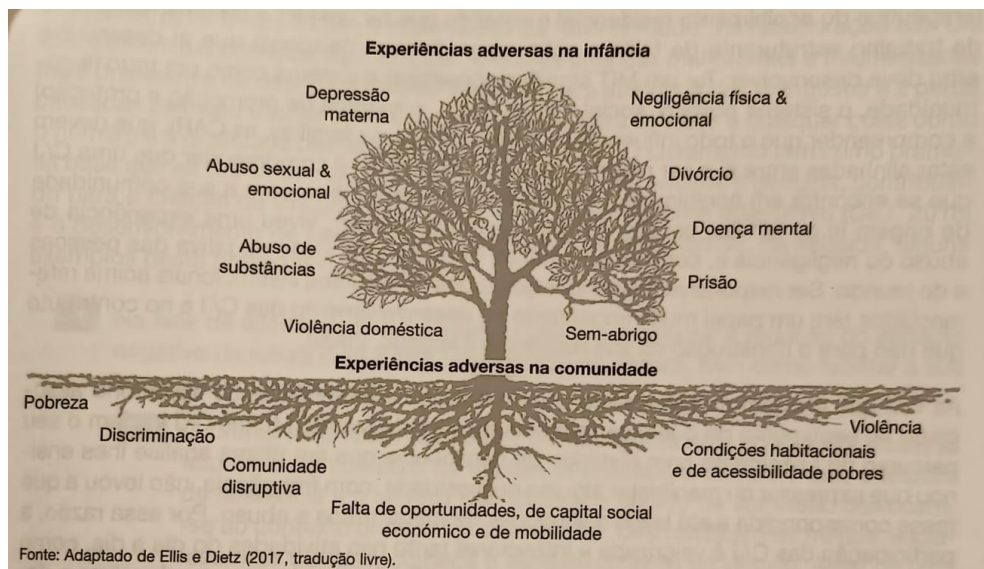
“Não é apenas a família que tem influência sobre a C/J e a sua trajetória desenvolvimental de risco, também o meio onde esta/e se encontra exerce uma influência determinante. Aos Estados cabe garantir que famílias e comunidades sejam cuidadoras das C/J” (Cabral et al., 2021, p. 329).

Como vem sendo referido, são vários os estudos que mostram que experienciar maus-tratos na infância “aumentam a probabilidade de aparecimento de comportamentos de risco para a saúde, de distúrbios de saúde mental, de perturbações crónicas de saúde e até de mortalidade precoce” (Magalhães & Vidal-Alves, 2021, p. 43).

As experiências adversas na infância (EAI) e “os ambientes adversos das comunidades “constituem o que Ellis e Dietz (2007) designaram como *The Pair of ACES* (Redstone, 2017), representado pela imagem de uma árvore para ilustrar onde se encontram os problemas e quais os sintomas desses problemas” (Cabral et al., 2021, p. 329), (Figura 1).

Figura 1

Experiências adversas na infância/experiências adversas na comunidade – The Pair of ACES (Adverse Childhood Experiences/Adverse Community Environments)



Fonte: adaptado de Ellis e Dietz (2017, tradução livre, cit. por Cabral et al, 2021, p. 329)

A verdade é que a adversidade e o trauma não moram longe, mesmo passando muitas vezes despercebidos ao nosso olhar. Mas se estivermos atentos, podemos encontrá-los quotidianamente no miúdo “indisciplinado” da turma da escola, na criança “provocadora e problemática” que observamos no parque, na jovem “apática e ansiosa” que treme com os gritos do pai na caixa de supermercado (PAJE, s. d.).

Deste modo, e a fim de evitar ou mesmo reduzir os riscos elencados, é imperativo que a intervenção profissional, face a estas situações, seja precoce e de qualidade. A urgência da existência de profissionais capacitados e detentores de profundo conhecimento sobre a temática, é crucial para que a intervenção seja positiva e decisiva para o bem-estar da vítima e de todos aqueles que a rodeiam (Costa, 2022, p. 21)

1.4. Crianças e Jovens em risco – enquadramento legal

A definição de um quadro jurídico de referência para a promoção e proteção das crianças corresponde a uma necessidade que tem vindo a ser conhecida desde o início do século XX quando Ellen Key proclamou o século XX como “o Século das crianças” (Alarcão et al, 2009, p. 73).

A constatação da infância como matéria de legislação específica e das crianças como *sujeitos de direitos* sofreu um enorme desenvolvimento, a nível internacional, com a aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a 20 de novembro de 1989. A ordem jurídica da infância encontra na CDC o seu grande referencial, sinalizando a particularidade do grupo geracional e as responsabilidades da sociedade em relação às crianças (Alarcão et al, 2009, p. 73, 74).

A necessidade de proteção das crianças e a defesa dos seus direitos em relação aos pais e mães, família e sociedade têm sido abordadas ao longo da história, embora só em 1989 sejam, definitivamente, contempladas na Convenção Sobre os Direitos da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ratificada, em 1990 pela Assembleia da República Portuguesa). Esta Convenção, adoptada pela maioria dos países ocidentais com carácter vinculativo, marca uma viragem importante em relação à defesa dos direitos da criança, pois concilia direitos civis e políticos com direitos económicos, sociais e culturais, e convenciona uma visão das crianças, não só como membros da família, mas também como indivíduos únicos com direitos próprios (Benavente et al, s. d. p. 1).

Em Portugal, as últimas décadas foram marcadas por uma evolução extremamente benéfica no que concerne à legislação que tutela a promoção e proteção das crianças. A criação legislativa tem acompanhado o desenvolvimento recomendado, no plano mundial, no que a políticas públicas para a infância diz respeito (Castro, et al., 2023).

Segundo Hammarberg (2000, cit. por Alarcão et al, 2009, p. 75), “as áreas de produção legislativa abrangem os direitos de *proteção*, mas alargam-se ainda a domínios usualmente designados como de *provisão* e ainda de *participação*”.

Os documentos legislativos que melhor traduzem a evolução legislativa que regulamenta os mundos de vida das crianças portuguesas são: Lei de Bases do Sistema

Educativo - Lei 46/1986, de 14 de outubro; ratificação da Convenção dos Direitos da Criança (CDC) – aprovada pela ONU em 1989 e ratificada em Portugal a 21 de setembro de 1990; criação das Comissões de Proteção de Menores – Decreto-Lei n.º 189/91, de 17 de maio; Regulação e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro; criação do Programa para a Erradicação da Exploração do Trabalho Infantil – PEETI (Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/98, de 4 de junho) – este programa foi revisto e retomado com a criação do PETI – Programação para a Prevenção e Eliminação da Exploração Infantil (Resolução de Ministros n.º 37/2004, de 20 de março; reforma do sistema jurídico de proteção das crianças com a separação jurídica das crianças vítimas de negligência ou maus-tratos colocadas ao abrigo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro), das crianças que cometeram infrações consideradas como crimes (Lei Tutelar Educativa – Lei n.º 169/99, de 14 de setembro) e constitui a Comissão Nacional para a Proteção de Crianças e Jovens em Perigo fundamentada nas então chamadas Comissões de Proteção de Menores; Lei da Adoção (Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto) e proibição de castigos corporais a crianças através da revisão do Código Penal que, reconhece explicitamente e pela primeira vez no artigo 152º a medida de proteção das crianças (Lei 59/2007, de 4 de setembro), (Alarcão et al, 2009, p. 75).

No que respeita ao Estado de Direito Democrático, as questões jurídicas, quer estejam relacionadas com a elaboração das leis, quer sejam relativos à sua aplicação, assumem uma importância fundamental. Dizem respeito a valores fundamentais eleitos pelos cidadãos e são ferramentas indispensáveis à sua interiorização e concretização no dia-a-dia.

Segundo o explanado nos artigos 2.º e 3.º da Convenção dos Direitos da Criança:

os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a garantir os direitos previstos na presente Convenção a todas as crianças que se encontrem sujeitas à sua jurisdição, sem discriminação alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação. 2. Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas para que a criança seja efectivamente protegida contra todas as formas de discriminação ou de sanção decorrentes da situação jurídica, de

actividades, opiniões expressas ou convicções de seus pais, representantes legais ou outros membros da sua família (UNICEF, 2019).

“O direito dos nossos dias constitui, cada vez mais, um projecto que, na sua convivência humana, procura traduzir o reconhecimento da dignidade da pessoa e intenta oferecer-se como elemento de realização da sua liberdade e responsabilidade” (Guerra, 2024, p. 17).

Paulo Guerra, Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Coimbra, (2024), defende, ainda, que no sistema jurídico português, o interesse da criança exige, sempre, uma mediação judiciária quando a criança pratica atos que a lei penal considera crime, quando exista perigo para a sua formação, educação, desenvolvimento, segurança e saúde e, em situações de desentendimento familiar, quando as questões relativas ao exercício das responsabilidades parentais carecem de ser reguladas.

A atividade do Direito arrega particular importância nos domínios referentes à família, à criança e ao jovem, como aqueles a que respeitam as Leis n.ºs 147/99 e 166/99, entradas em vigor a 1 de janeiro de 2001.

Relativamente ao Direito da Criança e do Jovem, o regime jurídico condensado na Organização Tutelar de Menores (OTM) e previsto no DL n.º 314/78 de 27 de outubro, sofreu grandes alterações procedentes da publicação de uma série de diplomas legais que determinaram uma importante reforma do direito das crianças e jovens em Portugal.

Neste seguimento, a Lei n.º 133/99, de 28 de agosto – 5.ª alteração à Organização Tutelar de Menores, a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e a Lei 166/99, de 14 de setembro – Lei Tutelar Educativa “inovam a interpretação não judiciária e judiciária junto de crianças e jovens em perigo ou em situação de delinquência, adequando-a aos princípios convencionais e regras internacionais de administração de justiça das crianças” (Guerra, 2024, p. 18).

Quando a criança não vê assegurados os seus direitos, passa a ser uma criança em risco e, em Portugal, essa criança pode ser: criança em situação de perigo com qualquer idade até aos 18 anos - aplica-se a Lei n.º 147/99 de 1 de setembro (revista em 2003, 2015, 2017, 2018 e 2013), que aprova a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo; criança com comportamento delinquentes (prática de facto qualificado na lei como crime) até aos 12 anos, exclusive (em caso de perigo, aplica-se a Lei n.º 147/99 de 1 de setembro que aprova a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo; criança com comportamentos delinquentes (prática de facto qualificado na lei como crime) dos 12 (inclusive) aos 16 anos (exclusive) – aplica-se a Lei n.º 166/99 de 14 de setembro,

revista pela Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro e que aprova a Lei Tutelar Educativa; criança com comportamentos delinquentes (prática de crimes), dos 16 (idade da imputabilidade penal) aos 18 anos (aplica-se o Código Penal e o Regime Penal dos Jovens Adultos – até aos 21 anos), (Guerra, 2024, p. 21).

A referida legislação auxiliou na definição assente no regime jurídico da intervenção social do Estado e da comunidade com intuito de evitar situações de perigo e de executar medidas de promoção e proteção, num aprofundamento integrado dos direitos da criança e do jovem, de maneira a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral (Fernandes, 2021, p. 9).

“A sociedade e o Estado têm o especial dever de desencadear as ações adequadas à proteção da criança vítima de violência, abuso sexual, exploração, abandono ou tratamento negligente, ou por qualquer outra forma privada de um ambiente familiar normal” (artigo 69.º da CRP, cit. por Guerra, 2024, p. 22).

1.5. Sistema de Promoção e Proteção – Enquadramento jurídico

O Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens português, em vigor em Portugal desde 2001, com a aprovação da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – LPCJP – Lei n.º 147/99 de 1 de setembro – é sustentado pela Constituição da República Portuguesa (CRP) e pela Convenção dos Direitos das Crianças (CDC) (Almeida et al, 2021, p. 109).

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, aprovada pela Lei n.º 147/99 de 1 de setembro e com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 31/2003 de 22 de agosto, n.º 142/2015 de 8 de setembro, n.º 23/2017 de 23 de maio, n.º 26/2018 de 5 de julho e n.º 23/2023 de 25 de maio incorporou a perceção trazida pela CDC de que o perfeito desenvolvimento da criança/jovem requer o cumprimento de todos os seus direitos (sociais, culturais, económicos e civis), bem como o reconhecimento da criança/jovem como indivíduo autónomo de direitos humanos (Almeida et al, 2021, p. 109).

Segundo os autores supracitados, “o nosso atual sistema parte da família, elemento fundamental da sociedade, com direito à proteção da sociedade e do Estado (art.º 67.º da CRP), a quem cabe a promoção dos direitos da criança e indubitavelmente a sua proteção”.

É junto da família que grande parte das crianças/jovens cresce e se desenvolve em dignidade e autonomia, assegurando-se os seus direitos. No entanto, também é no meio familiar que, por diversos motivos, podem acontecer situações de perigo que colocam as crianças/jovens em situações de vulnerabilidade, colocando em causa a sua saúde, bem-estar, segurança, educação, formação e desenvolvimento integral.

Simões (2018, cit. por Almeida et al. 2021, p. 109), afirma que “nas famílias de risco psicossocial, é reconhecido que a deteção e intervenção precoces, assim como a intervenção especializada, são fatores de sucesso”.

A interposição para a promoção dos direitos e proteção das crianças/jovens em perigo compete às entidades com competência em matéria de infância e juventude, às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ) e aos tribunais, como referido no artigo 6.º da LPCJP, e efetiva-se quando os pais, pessoa que tenha a guarda ou o representante legal não as protejam do perigo ou a coloquem em perigo.

Segundo o artigo 3.º, n.º 2 da LPCJP, a criança ou jovem encontra-se em perigo quando: está abandonada ou entregue a si própria; sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe os cuidados ou afeição adequados

à sua idade e situação pessoal; está aos cuidados de terceiros durante o período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais; é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade ou situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; está sujeita a comportamentos que afetam gravemente a sua segurança ou equilíbrio emocional ou quando a própria C/J assume comportamentos, atividades ou consumos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto se oponham de modo adequado a remover a situação de perigo.

A LPCJP determina o regime jurídico da interposição das entidades com competência em matéria de infância e juventude, das CPCJ, dos tribunais na promoção dos direitos e proteção das C/J em perigo que se deve reger no respeito pelas premissas orientadoras da intervenção, celebrados no artigo 4.º da LPCJP: interesse superior da criança e jovem, privacidade, intervenção precoce, intervenção mínima, proporcionalidade e atualidade, responsabilidade parental, primado da continuidade das relações psicológicas e profundas, prevalência da família, obrigatoriedade da informação, audiência obrigatória, participação e subsidiariedade.

Tal como referem Almeida et al. (2021, p. 110) às entidades com competência em matéria de infância e juventude – autarquias, serviços da segurança social, escolas, serviços de saúde, instituições particulares de solidariedade social, entre outras – impende avaliar, diagnosticar e intervir nas situações de risco e de perigo de forma consentida com os responsáveis pelas C/J, como o referido nos artigos n.º 7.º, n.º 3º e n.º 4º, alínea a) da LPCJP e com a concordância da C/J com idade igual ou superior a 12 anos (artigo 10.º, n.º 1 da LPCJP).

O sistema em Portugal atribui responsabilidade à comunidade da C/J na promoção dos seus direitos. Sempre que não for possível certificar a proteção que as circunstâncias exigem e que percebam que a sua intervenção não é adequada ou suficiente, as entidades com competência em matéria de infância e juventude têm o dever de comunicar às CPCJ todas as situações de perigo (artigo 65.º, n.º 2 e artigo n.º 66, n.º 3º da LPCJP).

Enquanto instituições oficiais não judiciárias e com autonomia de atuação, as CPCJ, têm como objetivo promover os direitos da C/J e imiscuir-se nas situações em que se encontram em perigo. São compostas por equipas multidisciplinares e interinstitucionais e tomam decisões com imparcialidade e independência. A sua

intervenção só pode ser realizada com o consentimento expresso e comunicado por escrito pelos pais, representante legal ou pela pessoa que tenha a sua guarda de facto, nos termos do artigo 9.º e com o consentimento da C/J com idade ou superior a 12 anos. Caso contrário, os processos são remetidos ao Ministério Público a quem compete solicitar a abertura de processo judicial de promoção e proteção.

As CPCJ e os tribunais têm competência para a aplicação de medidas de promoção dos direitos e proteção das C/J, cujo objetivo é o afastamento da situação de perigo, consoante o estabelecido no artigo 34.º da LPCJP. As medidas de promoção e proteção podem ser executadas em meio natural de vida, nomeadamente, o apoio junto dos pais, apoio junto a outro familiar, confiança a pessoa idónea e apoio para a autonomia de vida; ou podem ser executadas em regime de colocação, tais como o acolhimento familiar e o acolhimento residencial.

Cabe somente aos tribunais a aplicação da medida de confiança a pessoa selecionada para adoção, a família de acolhimento ou instituição com vista à adoção. (Almeida et al, 2021).

1.6. Respostas Sociais para o Acolhimento de Crianças e Jovens

No ano de 1321, pelas ordens da Rainha Santa Isabel, é construída a primeira instituição portuguesa com o intuito de receber crianças abandonadas – Hospital de Santa Maria dos Inocentes, igualmente conhecido por Convento das Irmãs Capuchas do Real Conservatório de Nossa Senhora dos Inocentes da Ordem Terceira de São Francisco. Nove anos depois, a Rainha D. Beatriz cria, através dos mesmos ideais, o Hospital dos Meninos Órfãos de Lisboa. As Santas Casas da Misericórdia passaram também a desempenhar um papel bastante importante, atribuindo cuidado a crianças consideradas “enjeitadas” que depois dos 7 anos, seriam deixadas pelas suas amas ou outras instituições (Rodrigues, 2018, p. 24, cit. por Costa, 2022, p. 25).

Em Portugal, no século XV (1498), surgiu a Roda dos Expostos ou Roda dos Enjeitados. A Roda funcionava como uma espécie de recurso que servia para proteger o “anonimato e a confidencialidade do abandono” de recém-nascidos (Rodrigues, 2018, p. 25, cit. por Costa, 2022, p. 25).

A primeira instituição a implementar este sistema, foi a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML). À época, existiam vários motivos que justificavam o abandono das crianças, nomeadamente a criança ser fruto de uma relação ilegítima ou quando, por questões económicas, não tinham condições para criar a criança; em 1870 é declarada a extinção da Roda em todo o país (Leandro, 2011, cit. por Rodrigues, 2018, p. 25, cit. por Costa, 2022).

Em julho de 1780, a Casa Pia de Lisboa, fundada por Diogo Inácio de Pina Manique teve um papel importante no que concerne à educação e formação destas crianças; passados sete anos, estas crianças foram colocadas em asilos para obterem alguma formação profissional, uma vez que já não tinham para onde ir e iam ser abandonadas outra vez (Costa, 2022).

Por sua vez, em 1834, foi criado o primeiro asilo de infância desvalida e a Sociedade de Casas de Asilo de Infância Desvalida, cujo objetivo era “de proteger as crianças que deambulavam pelas ruas sem qualquer vigilância familiar, ficando expostas aos mais diversos riscos” (Rodrigues, 2018, p. 26, cit. por Costa, 2022, p. 25).

Ao longo de vários anos, as chamadas instituições de acolhimento eram encaradas como sítios impessoais, onde não existia nenhum tipo de acompanhamento

pelos profissionais; as crianças e jovens, muitos com comportamentos delinquentes, eram deixados à sua sorte, sem qualquer intervenção e/ou projeto de vida com vista à sua autonomização e emancipação.

Volvidos muitos anos, a realidade do acolhimento era, ainda, muito semelhante à do século XIX, em que se verificavam edifícios velhos, antiquados e desajustados que traduziam a falta de investimento do Estado na área da infância e juventude.

Um século depois, em 1959, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração dos Direitos da Criança com vista a:

“uma infância feliz e ao gozo, para bem da criança e da sociedade, dos direitos e liberdades aqui estabelecidos e com vista a chamar a atenção dos pais, enquanto homens e mulheres, das organizações voluntárias, autoridades locais e Governos nacionais, para o reconhecimento dos direitos e para a necessidade de se empenharem na respectiva aplicação através de medidas legislativas (...).

A Organização Tutelar de Menores (OTM), veio, em 1962, substituir a Lei de Proteção da Infância, dando ênfase à importância do direito de menores. O Ano Internacional da Criança foi proclamado, em 1979, pela Assembleia Geral das Nações Unidas com o intuito de alertar políticos e sociedade para as necessidades das crianças. No ano de 1983, foi criado o Instituto de Apoio à Criança (IAC) e em 1990, Portugal ratifica a Convenção dos Direitos da Criança (CDC) - primeiro documento de direito internacional a atribuir força jurídica aos direitos da criança, a nível internacional.

Em 1986, foi criado o DL n.º 2/86, de 2 de janeiro que veio “regular o acolhimento residencial, defendendo um número reduzido de C/J por instituição, com ambiente familiar, promovendo o seu desenvolvimento pessoal, assim como a integração social na comunidade (Gonçalves & Sani, 2013; Rodrigues & Barbosa-Ducharne, 2017, cit. por Almeida, et al. 2021).

Não obstante, durante vários anos, o AR, era apenas de cariz assistencialista, num ambiente onde a criança não era vista como um ser individual, pois eram os cuidadores que decidiam o que seria melhor, sem ter em consideração as suas vontades e emoções.

Atualmente, e em consonância com o Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 33/2014, de 4 de março, podem ser consideradas respostas sociais:

as atividades ou serviços desenvolvidos em equipamentos que concorrem para a promoção e para o desenvolvimento da proteção social, direcionados sobretudo para os grupos mais vulneráveis, com um papel determinante no combate às situações de pobreza, assim como na promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar (DGSS, 2022).

As respostas sociais dirigidas a crianças e jovens, classificam-se em função da diferenciação de cuidados, isto é, abrange as áreas das crianças e jovens em geral, das crianças e jovens com deficiências e das crianças e jovens em situação de perigo (DGSS, 2022).

Deste modo, destacam-se as respostas que possibilitam a proteção das crianças e jovens em perigo, nomeadamente:

- Intervenção Precoce na Infância (IPI): “resposta desenvolvida mediante um serviço que promove medidas de apoio integrado, centrado na criança e na família incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social (DGSS, 2022, p. 14). Tem como objetivos: “assegurar às crianças a proteção dos seus direitos e o desenvolvimento das suas capacidades, através de ações de IPI em todo o território nacional; envolver a comunidade mediante a criação de mecanismos articulados de suporte social” (DGSS, 2022, p. 14), entre outros.

Destina-se a crianças entre os 0 e os 6 anos com alterações nas funções ou estruturas do corpo que comprometem o envolvimento nas atividades características para a respetiva idade e contexto social ou com sério risco de atraso de desenvolvimento, bem como as respetivas famílias.

A legislação e as disposições técnicas enquadradoras são: DL n.º 281/2009, de 6 de outubro e Portaria n.º 293/2013, de 26 de setembro (DGSS, 2022, p. 14).

- Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental – CAFAP: “resposta social desenvolvida através de um serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias” (DGSS, 2022, p. 15). Os objetivos do CAFAP são, entre outros: “prevenir situações de risco e de perigo através da promoção do exercício de uma parentalidade positiva; avaliar as dinâmicas de risco e proteção das famílias e as possibilidades de mudança” (DGSS, 2022, p. 15). Tem como destinatários famílias com crianças ou jovens

em situação de risco psicossocial; a legislação enquadradora é a Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril (DGSS, 2022, p. 15).

- Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens: “resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens desinseridas a nível sociofamiliar que apresentam comportamentos desviantes, encontrando-se em situação de perigo” (DGSS, 2022, p. 16). Apresenta como objetivos promover a sua reintegração na família, escola e comunidade; recuperar as crianças e jovens de rua incentivando a construção de um projeto de vida saudável e tem como destinatários as crianças e jovens em rutura familiar e social, sem apoio institucional e suas famílias. Não tem legislação ou disposições técnicas enquadradoras (DGSS, 2022, p. 16).

- Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens: resposta social “desenvolvida através de um serviço e que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitada para o efeito, visando proporcionar-lhe a integração em meio familiar estável (...), (DGSS, 2022, p. 17). Alguns dos seus objetivos são: proporcionar as condições para a adequada satisfação das necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais da criança ou do jovem; estabelecer laços afetivos, seguros e estáveis, determinantes para a estruturação e desenvolvimento harmonioso da sua personalidade e tem como destinatários crianças e jovens em situação de perigo, cuja medida de promoção e proteção assim o defina. A legislação e disposições técnicas enquadradoras são: DL n.º 139/2019, de 16 de setembro; Portaria n.º 278- A/2020, de 4 de dezembro e Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (DGSS, 2022, p. 17).

- Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência: resposta social “desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente determinado pela necessidade de proteção imediata em situação de perigo atual ou eminente para a vida ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança ou do jovem (...), (DGSS, 2022, p. 18). Proteger de forma imediata com integração urgente em unidade residencial e proporcionar a satisfação adequada das necessidades físicas, psíquicas, emocionais, educativas e sociais da criança ou do jovem são alguns dos objetivos desta medida (DGSS, 2022, p. 18). A legislação e disposições técnicas enquadradoras são: DL n.º 164/2019, de 25 de outubro e Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e os seus destinatários são crianças e jovens cuja medida de promoção e proteção determine proteção imediata, por se encontrarem em situação de perigo atual ou eminente (DGSS, 2022, p. 18).

- Casa de Acolhimento: resposta social desenvolvida em equipamento de apoio social “que visa o afastamento ou retirada da criança ou do jovem da situação de perigo, podendo incluir unidades residenciais e/ou unidades residenciais especializadas, tendo em conta as situações, problemáticas e características específicas das crianças e dos jovens a acolher” (DGSS, p. 19). Proporcionar a satisfação adequada das necessidades físicas, psíquicas, emocionais, educacionais e sociais da criança ou do jovem; minimizar o dano emocional resultante da exposição da criança ou do jovem a situação de perigo, são alguns dos objetivos desta resposta (DGSS, p. 19). Os seus destinatários são crianças ou jovens em situação de perigo cuja medida de promoção e proteção determine o acolhimento residencial e tem como legislação e disposições técnicas enquadradoras: DL n.º 164/2019, de 25 de outubro e Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (DGSS, 2022, p. 19).

- Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção da Autonomia dos Jovens: resposta social desenvolvida em espaços habitacionais (apartamento de autonomização) “destinados a preparar os jovens para a vida ativa, desde que para tal demonstrem responsabilidade, competências e potencialidades, devendo ser salvaguardada a sua individualidade e privacidade por forma a que possam adquirir, progressivamente, autonomia de vida” (DGSS, p. 20). Alguns dos seus objetivos são: estabelecer relações positivas e satisfatórias com os outros e com a comunidade; promover competências na área da educação, formação, trabalho, cultura, lazer e gestão de rotinas (DGSS, 2022, p. 20). Destina-se a “jovens com idade superior a 15 anos, no âmbito da execução da medida de promoção e proteção de acolhimento residencial ou apoio para a autonomia de vida” (DGSS, 2022, p. 20). Esta resposta sucede ao Apartamento de autonomização e tem como legislação e disposições técnicas enquadradoras: DL n.º 164/2019, de 25 de outubro e Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (DGSS, 2022, p. 20).

Neste seguimento, Portugal torna-se, obrigatoriamente responsável por garantir “à criança cuidados adequados quando os pais, ou outras pessoas responsáveis por ela, não possam ou não tenham capacidade para o fazer (Rodrigues, 2018, p. 28, cit. por Costa, p. 27).

1.7. O Acolhimento Residencial

“Não é a casa que nos abriga, mas nós que abrigamos a casa, pois é a ternura que sustenta o teto”.

Mia Couto

“A promoção dos direitos e a proteção da criança e do jovem em perigo incumbe às entidades com competência em matéria de infância e juventude, às comissões de proteção de crianças e jovens e aos tribunais” (artigo 6º, LPCJP).

As medidas de promoção dos direitos das crianças e jovens em perigo, designadas por medidas de promoção e proteção, têm como finalidade: a) afastar o perigo em que estes se encontram; b) proporcionar-lhes as condições que permitem proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; c) garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso (artigo 34º, LPCJP).

As medidas de promoção e proteção são: a) apoio junto dos pais; b) apoio junto de outro familiar; c) confiança a pessoa idónea; d) apoio para a autonomia de vida; e) acolhimento familiar, f) acolhimento residencial; g) confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista a adoção (artigo 35º, LPCJP). A medida de acolhimento familiar e acolhimento residencial são consideradas medidas de colocação.

A medida de acolhimento residencial consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados. O acolhimento residencial tem como finalidade contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral. Nos casos em que a criança ou jovem, de nacionalidade estrangeira, é acolhido em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, a medida envolve a atribuição de autorização de residência em território nacional pelo período necessário a uma decisão definitiva sobre eventual pedido de

naturalização, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (artigo 49º, LPCJP).

Segundo o explanado no Decreto-Lei 164/2019, de 25 de outubro (Cap. 1, Secção I, art.º 2º, al.3), a medida de acolhimento residencial “é executada tendo por base a previsibilidade da reintegração da criança ou do jovem na família de origem ou em meio natural de vida”.

A execução da medida de acolhimento residencial, como o estipulado no DL supracitado, obedece aos princípios orientadores da intervenção referidos no artigo 4º da LPCJP e, ainda, aos princípios de: individualização; adaptação às necessidades de cada criança ou jovem, respetiva situação familiar e finalidade do acolhimento; normalização, proporcionando um dia-a-dia semelhante a outras C/J da mesma faixa etária; à participação e audição, assegurando-se as condições para a sua concretização; a privacidade, isto é, respeito pela intimidade, imagem e reserva da sua vida privada; a intervenção diligente; a preservação de vínculos parentais e fraternos; a corresponsabilização da família de origem e a colaboração interinstitucional numa abordagem sistémica dos profissionais envolvidos no processo de promoção e proteção (Almeida et al., 2021).

Em consonância com o artigo 3º da Lei n.º 164/2019, o acolhimento residencial tem como objetivos: a) satisfação adequada das suas necessidades físicas, psíquicas, emocionais, educacionais e sociais; b) estabelecimento de laços afetivos, seguros e estáveis, determinantes para a estruturação e desenvolvimento harmonioso da sua personalidade; c) minimização do dano emocional resultante da exposição da criança ou do jovem a situações de perigo; d) aquisição de competências destinadas à sua valorização pessoal, social, escolar e profissional; e) condições que contribuam para a construção da sua identidade e integração da sua história de vida; f) aquisição progressiva de autonomia com vista a uma plena integração social, escolar, profissional e comunitária.

O acolhimento residencial de crianças ou jovens engloba as seguintes fases: preparação, acolhimento e avaliação diagnóstica – a C/J deve ser ouvida(o) e informada(o) acerca da medida de acolhimento definida e preparada(o) para a transição para a casa de acolhimento, exceto em situação de integração urgente; elaboração e concretização do plano de intervenção individual – elaborado segundo o projeto de promoção e proteção definido pela equipa técnica da CA, em colaboração com o gestor de processo e com a participação da C/J; execução e avaliação – os atos materiais da medida são realizados e avaliados pela equipa técnica da CA em articulação com o

gestor do processo; revisão da medida - que pressupõe a reflexão acerca dos resultados do processo de execução da medida e a avaliação do projeto de promoção e proteção; cessação do acolhimento – esta fase é preparada pela equipa técnica da CA em concordância com o gestor de projeto, envolvendo a C/J, bem como a família (Almeida et al. 2021, p. 115, 116).

“O que acontece no dia-a-dia da C/J faz toda a diferença, pelo que, quando falamos de C/J em acolhimento residencial, devemos ter esta premissa bem presente em todas as nossas ações. O desafio é grande, mas a responsabilidade é imensa” (Pimentel, 2021, p. 257).

Segundo o autor supracitado, desde o momento em que uma C/J entra numa CA “a tarefa primordial é proporcionar-lhe um ambiente o mais natural possível e próximo de um ambiente familiar, tentando não quebrar com rotinas ou rituais anteriores ao acolhimento (desde que saudáveis) e com o contacto com o exterior (2021, p. 258)”.

“Quando a criança é acolhida traz consigo uma mochila cheia de «pedras» e essa mochila não pode ficar à porta. É sobre essas «pedras» que devemos trabalhar com a C/J” (Pimentel, 2021, p. 257, 258).

Del Valle et al. (2013, cit. por Silva, 2021, p.25, 26), definiram premissas a ter em consideração no acolhimento residencial, sendo que também podem/devem ser aplicados na intervenção com crianças e jovens em risco, em geral: superior interesse da criança, direito da criança em viver em família, complementaridade do acolhimento residencial, necessidades das crianças como foco principal de atuação, utilização de recursos flexíveis e especializados no acolhimento, atenção integral individual, entre outros.

De acordo com o Manual de Boas Práticas (2011, cit. por Alves, 2022, p. 43), aquando do acolhimento “a estrutura residencial deve ter em atenção os riscos que importa minimizar, como os de perda de vínculo afetivo, perda de identidade, desenraizamento, receio da mudança, tendência a rejeitar a integração, auto-culpabilização ou sensação de estar a sofrer uma punição”.

2. ENQUADRAMENTO DO CONTEXTO DE ESTÁGIO

2.1. Caracterização da PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos

“Não pode haver revelação mais veemente da alma de uma sociedade do que a maneira como ela trata os seus filhos”

Nelson Mandela

A criação da PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos surgiu da necessidade de suprir algumas lacunas que existiam no sistema, investindo num programa direcionado para jovens que saem do acolhimento, tendo em consideração que um programa desta envergadura, no nosso país, “fará uma grande diferença na vida destes jovens, contribuindo para transições positivas e para a sua autonomização bem-sucedida” (Viana, 2017).

A PAJE é uma associação sem fins lucrativos, formalizada em 2016, fruto de um projeto de investigação apresentado ao Instituto de Psicologia Cognitiva e Desenvolvimento Humano e Social da Universidade de Coimbra e tem como missão o apoio a jovens acolhidos e que viveram em casas de acolhimento.

Ao manter um contacto permanente durante mais de quinze anos com crianças e jovens afastados do seio familiar e a viverem em instituições, foi muito fácil tomar consciência que os adultos com quem eles mais privavam eram os seus modelos. Quem almeja contribuir para a educação e formação das crianças pretende, acima de tudo, dotá-los de conhecimentos e valores que os acompanhem para sempre e sejam uma mais-valia na sua vida futura. Mas transmitir conhecimentos é muito mais fácil que transmitir valores, pois esses só vivenciando no quotidiano são compreendidos e imitados (PAJE, 2024).

Neste sentido, a PAJE, propõe-se apoiar, orientar e formar jovens e adultos autónomos, centrando-se em três eixos de intervenção: 1) apoiar ex-acolhidos (jovens adultos que viveram em instituições), 2) melhorar o perfil de saída (jovens que ainda estão em acolhimento) e 3) sensibilizar para a temática (Sociedade Civil, Academia e Decisores Políticos).

Conta com uma equipa multidisciplinar – composta por profissionais da área da Psicologia, Enfermagem, Medicina, Serviço Social e Educação - que surgiu da necessidade assistida pelos seus profissionais que apoiam os jovens no período pós-

acolhimento, evidenciando-se sinais de fragilidade associados à rotina diária e cujo objetivo é promover a inclusão social e laboral de jovens adultos, proporcionando apoio em situações do quotidiano e mais contínuas/profundas.

A PAJE, situada em Coimbra, mas com intervenção em todo o território português e ilhas, propõe-se prestar, igualmente, apoio (psicológico, jurídico, aconselhamento, etc.) de forma informal, colocando os conhecimentos de profissionais voluntários ao serviço de quem não foi bafejado pela sorte, numa fase precoce da vida.

Em 2017, foi distinguida pela Fundação INATEL e pelo ICCA - International Conference on Childhood and Adolescence; em 2023 recebeu o Prémio Direitos Humanos atribuído, por unanimidade, pela Assembleia da República.

Durante estes 8 anos, já foram apoiados pela PAJE mais de 400 jovens; desenvolvidos 13 projetos e 5 materiais psicopedagógicos; tem protocolo com mais de 400 Casas de Acolhimentos e já promoveu a inserção profissional de mais de 60 jovens.

A PAJE tem mais de 80 entidades parceiras e já desenvolveu mais de 200 intervenções em 11 países. Tem parcerias formais e informais com entidades nacionais, internacionais, entidades empresariais e da cultura/educação.

Integra diferentes Redes, nomeadamente, a Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, Rede Construir Juntos – IAC, Eurochild (Europa), INTRAC (Mundo), entre outros.

Recentemente, foram feitas algumas alterações legislativas, em Portugal, relativas ao acolhimento e nas quais a PAJE teve uma posição, tais como: aumento da idade em que os indivíduos podem permanecer em acolhimento (agora podem permanecer em acolhimento até aos 25 anos, desde que estejam a estudar ou num processo formativo), inclusão dos jovens que saem do sistema de acolhimento na esfera pública com vantagens no acesso a estágios profissionais/aprendizagens e medidas de emprego/inserção; direito ao arrependimento - jovens que, após completarem 18 anos, tenham decidido sair da Casa de Acolhimento, têm a possibilidade de regressar ao Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – eventualmente, novo acolhimento - Lei 23/2023, de 25 de maio.

Verificou-se, também, a extensão da idade em que a adoção é possível (crianças até aos 18 anos podem ser adotadas, em vez de limitar a adoção à idade máxima de 15 anos e contribuições para a Portaria que irá regulamentar o Acolhimento Residencial.

2.2. Principais Projetos desenvolvidos pela PAJE

Com a sua ampla atuação, a PAJE trabalha no sentido de melhorar os percursos de vida, muitas vezes, marcados por experiências diversas na infância. Neste sentido, a criação e implementação de projetos, tem como objetivos amparar e encaminhar jovens adultos ex-acolhidos; (re)criar histórias de vida atuando, muitas vezes, como “porto de abrigo” e dando apoio informal; trabalhar a autonomização dos jovens que ainda se encontram em acolhimento, fortalecendo o trabalho realizado pelos cuidadores e evitando possíveis situações de vulnerabilidade; capacitar cuidadores, potenciando boas práticas e melhorando a compreensão; promover a investigação científica, aprimorando o conhecimento e a perceção/divulgação acerca do AR (PAJE, 2024).

2.2.1. Voar para a Autonomia

O projeto “Voar para a Autonomia”, da Plataforma PAJE, foi financiado pelos EEAGrants, e promovido pelo consórcio Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação Bissaya Barreto, no âmbito do Programa Cidadãos Ativ@s. Foi coordenado pela PAJE e contou com 6 parceiros: SCM Portalegre, SCM Porto, SCM Vagos, CPJ – Casa da Estrela, CAF Pinto de Carvalho e o CSP Recardães (PAJE, 2024).

“Voar para a Autonomia” teve como principais objetivos a aplicação de programas socioeducativos junto de jovens em acolhimento residencial, dos quais se destacam: sensibilização dos jovens para a importância da preparação para a vida pós-acolhimento, promovendo a sua autonomia emocional; o desenvolvimento de competências necessárias para a transição para a vida adulta, após o acolhimento; potenciar experiências em contexto real, colocando os jovens num ambiente e situações análogas às de uma vida independente, fora da casa de acolhimento; permitir que, depois da experiência, os jovens sejam capazes de definir uma estratégia e um projeto de vida viável, a curto e longo prazo, especialmente para quando se concretizar a saída da CA e capacitar voluntários da entidade promotora para a melhoria organizacional (PAJE, 2024).

A definição e implementação deste projeto tem como base os princípios transversais de colaboração institucional, capacitação, comunicação e empoderamento, cuja finalidade é promover a autonomia no desenvolvimento de trajetos socioemocionais, profissionais e pessoais para a inclusão de jovens em acolhimento residencial.

Assim, as principais atividades do projeto dividem-se em três etapas:

1) intervenção nas CA com jovens em pré-autonomia, alertando-os para a vida pós-acolhimento, favorecendo o conhecimento pessoal para atenuar o choque da transição, potenciando uma inclusão bem-sucedida. São aplicados materiais psicopedagógicos, desenvolvidos pela PAJE, estratégias de resolução de problemas que poderão ser essenciais para o seu quotidiano e para o treino para a decisão.

2) proporcionar um dia em Coimbra, com a equipa da PAJE, a jovens e adolescentes em situação de acolhimento residencial com o objetivo de lhes proporcionar um dia diferente, fora do contexto do acolhimento. Neste sentido, durante um dia, jovens de duas CA distintas, participam em atividades socioeducativas (e.g. visitas à Universidade de Coimbra, ao Museu Machado de Castro e ao Exploratório). Há, também, espaço para dinâmicas de grupo, momentos de debate e partilha de experiências entre os jovens; estas atividades direcionam para a autorreflexão e desenvolvimento da autoconfiança dos jovens.

3) orientar jovens em AR que se deslocam até Coimbra e são colocados em ambiente e situações semelhantes às de uma vida autónoma, de modo a consciencializá-los para a vida depois da CA, observando, simultaneamente, as suas competências de autonomização. O distanciamento do apoio físico e operacional da CA permite criar uma realidade simulada, estimulando-os para sentimentos e emoções que os poderão alertar e, possivelmente, adiarem a tomada de decisão – prematura e precipitada – de sair da CA. Passada a semana, os jovens deverão ter a capacidade de entender como se sentem em relação ao seu projeto de vida, não adquirindo ideias irrealistas, mas sim exequíveis, podendo aproveitar a oportunidade da reversibilidade (PAJE, 2024).

2.2.2. Semana Real(izada)

Mais do que um projeto de intervenção, a *Semana Real(izada)*, centra-se nos jovens que ambicionam por uma emancipação precoce e/ou se encontram em fase de preparação para a autonomia, sem projetos de vida realistas ou exequíveis, com limitações de competências de autonomia e com falta de apoio de retaguarda após a saída da CA.

Este projeto tem como objetivos: colocar jovens acolhidos, em fase de pré-autonomia, em ambiente e situações semelhantes às de uma vida autónoma, de forma a consciencializá-los para a vida fora da CA, pondo à prova, simultaneamente, as suas competências de autonomização; pretende-se, também, que, no final da semana, os jovens sejam capazes de compreender como se sentem em relação aos seus projeto de vida, concebendo ideias realistas e exequíveis.

Fatores de diferenciação do projeto: completo distanciamento do apoio físico e operacional da CA, proporcionando uma realidade simulada, estimulando-lhes sentimentos e emoções que os acautelem e, eventualmente, os levem a adiar a decisão prematura e precipitada de sair da CA.

O projeto tem a duração de uma semana, preferencialmente entre as pausas letivas, num espaço arrendado pela PAJE, em Coimbra, e tem como público-alvo jovens com idade igual ou superior a 18 anos. A avaliação é realizada através da autoavaliação, observação direta e follow-up; no início, no decorrer e no final da semana. Será, também, realizado um relatório pelos técnicos das CA, nos primeiros dois dias após o regresso do jovem e um segundo relatório após um mês - *follow-up* (PAJE, 2024).

2.2.3. Um Jeito Feliz de (Ha)ver (a) Vida

Uma transição apoiada e preparada é, mais facilmente, motivadora de bem-estar e sucesso individual, ao passo que uma transição realizada sem apoio poderá propiciar comportamentos desviantes.

É fundamental consciencializar os jovens para as adversidades que poderão ter de enfrentar numa vida autónoma, desenvolvendo competências funcionais, psicológicas, sociais e meios de resolução de problemas que poderão ser úteis no seu quotidiano.

Nesta lógica, a PAJE, propõe uma intervenção com jovens em fase de pré-autonomia, cujo objetivo é promover transições favoráveis, sensibilizar para a vida pós-acolhimento, promover o conhecimento pessoal e atenuar o choque de transição, proporcionando uma inclusão bem-sucedida como cidadão ativo.

Esta intervenção, de uma entidade exterior para a CA, com pessoas diferentes daquelas com quem contactam diariamente, pode ser uma mais-valia.

2.2.4. Escolas SITI – Escolas Sensibilizadas para a Importância do Trauma Infantil

Existe, ainda, uma visão errónea de que grande parte dos alunos com infâncias marcadas pelo trauma, não gosta da escola. Mas, esta perspetiva pode ser contraditória, uma vez que se verificam relações positivas e securizantes entre os alunos e os recursos humanos da comunidade escolar.

O principal objetivo deste projeto é a desconstrução desta visão redutora e a capacitação de todos os recursos humanos das escolas para criar e manter relações socioemocionais positivas e transformar o meio escolar num contexto mais aprazível.

Neste sentido, é essencial informar, mobilizar e sensibilizar os recursos humanos que integram as escolas.

Este projeto tem dois grandes eixos: projetar o papel da escola e dos seus recursos humanos – como entidade competente em matéria de infância e juventude, na interligação com o Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Risco e sensibilizar a comunidade educativa para as consequências das experiências adversas sofridas na infância.

Para além destes dois grandes eixos de intervenção, com a implementação deste projeto, pretende-se consciencializar para diversas situações, nomeadamente, reconhecer a diversidade de experiências adversas na infância; conhecer os diversos tipos de maus-tratos na infância; reconhecer marcas e/ou sinais de alerta transmitidos pelas crianças; entender os efeitos ao longo da vida em crianças expostas a episódios de violência doméstica; reconhecer as implicações das experiências adversas na infância no desempenho escolar, na inclusão social, no absentismo e no abandono escolar; sensibilizar para as formas de atuação em situações de risco e perigo; constatar a importância da proteção de crianças em risco através de modelos multidisciplinares e holísticos e motivar para a valorização e promoção do respeito pelos Direitos da Infância (PAJE, 2024).

O projeto desenvolve-se ao longo de três sessões de 90 minutos, dinamizadas pela PAJE – duas sessões de sensibilização destinadas a professores, pessoal não docente, pais/mães/encarregados de educação, entidades e comunidade e uma sessão destinada aos alunos maiores de 14 anos. Durante as sessões, serão utilizados vários conteúdos e metodologias, de forma a permitir a intervenção de todos os participantes.

Os principais parceiros institucionais do projeto *Escolas SITI- Escolas Sensibilizadas para a Importância do Trauma Infantil* são: Ministério da Educação (Direção Geral da Educação) e a CONFAP (Confederação Nacional das Associações de Pais).

2.2.5. Ser Acolhido... para Saber Acolher

Para além da intervenção direcionada para as crianças e jovens que vivem ou viveram em CA, é fundamental capacitar os cuidadores para uma intervenção mais pensada, sustentada e ajustada.

Neste sentido, o projeto *Ser Acolhido... para Saber Acolher* traduz-se na formação para cuidadores das Casas de Acolhimento (35 horas com certificação pela DGERT e pela PAJE).

Os objetivos deste projetam passam por: dar suporte e apoio aos educadores/colaboradores (só pode apoiar quem for apoiado); garantir altos padrões de qualidade na autonomização dos jovens, através da pré-autonomização; promover um ambiente de trabalho saudável e favorável ao alcance dos objetivos de cada CA.

A PAJE acredita que este projeto possa ser uma mais-valia para as equipas das CA que, através de um conjunto de conteúdos e ferramentas ajustados à realidade, podem desenvolver, ajustar ou rever os seus conhecimentos (PAJE, 2024).

3. PRÁTICA DO ESTÁGIO NO CONTEXTO

Este capítulo tem como objetivo identificar e descrever as metodologias utilizadas no âmbito do contexto de estágio, bem como as atividades desenvolvidas.

O estágio curricular realizou-se na PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens (Ex) acolhidos, em Coimbra, e teve a duração de oito meses (iniciou a 6 de novembro de 2023 e terminou a 31 de maio de 2024), cumprindo as 600 horas previstas no Regulamento Geral de Cursos de 2.º Ciclo de Estudos da ESEV.

Assim, o trabalho desenvolvido baseou-se nas linhas orientadoras do ciclo de projetos (Serrano, 2008), concretizando-se respeitando as seguintes fases: Diagnóstico, Planeamento, Aplicação-Execução e Avaliação.

3.1. Diagnóstico

O diagnóstico prévio à formulação do projeto implica o reconhecimento de que se realiza no próprio terreno onde se executa uma determinada ação, dos sintomas ou sinais reais que nos põem em relevo uma situação problemática. Quanto mais preciso e profundo é o conhecimento da realidade existente antes da execução do projeto, mais fácil será determinar o impacto e os efeitos que se alcançam com as ações do mesmo. (Espinoza, 1986:77, cit. por Serrano, 2008, p. 29).

Deste modo, quando nos deparamos com uma nova realidade e à qual devemos adaptar-nos, “é conveniente examinar a realidade a estudar, as pessoas, o meio envolvente, as características e as circunstâncias que incidirão no desenvolvimento do projeto” (Serrano, 2008, p. 29).

Por conseguinte, e de forma a conhecer a atuação e dimensão da intervenção, foi realizada uma reunião inicial com o Supervisor de estágio e Presidente da PAJE, Professor Doutor João Pedro Gaspar, e com as duas estagiárias que também realizaram o estágio curricular na PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos.

No ano letivo de 2023/2024, a PAJE permitiu que fossem desenvolvidos três estágios curriculares de áreas distintas – um estágio no âmbito do Curso de Mestrado de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco da Escola Superior de Educação de Viseu; um estágio curricular no âmbito do Curso de Mestrado de Educação Especial e Sociedade Inclusiva, da Faculdade de Psicologia da Universidade de

Coimbra e um outro estágio no âmbito do Curso de Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento, também, da Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra.

Nessa reunião foi dada a conhecer a PAJE, bem como o trabalho que tem desenvolvido (anexo C).

O trabalho desenvolvido na PAJE é *sui generis*, uma vez que a intervenção desenvolvida é em função da procura dos jovens que necessitam de ajuda e das suas problemáticas.

Após a reunião inicial, algumas conversas informais, trabalho de pesquisa e a análise de documentos acerca dos trabalhos desenvolvidos, foi elaborada uma análise SWOT da PAJE (Tabela 1).

Tabela 1

Análise SWOT

		Fatores Internos			
		Forças (<i>Strengths</i>)		Pontos Fracos (<i>Weaknesses</i>)	
Fatores positivos		Equipa especializada e multidisciplinar; Conhecimento holístico do sistema; Voluntários; Vários projetos desenvolvidos; Diversas parcerias; Capacidade rápida de resposta; Resposta individualizada e dinâmica; Agente facilitador entre escola, comunidade e poder; Capacitação contínua da equipa; Serviços gratuitos e adaptados a cada jovem Constituição como IPSS em 2023; Número de jovens apoiados		Poucos recursos humanos e financeiros; Ausência de processos e procedimentos formais; Localização – ausência de polos; Ausência de protocolo com a Segurança Social;	Fatores negativos
		Oportunidades (<i>Opportunities</i>)		Ameaças (<i>Threats</i>)	
		Parcerias nacionais e internacionais; Parcerias formais e informais; Apoio governamental; Participação em novos projetos (nacionais e internacionais); Crescimento nacional; Reconhecimento internacional; Capacidade de expansão;		Instabilidade governamental; Resistência das Casas de Acolhimento à mudança; Desvalorização da temática por parte da comunidade;	
		Fatores externos			

3.2. Planeamento

A planificação trata unicamente de determinar o que se deve fazer, para posteriormente se poderem tomar decisões práticas para a sua implementação. A planificação é um processo para determinar para onde ir e estabelecer os requisitos para chegar a esse ponto da forma mais eficaz possível (Kaufman, 1980:17, cit. por Serrano, 2008, p. 37).

O estágio desenvolvido na PAJE teve como objetivo maior o conhecimento acerca da temática (jovens que vivem em acolhimento e ex-acolhidos), compreender a atuação que é desenvolvida com este público-alvo e poder integrar a intervenção realizada.

Na primeira reunião foram apresentados três objetivos a cumprir – realização do estudo Trajetórias Pós-Acolhimento, organização e concretização do Dia do Acolhimento e elaboração de um Plano de Autonomia.

Uma vez que o presente estágio não foi planeado de forma rigorosa, devido às características da atuação da PAJE, foi, inicialmente, realizado um plano de estágio (anexo A) com fundamentação teórica acerca da temática, com um cronograma das três grandes premissas supracitadas e com os três eixos de atuação da PAJE que serviram de mote para a realização do estágio – apoiar jovens ex-acolhidos, melhorar o perfil de saída e sensibilização para a temática. Não obstante, a estagiária teve a oportunidade de participar e integrar outras atividades desenvolvidas pela PAJE e de propor outras propostas que foram concretizadas.

A realização deste estágio consistiu na integração da rotina diária da PAJE e em responder aos problemas que, quase todos os dias, surgem como, por exemplo, dar resposta a um jovem que necessita de ajuda para encontrar casa onde ficar; auxiliar outro jovem a elaborar um *curriculum vitae* para procurar emprego; participar em reuniões com os parceiros (nacionais e internacionais); implementação de projetos; candidaturas a projetos, entre outros.

Desta forma, foi realizado um cronograma final com as atividades desenvolvidas no estágio, entre novembro de 2023 e maio de 2024.

3.3. Implementação

O cronograma de atividades inicial sofreu várias alterações, uma vez que, com o decorrer do estágio, a estagiária foi integrando e desenvolvendo os projetos e atividades propostas. Além disso, a estagiária também foi desafiada e teve a oportunidade de fazer propostas que foram aceites e desenvolvidas.

Tabela 2

Cronograma de atividades desenvolvidas no estágio

Atividades	Cronograma de atividades realizadas no estágio						
	2023		2024				
	nov.	dez.	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.
Eixo 1 – Apoiar jovens (Ex)-acolhidos							
Terapeuta de referência							
Estudo Trajetórias Pós-Acolhimento							
Visita ao IGAXES							
Organização dos Powerpoints apresentados no / <i>Congresso Internacional de Transición Á Vida Adulta Da Xuventude do Sistema De Protección</i>							
Acompanhamento de jovens ex-acolhidos							
Eixo 2 – Melhorar perfil de saída							
Acompanhamento de Sessão de Supervisão a Casa de Acolhimento							
Submissão de projetos ao Prémio Maria José Nogueira Pinto							
Parceria com a ASA (Itália) <i>Eurochild's Annual General Assembly</i>							
Independent Living Skills (ILS) Thematic Group (INTRAC)							
Implementação do projeto “Passaporte para a Autonomia”							
Plano de Autonomia							
Eixo 3 – Consciencialização para a temática							
Organização e comemoração do Dia do Acolhimento							
Jantar de Natal Solidário da PAJE							
Elaboração de textos para a Newsletter da PAJE							

Caminhada Solidária da PAJE na Mata Nacional do Bussaco								
Elaboração de novos flyers de divulgação da PAJE								
Elaboração de capítulo de livro								
Concerto Solidário dos Reis								
Elaboração de Powerpoint para apresentação do <i>Projeto Escolas SITI</i> e para o Seminário do ISCE								
Concerto Solidário dos alunos do Conservatório Regional de Coimbra								
Simpósio de Educação Especial e Inclusiva da Escola Superior de Educação de Viseu								
Seminário Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo – ISCE								
Lançamento do livro “O que se passa na infância não fica na infância”								
Colaboração nas várias iniciativas								
Levantamento de informação sobre os CAFAP em Portugal								
Gestão da lista de sócios								
Elaboração do Livro de Honra da PAJE								
Elaboração de design e aplicação de vinil para novas instalações da PAJE								
Inauguração formal dos novo espaço da PAJE								
Atividades/iniciativas propostas pela estagiária								
Moldura de Natal/Dia do Acolhimento								
<i>Roll up</i>								
Hino da PAJE e concerto do Sebastião Antunes								
Doação da camisola oficial do Cláudio Ramos (FCP)								
Elaboração de Powerpoint para apresentação do <i>Projeto Escolas SITI</i> e para o Seminário do ISCE								

3.4. Eixos de intervenção:

No sentido de caminhar para a construção de uma sociedade mais igualitária, inclusiva e integradora, a PAJE intervém em três eixos: 1) **Apoiar jovens (Ex)-acolhidos** nas áreas da saúde, educação, financeira, jurídica, psicologia e do aconselhamento; situações pontuais ligadas à vida do quotidiano; assistencialismo, isto é, situações de desespero como seja a fome, o alojamento, etc. e formação a jovens adultos ex-acolhidos no sentido de promover a sua autonomização; 2) **Melhorar o perfil de saída do acolhimento** – através de diversos projetos que visam capacitar os cuidadores e os jovens; dinâmicas com crianças e jovens ainda em acolhimento; projetos inovadores (follow up, materiais psicoeducativos); 3) **Sensibilizar para a temática** publicando e apresentando comunicações em eventos científicos; sensibilizando a opinião pública e os decisores políticos; mobilizar voluntários, entre outros (PAJE, 2023, p.2).

No seu primeiro eixo – apoiar jovens (Ex)acolhidos – a PAJE tem como objetivo dar suporte a jovens que saem do acolhimento completamente despreparados para a vida em sociedade e sem retaguarda familiar, na maioria dos casos. Apoio monetário para suprir as necessidades básicas (alimentação, roupa, gestão de dívidas, etc.), ajuda na procura de habitação, apoio na procura de emprego, formação, documentos são algumas das necessidades que estes jovens sentem e que a PAJE tenta responder.

O segundo eixo – melhorar o perfil de saída – tem como objetivo melhorar o percurso dos jovens que ainda estão acolhidos e preparar o pós-acolhimento de forma mais ajustada, proporcionando uma autonomia o mais semelhante possível à dos jovens que vivem com as suas famílias de origem. Neste sentido, é realizado um trabalho de proximidade com os cuidadores das CA consciencializando-os da importância de trabalhar a autonomia e de ajudar na aquisição de competências por parte dos jovens e com os jovens acolhidos, dando-lhes ferramentas e capacitando-os para uma vida mais autónoma, aquando da saída do acolhimento residencial.

Com o terceiro eixo – consciencializar para a temática – a PAJE tem como intenção chegar junto da sociedade em geral, da academia e dos decisores políticos, lutando para que sejam tomadas medidas para capacitar os pais e evitar que os números de crianças e jovens acolhidos cresçam, promover a mudança dentro das CA, tornando o acolhimento num percurso mais “leve” e o mais semelhante possível com a vida junto da família de origem e adequar as leis à realidade e que protejam e salvaguardem, ainda mais, os direitos destas crianças e jovens.

3.4.1. Apoiar Ex-acolhidos:

O primeiro eixo tem especial intervenção no apoio a situações pontuais, burocráticas, de aconselhamento e/ou acompanhamento psicológico, na procura de emprego, apoio a nível da saúde (e.g. marcação de consultas), entre outras.

Este eixo permite um contacto mais direto entre a equipa da PAJE e os jovens, possibilitando uma maior ligação de amizade e de carácter profissional. Contudo, o apoio no pós-acolhimento é, no seu todo, muito escasso e insuficiente (PAJE, 2024).

3.4.1.1. Atividades desenvolvidas neste eixo de intervenção:

- **Terapeuta de referência**

“As características particulares seguidamente caracterizadas, são definidas como problemáticas associadas às crianças e jovens que se encontram acolhidas. Mantem-se a tendência do ano anterior, com os problemas de comportamento em evidência, seguidos da deficiência mental e da doença mental” (CASA, 2022, p.14).

São vários os estudos que nos mostram que um grande número de crianças e jovens que vivem/viveram em CA têm algum tipo de problema de saúde mental. Enquanto estão em acolhimento, regra geral, têm acompanhamento médico especializado e, muitos deles, medicados. Mas, e quando saem do acolhimento, os problemas de saúde mental desaparecem? Os problemas de saúde mental não desaparecem, mas, a maioria deixa de ter acompanhamento médico.

Neste sentido, a PAJE, na figura do seu mentor, Dr. João Pedro Gaspar, em parceria com o Dr. João Redondo (Psiquiatra), pensaram a criação de um projeto piloto - Terapeuta de Referência - para permitir que os jovens que deixam o acolhimento possam continuar a ser devidamente acompanhados e medicados (se for o caso) para lhes permitir uma melhor qualidade de vida e inserção na sociedade.

Assim, a em novembro de 2023, foi solicitado um levantamento de dados do Relatório CASA 2022 para encontrar ferramentas que permitam sustentar e possibilitar que este projeto seja criado (anexo D).

- **Estudo Trajetórias Pós-Acolhimento**

Está a ser desenvolvido um estudo (o primeiro em Portugal) com o intuito de recolher informação acerca das trajetórias de vida de jovens que saíram do acolhimento residencial em 2019 e em 2022, cujo objetivo é melhorar a preparação para transição pós-acolhimento e autonomia de vida. Os indivíduos que aceitaram participar no estudo

serão avaliados todos os anos, durante 5 anos, de forma a compreender a sua trajetória de vida em diferentes fases. O questionário pode ser preenchido pelo jovem ex-acolhido e/ou por algum elemento da casa de acolhimento residencial.

Este estudo da PAJE tem como autores o Professor Doutor João Pedro Gaspar, Presidente da PAJE, e a Professora Doutora Madalena Alarcão, que definiram as perguntas para a construção do questionário; foram abordados temas como a vitimização, a justiça, a gravidez precoce; a saúde mental e física, entre outros.

Foram realizados contactos, por e-mail e via telefone, com as CA do país e alguns jovens ex-acolhidos com quem a PAJE já teve contacto, tendo sido enviados 229 questionários e respondidos 106. Neste momento, o estudo encontra-se a aguardar o tratamento de dados.

- **Visita ao IGAXES (Santiago de Compostela)**

No dia 4 de março de 2024, foi proporcionada à estagiária uma ida ao Igaxes com o intuito de conhecer a Organização, o trabalho que desenvolvem na área do acolhimento e, quem sabe, estabelecer parcerias e trazer avanços para a área do acolhimento residencial, em Portugal.

O IGAXES é uma Organização Não Governamental, situada em Santiago de Compostela e tem como missão “que nenhum menino ou jovem tenha que desistir do seu futuro por causa da pobreza ou da exclusão social” (IGAXES, 2024).

Trabalham, há quase 20 anos, pela defesa dos direitos das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade na Galiza e defendem o modelo de intervenção centrada na pessoa.

A equipa orientada pelo Dr. Carlos Rosón, Diretor do IGAXES, empenha-se em garantir que a C/J cresça num ambiente seguro e protetor; receba uma educação de qualidade em condições de equidade; tenha oportunidades de treinar e desenvolver tudo o que os move e possam aceder a um futuro profissional e tornarem-se no que eles desejam ser (IGAXES, 2024).

Dessa reunião, e tal como aconteceu em todos os momentos que foi possível estar presente, aconteceram momentos de reflexão e discussão com o Supervisor de estágio acerca da temática e da intervenção realizada pelo IGAXES e do quanto ainda é necessário batalhar para que em Portugal se consiga alcançar algumas das conquistas já conseguidas na Galiza. No entanto, em Portugal já foi aprovada a legislação que regulamenta o direito ao arrependimento, ao passo que, em Espanha, esta ainda não se existe. Ademais, foi realizado um resumo das ideias chave discutidas aquando da reunião (anexo E).

- **Organização dos PowerPoint apresentados no *I Congresso Internacional de Transición Á Vida Adulta Da Xuventude do Sistema De Protección* (29,30 de novembro e 1 de dezembro)**

No seu primeiro eixo - apoiar ex-acolhidos - a PAJE tem como premissa realizar um trabalho diferenciador e único em Portugal, pois é a única entidade a dar resposta às necessidades dos jovens que saem do acolhimento, muitas vezes, precocemente e que acabam por perceber que não estão preparados para a vida em sociedade. São vários os jovens que procuram a PAJE para dar resposta às mais variadas situações (falta de rede social de apoio, carência económica, procura de emprego, procura de habitação, problemas de saúde mental, entre outros).

Este apoio prestado pela PAJE, na maioria das vezes, exige intervenção imediata, a qualquer hora ou dia da semana, tal é o sufoco em que alguns jovens se encontram, o que se torna exigente e “obriga” a uma atualização constante acerca dos estudos, formas inovadoras de realizar a intervenção e capacitação, projetos a acontecer, entre outros.

Há sempre uma preocupação em recolher informação a que a PAJE tem acesso, não só para alargar conhecimentos e melhorar a intervenção, mas, também, para tornar a prática o mais personalizada e adaptada possível a cada situação.

Assim, em dezembro de 2023, quando foram disponibilizadas as apresentações do *I Congresso Internacional de Transición Á Vida Adulta Da Xuventude do Sistema De Protección* foi realizada uma triagem e uma organização dos Powerpoint por temática e adequação à intervenção da PAJE, para, caso seja necessário, consulta futura.

- **Acompanhamento de Jovens Ex-acolhidos**

A estagiária teve, também, a oportunidade e o privilégio de poder acompanhar dois jovens ex-acolhidos, ainda que à distância; um deles de Portalegre e outro de Portimão.

A inserção na sociedade dos jovens que saem do acolhimento é, na maioria das vezes, difícil e, até, malsucedida; se, por um lado há uma ânsia em alcançar a autonomia e a independência, por outro lado, a realidade que encontram quando saem das CA não é a que idealizaram e, por diversos motivos, é boicotada.

Estes dois jovens, com vivências e realidades muito diferentes, partilham algo em comum – viveram em acolhimento residencial; o que, por si só, significa que, em

algum momento das suas vidas, viveram situações que os marcaram e os tornaram pessoas diferentes.

Ambos precisavam de ajuda para encontrar um emprego e, assim, conseguir alguma autonomia e, talvez, um rumo.

Neste sentido, foi solicitado a realização de um CV para ambos e, para só um deles, a procura de formação e emprego, a fim de concluir o ensino obrigatório e poder trabalhar numa área mais aproximada do que deseja para si.

Ainda é mantido o contacto com um deles, uma vez que, e devido à sua situação de saúde, necessita de algum incentivo e motivação para conseguir ser assertivo nas suas decisões e vontades.

Foi, também, realizada uma pesquisa para uma outra jovem, de Sesimbra, que estava prestes a ser “despejada” e precisava, urgentemente, de um local para arrendar; depois de uma pesquisa exaustiva e de apresentadas várias propostas, a jovem conseguiu convencer o senhorio a deixá-la ficar na casa onde está, por mais algum tempo.

3.4.2. Melhorar o perfil de saída:

Através do segundo eixo, a PAJE realiza a sua intervenção na procura de melhorar o perfil de saída dos jovens em acolhimento, através de formação em CA, onde toda a equipa (educadores, auxiliares e técnicos) devem participar, com o intuito de reduzir ao máximo a existência de práticas assistencialistas.

Além disso, é prestado apoio aos jovens que se encontram em pré-autonomia, na tentativa de os capacitar para uma vida fora do acolhimento, onde são testados no que concerne às suas competências ao nível da autonomia «e.g. projeto Semana Real(izada)».

Neste momento, já foram formalizados protocolos com mais de quarenta CA, em dezasseis distritos, de norte a sul do país (PAJE, 2024).

3.4.2.1. Atividades desenvolvidas neste eixo de intervenção:

- **Acompanhamento de sessão de Supervisão a Casa de Acolhimento**

No dia 13 de janeiro de 2024, a estagiária acompanhou o Supervisor de Estágio numa sessão de Supervisão a uma CA.

A intervenção foi realizada com a equipa educativa onde foram trabalhadas algumas competências pessoais de cada colaborador e a forma de intervir com as C/J da CA.

Segundo Sevillano-Monje e Sanz-Escutia (2022, p. 218), os profissionais “trabajan el desarrollo de habilidades sociales y competencias para la vida independiente (gestión económica, planificación del hogar, tareas domésticas, etc.); realizan orientación formativo-laboral, acompañamiento emocional, etc., y se derivan a los jóvenes a otros recursos externos siempre que es necesario”.

Como tal, a Supervisão tem como objetivo capacitar os colaboradores para uma intervenção mais ajustada e individualizada, para além de os capacitar e consciencializar para a importância de que se eles (cuidadores) estão bem e se sentem motivados, vai refletir-se numa melhor intervenção junto das C/J.

- **Prémio Maria José Nogueira Pinto**

De 15 de abril a 15 de maio, a MSD Portugal abriu candidaturas para a 12ª edição do Prémio Maria José Nogueira Pinto que atribuirá ao vencedor um valor pecuniário de 15 000€. O prémio tem como objetivo reconhecer o mérito e a excelência do trabalho desenvolvido por entidades, coletivas ou individuais, do terceiro setor e que se destacam pela inovação e impacto positivo nas comunidades onde se inserem (MSD Portugal, 2024).

A PAJE já implementou diversos projetos (bem-sucedidos) e, como tal, foi realizada a submissão de duas candidaturas com projetos distintos – *Semana Real(izada)* e *Escolas SITI – Escolas Sensibilizadas para a Importância do Trauma Infantil*. Neste seguimento, a estagiária organizou a informação necessária que, depois de corrigida e aprovada pelo Supervisor de Estágio, submeteu na plataforma da MSD Portugal (anexo F e G).

No momento, ainda não há resultados, pelo que ainda não há conhecimento se a PAJE foi contemplada.

- **ASA - Associazione Soliodarietà Adiozioni**

Em abril de 2024, a estagiária foi desafiada a participar num projeto internacional, cujo título é *(I)BRIDE early and forced marriages accross Europe*. O projeto será coordenado por uma técnica da ASA – Associazione Soliodarietà Adiozioni e será desenvolvido em parceria com técnicos de diversas áreas e países, nomeadamente Itália, Espanha, Grécia, Estónia e Portugal (PAJE e Centro de Direito da Família).

O (*I*)BRIDE tem como finalidade aumentar a consciência pública sobre as consequências dos casamentos forçados e da mutilação genital feminina, promovendo o diálogo sobre como abordar estas violações dos direitos humanos e reforçar as políticas e normas para as prevenir na Europa (anexo H).

Para que a proposta deste projeto fosse finalizada e submetida dentro do prazo, foi solicitado o envio de alguma informação acerca da PAJE (anexo I), bem como informação acerca dos participantes.

Depois de realizada a candidatura, a PAJE recebeu a proposta submetida, onde consta a informação acerca de todos os países e respetivos elementos que participarão no projeto, a verificar-se a sua aprovação (anexo J).

Segundo Serrano (2008, p. 16), “a elaboração de Projetos Sociais nasce como consequência do desejo de melhorar a realidade onde estamos inseridos”.

“O ser humano aprende na medida em que participa na descoberta e na invenção” (E. Sábato, Correio da Unesco, agosto, 1990, cit. por Serrano, 2008, p. 13).

- ***Eurochild's Annual General Assembly***

A PAJE é membro da Eurochild desde 2019 e um dos projetos que desenvolveu, em parceria, tem como título “Reaching In: fortalecer a participação das crianças “marginalizadas” na tomada de decisões”.

A Eurochild é uma rede de organizações e indivíduos que trabalham com e para crianças na Europa; unem forças para conseguir uma sociedade onde todas as crianças e jovens cresçam felizes, saudáveis, confiantes e respeitados e têm como objetivo incitar mudanças positivas na vida das crianças, em especial as que são afetadas pela pobreza e desvantagens (Eurochild, 2024).

No dia 23 de maio foi proporcionada a participação na *Eurochild's Annual General Assembly*, em representação da PAJE, onde foram discutidos assuntos como: os próximos passos a desenvolver; os Direitos das Crianças e suas ameaças; o combate à pobreza infantil, a participação infantil, entre outros. Foram também realizadas votações para aprovação do relatório financeiro de 2023, o orçamento do ano de 2024 e a entrada de novos membros e, um deles, é uma investigadora portuguesa.

A adesão é aberta a organizações e indivíduos, cujo interesse seja o de defender os direitos e bem-estar das crianças e jovens.

- **Independent Living Skills (ILS) - Thematic Group (INTRAC)**

Uma vez mais, desafiada pelo Supervisor de Estágio, a estagiária foi integrada num subgrupo do INTRAC, cujo tema é Competências para a Vida Independente (Independent Living Skills - ILS).

O INTRAC é uma Rede Internacional de Pesquisa sobre Transições de Cuidados para a Idade Adulta, composto por mais de 300 investigadores de 48 países em todo o mundo e tem como objetivo promover pesquisas nacionais e internacionais sobre a transição do acolhimento para a vida autónoma. De salientar que o Professor Doutor João Pedro Gaspar é o único português a integrar este grupo.

Assim, no dia 27 de maio, aconteceu a primeira reunião do subgrupo onde estiveram presentes membros dos Estados Unidos da América, Espanha, Países Baixos, África do Sul, Reino Unido e Portugal (PAJE).

Na reunião (realizada em inglês) foram feitas as apresentações individuais de cada um, explanado o objetivo do subgrupo, a visão geral do grupo, planos para o futuro e a periodicidade das reuniões (4/ano).

Na reunião esteve presente o Dr. Jorge Del Valle, da Universidade de Oviedo e esta foi conduzida pela Dra. Laura García-Alba (Universidade de Oviedo) e o Dr. Mike Starr (Universidade Northumbria – Newcastle, Inglaterra), (anexo K).

- **Implementação do Projeto “Passaporte para a Autonomia”**

O projeto “Passaporte para a Autonomia” é desenvolvido em parceria com a Think Human Foundation e foi implementado em duas cidades distintas do país (uma no Norte e outra na zona Centro); para o próximo ano acontecerá em Lisboa.

O projeto foi desenvolvido em três sessões, uma a cada mês e é composto por duas vertentes: plano de formação para cuidadores das CA e empoderamento de jovens acolhidos para a integração no mercado de trabalho.

Os objetivos são: conhecer a mudança de Paradigma relativamente à preparação para a vida pós-acolhimento; perceber as vantagens da integração profissional dos jovens acolhidos; preparar os cuidadores para atuarem ao nível da inserção profissional e potenciar competências e melhorar o perfil dos recursos humanos das CA.

As sessões são preparadas da seguinte forma: 1ª sessão – Estabelecer relação, trabalhar o autoconhecimento e a autoconfiança com os jovens; 2ª sessão – Análise SWOT (individual) e motivação; 3ª sessão – Princípios de orientação vocacional, CV, entrevista de emprego, carta de motivação, entre outros (anexo L).

As sessões com os cuidadores são orientadas e planificadas pelo Dr. João Pedro Gaspar.

- **Plano de Autonomia**

O Plano de Autonomia, realizado ao longo do estágio, tem como objetivo reunir informação para que os jovens consigam pensar e realizar a preparação para a autonomia de forma consciente e com as capacidades necessárias para uma transição saudável para a vida adulta. Por outro lado, pretende alertar e capacitar os cuidadores para uma intervenção mais individualizada e ajustada a cada jovem e respetivas necessidades (não se encontra em anexo, pois aguarda validação da PAJE).

3.3.3. Consciencialização para a temática:

O terceiro eixo centra-se na investigação na investigação, divulgação e sensibilização da comunidade, academia e decisores políticos para a temática do acolhimento e as dificuldades na inclusão social aquando da transição para a vida adulta.

A PAJE surge como uma voz ativa na transmissão de uma mensagem que muitos não conhecem e que outros não conseguem trazer ao mundo. Saliencia-se “a importância de diferenciar, positivamente, jovens adultos que foram «crianças em perigo», vítimas prematuras da família e/ou sociedade, que levam para toda a sua vida as consequências dessas experiências, pois nenhum jovem nasce delinvente” (PAJE, 2024).

3.4.3.1. Atividades desenvolvidas neste eixo de intervenção:

- **Organização e comemoração do Dia do Acolhimento**

Tal como acontece nas ilhas britânicas desde 2016, a PAJE celebra, desde 2022, o “Dia do Acolhimento” que se assinala na 3ª sexta-feira do mês de fevereiro.

Esta comemoração é uma oportunidade para a comunidade e profissionais se unirem – enquanto indivíduos que lutam, diariamente, pelos Direitos, no apoio à superação de crianças e jovens em acolhimento, pugnando pelas suas conquistas – relembrando a sociedade e os decisores políticos para o progresso no trabalho desenvolvido, mas, também, para as dificuldades encontradas.

Este ano, 2024, o evento aconteceu no dia 16 de fevereiro e com a dimensão que assume, exige uma organização cuidada e pensada ao pormenor. Assim, foram

escolhidos o tema e os moderadores em reunião com as três estagiárias que a PAJE teve este ano letivo e o Supervisor de Estágio; foi elaborado o cartaz de divulgação, os certificados de participação, a identificação da Comissão Organizadora, a moldura para as fotografias, o papel de parede para as mensagens dos participantes, PowerPoint para apresentação durante o evento, as lembranças para os intervenientes, o formulário de inscrição, o questionário de satisfação, a listagem de inscritos e o *coffe break* (anexos M, N, O, P, Q, R, S, T).

Depois do evento, todos os certificados foram personalizados, pela estagiária, com o nome de cada participante e enviados para cada um deles, bem como os respetivos recibos de pagamento, organizados em colaboração com o Tesoureiro da PAJE.

A organização deste evento necessitou de muito empenho e organização, mas permitiu não só uma grande aprendizagem, como, também, o contacto com profissionais de diversas áreas relacionadas com C/J em risco e, até, uma maior proximidade com esses profissionais.

Foi, também, proposto à estagiária a moderação de um dos painéis que permitiu mais uma aprendizagem e experiência únicas.

- **Jantar Solidário de Natal**

Realizou-se, no dia 14 de dezembro, o tradicional Jantar Solidário de Natal da PAJE com a colaboração dos Cursos Profissionais de Técnico de Restaurante e Bar e de Cozinha/Pastelaria, do Agrupamento de Escolas de Coimbra Oeste.

A participação do público, incluindo jovens ex-acolhidos e membros da comunidade local, levou um significado de união e apoio à causa; as estagiárias também marcaram presença.

- **Newsletter da PAJE**

A Newsletter da PAJE, regra geral, é trimestral e enviada aos sócios no último dia do mês que corresponde ao trimestre; a penúltima compilou as atividades realizadas entre novembro de 2023 e fevereiro de 2024 e a última corresponde aos meses de março a maio, publicada no dia 31 de maio.

A Newsletter compila as atividades que a PAJE organiza, como a comemoração do Dia do Acolhimento, os concertos solidários, os jantares solidários, os seminários onde a PAJE é representada, os projetos implementados, entre outros.

Os textos são escritos pelas estagiárias que, antes de ser enviada aos sócios é corrigida e validada pela Vice-Presidente da PAJE (anexo X, Y).

- **Caminhada Solidária da PAJE**

No dia 13 de abril, realizou-se, na Mata Nacional do Bussaco, candidata a Património da Unesco, uma caminhada solidária da PAJE. Esta, foi organizada, em parceria, com a Remax Visão, ABC cabeleireiros e Bota Cansada.

Estiveram presentes mais de 150 caminhantes e foi de acordo mútuo que a caminhada foi muito reconfortante e a paragem para comer uma fatia de bolo foi ótima para recarregar energias (Anexo Z).

Todos os participantes manifestaram vontade de participar numa nova edição e percebe-se que, de facto, estes tipos de eventos são muito importantes para a divulgação da PAJE e para dar a conhecer o trabalho que se desenvolve, bem como a realidade do acolhimento residencial.

- **Elaboração de novos *flyers* de divulgação da PAJE**

Em fevereiro de 2024, a estagiária elaborou uma proposta de novos *flyers* para divulgação da PAJE, uma vez que os que existiam, até ao momento, já se encontravam desatualizados.

Assim, depois de apresentados ao Supervisor de Estágio e realizadas algumas alterações, foram aprovados, impressos e são, neste momento, os *flyers* “oficiais” de divulgação da PAJE (anexo AA).

A divulgação do trabalho realizado é fundamental não só para divulgar a PAJE, mas, também, a sua intervenção e reconhecimento.

- **Elaboração de capítulo de livro**

Em abril de 2024 foi lançado um outro desafio à estagiária, a elaboração de um capítulo de livro, como coautora, em colaboração com o Supervisor de Estágio.

É um privilégio poder embarcar destes desafios! O lançamento do livro acontecerá no final do ano civil, pelo que ainda não pode ser divulgado (anexo AB).

- **Concertos Solidários da PAJE**

Nos dias 6 de janeiro e 10 de maio de 2024, aconteceram dois concertos solidários, cujos donativos reverteram a favor da PAJE.

Em janeiro, realizou-se o Concerto Solidário dos Reis, com a participação dos convidados Fado ao Centro, Sousa Music School e Pedro Gaspar.

Em maio, no auditório da Escola Superior de Tecnologia da Saúde/Escola de Enfermagem, foi a vez de o Conservatório Regional de Coimbra se juntar à causa da PAJE, onde promoveu em concerto solidário, proporcionando um momento fantástico (anexo AC).

As estagiárias marcaram presença e estiveram a receber os donativos (livres) de quem quis participar.

- **Simpósio de Educação Especial e Inclusiva da Escola Superior de Educação de Viseu**

A PAJE submeteu um resumo acerca do projeto das Escolas SITI – Sensibilizadas para a Importância do Trauma na Infância para apresentação nas comunicações livres do Simpósio de Educação Especial e Inclusiva da ESEV.

O resumo (anexo AD) foi aceite e apresentado, pela estagiária, no dia 16 de maio, em formato online. O projeto já foi implementado em 4 Agrupamentos de Escolas, mas, neste momento, não está a ser implementado, por falta de financiamento e recursos humanos.

Estas iniciativas são sempre importantes para divulgar e consciencializar para a melhoria dos cuidados dos jovens que se encontram, ainda, acolhidos, pois o trauma infantil deixa marcas que se perpetuam para a vida toda.

Foi, também, elaborado um PowerPoint para apresentação do projeto aquando da intervenção no Seminário de EEI (anexo AE).

- **Seminário Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo – ISCE**

A PAJE foi convidada para um seminário online, organizado no âmbito da UC de Temas da Cultura Contemporânea da Licenciatura de Educação Social, do Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo.

O seminário aconteceu no dia 16 de maio e teve como mote “Quando a infância nunca foi infância... o que faz falta?”, onde foi dada a conhecer a intervenção da PAJE, bem como o trabalho realizado pelos vários profissionais que com a PAJE colaboram.

Uma vez mais, a estagiária foi desafiada a participar no seminário e representar a PAJE (anexo W).

- **Lançamento do livro “O que se passa na infância não fica na infância”**

Finalmente chegou o tão aguardado dia do lançamento do livro “O que se passa na infância, não fica na infância, coordenado por João Pedro Gaspar e Paulo Guerra.

O livro tem histórias da infância de cinquenta personalidades ligadas à infância (profissionais e ex-acolhidos) e foram escolhidos vinte e cinco homens e vinte e cinco mulheres para darem o seu testemunho no ano em que se assinalam os cinquenta anos do 25 de abril.

O lançamento do livro aconteceu no dia 31 de maio, no Auditório António de Almeida Santos da Assembleia da República e contou com a apresentação de Idália Serrão, Laborinho Lúcio e Carlos Neto (anexo AF).

Entretanto está a ser apresentado em várias cidades do país e, se não houver nada contra, também acontecerá em Viseu. Os direitos de autor do livro revertam, na íntegra, a favor da PAJE.

3.4.4. Colaboração nas várias iniciativas

Além das atividades realizadas e inseridas nos eixos de intervenção da PAJE, foram desenvolvidas outras atividades e iniciativas que, ainda que não estejam diretamente ligadas à intervenção, são fundamentais para o bom funcionamento da PAJE, enquanto associação.

3.4.4.1. Atividades desenvolvidas neste eixo:

- **Levantamento de informação sobre os CAFAP em Portugal**

Uma das primeiras tarefas solicitadas no estágio, em novembro de 2023, foi o levantamento de todos os Centros de Apoio Familiar e Acompanhamento Parental (CAFAP) em território nacional. A PAJE apoia jovens de todos o país e ilhas, o que exige o contacto das várias respostas para a infância e juventude, independentemente da localização geográfica.

O trabalho em parceria faz todo o sentido e, só assim, se consegue ajudar a resolver, no imediato, as situações que vão chegando, diariamente, à PAJE.

Deste modo, foi elaborada uma listagem de todos os CAFAP em Portugal e colocada nos documentos na PAJE (anexo AG).

- **Gestão de sócios**

Todas as instituições e entidades exigem trabalho burocrático para que se cumpram os requisitos necessários ao seu pleno funcionamento. Desta feita, é necessário que a listagem de sócios esteja organizada e atualizada com a entrada de

novos sócios, os pagamentos realizados pelos sócios, bem como os respectivos recibos de pagamento.

Desde dezembro de 2023 que foi incumbida essa tarefa à estagiária que, em parceria com o Presidente da PAJE (que recebe os formulários de inscrição preenchidos pelos novos sócios e gere a entrada de pagamentos) e com o Tesoureiro da PAJE (que emite os recibos de pagamento), a encarregou-se, depois de informada, solicitar ao Tesoureiro a emissão do recibo e o seu envio a cada sócio.

A listagem de sócios não se encontra em anexo, respeitando, assim, a confidencialidade dos dados.

- **Livro de Honra da PAJE**

A PAJE promove vários eventos e todas as pessoas que fazem parte da história da PAJE são importantes para os passos que esta vai dando e as conquistas que vai conseguindo com o seu trabalho diário.

Neste sentido, foi proposto a elaboração de um Livro de Honra para que todas as pessoas possam deixar o seu testemunho e as suas palavras de inspiração para continuar a motivar quem, todos os dias, luta em prol das crianças e jovens em perigo (Anexo AH).

A “abertura” do livro ficou a cargo do Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Coimbra, Dr. Paulo Guerra, autointitulado trabalhador da infância e grande defensor dos Direitos das Crianças.

- **Elaboração de design e aplicação de vinil para novas instalações da PAJE**

Foi cedido à PAJE um novo espaço, uma vez que o atual tem poucas condições de funcionamento. Contudo, o novo espaço necessitou de algumas reformas e decoração para torná-lo num local mais aprazível.

Neste sentido, juntamente com o Supervisor de Estágio, foi idealizada/desenhada uma decoração do que viria a ser o novo espaço da PAJE e, depois de aprovado, foi enviada para a gráfica.

Assim, no dia 1 de abril, a estagiária deslocou-se a Coimbra e, em parceria com o Supervisor de Estágio, colocou o vinil, que tornou o espaço muito mais agradável e acolhedor (anexo AI).

- **Inauguração da PAJE**

No dia 2 de abril, foi formalmente inaugurado o novo espaço da PAJE que proporciona condições de trabalho aprazíveis e oferece a possibilidade de acolhimentos de emergência (pois tem dois quartos, um quarto de banho e uma cozinha).

O novo espaço foi cedido pelo Politécnico de Coimbra e, para os arranjos necessários, contou a colaboração da União de Freguesias de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades e de voluntários pontuais (elementos de duas empresas – Remax Visão e Webhelp – e dos corpos sociais), (anexo AJ).

Este espaço será, também, utilizado para dar continuidade à realização do projeto “Semana Real(izada)”, cujo objetivo é desafiar os jovens acolhidos com dezoito ou mais anos, a passar uma semana em Coimbra, de forma a poderem testar e adquirir competências relativamente à vida quotidiana, sem o apoio habitual das CA.

De salientar que o espaço anterior continuará como sede da Associação.

3.4.5. Atividades/iniciativas propostas pela estagiária

Para além das atividades realizadas em cada eixo de intervenção e da colaboração em diversas iniciativas, sempre houve, desde o primeiro momento, um incentivo à participação e sugestão de ideias/propostas. Neste sentido, foram propostas algumas iniciativas que foram aceites e desenvolvidas, posteriormente enumeradas.

3.4.5.1. Atividades/iniciativas propostas e realizadas:

- **Moldura de Natal/Dia do Acolhimento**

O jantar Solidário de Natal realizou-se a 13 de dezembro e, para além dos cubos (decorativos) que a PAJE tem e que ajudam a divulgar a causa, a estagiária propôs a elaboração de uma moldura para um maior envolvimento dos presentes, criando momentos de diversão e recolha de memórias futuras.

Desta feita, verificou-se uma grande adesão por parte de todos os participantes e foram tiradas imensas fotografias que ficarão como memória do Jantar Solidário de Natal de 2023 (anexo AK).

A mesma moldura foi reaproveitada e utilizada para a comemoração do Dia do Acolhimento, de forma a criar momentos descontraídos e interação entre todos (anexo R).

- **Roll up**

No início de janeiro de 2024, foi proposto, pela estagiária, a possibilidade de elaborar um *roll up* para melhor divulgação da PAJE e, uma vez que, em dezembro de 2023 a PAJE recebeu o prémio de Direitos Humanos, atribuído pela Assembleia da República (decisão tomada por unanimidade), deveria ser também divulgado para enaltecer o trabalho reconhecido pelo maior órgão do Estado Português.

Apesar de ser vista como uma ideia a desenvolver, o *roll up* não poderia ser elaborado naquela fase devido aos poucos recursos económicos da PAJE, que tem compromissos que não pode descurar.

Desta forma, a estagiária procurou quem pudesse patrocinar o *roll up* (e conseguiu) e este foi desenhado em parceria com o Supervisor de Estágio que, depois de autorizar, foi enviado para a gráfica para produção (anexo AL).

O *roll up* foi utilizado pela primeira vez na comemoração do Dia do Acolhimento.

- **Hino da PAJE e concerto do Sebastião Antunes**

Também em janeiro de 2024, a estagiária propôs ao Supervisor de Estágio a criação de um hino para a PAJE, uma vez que esta tinha sido reconhecida através do Prémio Direitos Humanos 2023. A ideia seria que o hino fosse escrito e composto por alguém conhecido do mundo da música, para dar mais qualidade e visibilidade ao hino e à PAJE.

A ideia foi prontamente aceite, e realizou-se um *brainstorming* com o objetivo de perceber o que se poderia fazer e como poderíamos chegar à pessoa em causa. Depois de vários contactos realizados pela estagiária e de algumas respostas negativas e outros sem resposta, foi de acordo mútuo, contactar o Sr. Sebastião Antunes – mentor, compositor, letrista e intérprete da banda “Quadrilha” – pela sua grande qualidade na área da música e, porque sendo cego, torna esta parceria ainda mais especial.

O primeiro contacto com o Sr. Sebastião Antunes foi efetuado pela estagiária, em janeiro de 2024, que depois de alguns minutos a conversar com alguém que pensava ser o seu agente, o próprio Sebastião Antunes diz “tenho todo o gosto em colaborar”.

Após estabelecido o contacto entre os três (estagiária, Supervisor de Estágio e Sr. Sebastião Antunes), e de ter sido dada toda a informação que solicitou, o Sr. Sebastião comprometeu-se a escrever e compor o que viria a ser o hino da PAJE.

Entretanto, no dia 11 de maio, a estagiária e o Supervisor de Estágio foram assistir a um concerto do Sr. Sebastião Antunes, em Coimbra, e tinham como objetivo

conseguir a possibilidade de reunir com ele e conversar acerca do hino da PAJE, o que se proporcionou.

Passados alguns meses desde o primeiro contacto, a 27 de maio de 2024, o hino estava pronto e foi enviado para o Dr. João Pedro Gaspar, que o partilhou com a estagiária e com os restantes elementos dos corpos sociais da PAJE e, depois de votação, foi escolhido o nome: “Não estou sozinho” (anexo AM).

- **Doação da camisola oficial do Cláudio Ramos (FCP)**

Depois de uma conversa com o Supervisor de Estágio acerca de ofertas de camisolas de jogadores para leiloar, a estagiária lembrou-se que poderia tentar contactar o guarda-redes suplente do Futebol Clube do Porto (FCP), Cláudio Ramos, para a possibilidade de oferecer uma camisola autografada para a PAJE leiloar e ficar com a receita, uma vez que é natural do mesmo concelho que a estagiária.

O contacto foi efetuado e, mais uma vez a resposta foi “claro que sim, tenho todo o gosto em colaborar”. Desta forma, em abril de 2024, o jogador do FCP, teve a amabilidade de oferecer uma camisola oficial autografada e de tirar uma fotografia para colocar nas redes sociais (anexo AN).

- **Publicações nas redes sociais**

A estagiária propôs uma imagem e um pequeno texto para divulgação nas redes sociais da Plataforma PAJE que foi aceite e, em maio, publicada (anexo AO).

As publicações nas redes sociais são uma mais-valia para divulgação do trabalho que se vai realizando, para dar a conhecer o que é a PAJE e quais os seus eixos de intervenção e é, também, uma forma de alcançar um maior número de pessoas.

- **Caixa dos donativos**

À semelhança do *roll up*, a caixa de donativos da PAJE, que é levada para os eventos solidários, precisava de remodelação e, desta forma, foi proposto ao Supervisor de Estágio a aquisição e decoração de uma nova caixa de donativos que, uma vez mais, foi aceite.

Neste sentido, a estagiária encarregou-se de encontrar a caixa, pensar a decoração e encontrar quem fizesse a sua personalização, o que aconteceu em finais de maio de 2024.

Assim, a PAJE, tem uma nova caixa de donativos que passará a ser utilizada em todos os eventos solidários que virão a acontecer (anexo AP).

3.5. Avaliação

A avaliação é uma gestão científica específica, cujo objetivo é examinar a capacidade de um agente para assumir um problema social, para satisfazer as necessidades sentidas pela população, para transformar uma determinada situação nas condições possíveis; o que equivale a descobrir a produtividade de uma organização (Serrano, 2008, p. 83).

A avaliação “não deve ser pontual, mas um processo para obter a informação necessária, ordenada, relevante, fiável, válida e atempada, a fim de se emitir um juízo de valor sobre a qualidade do processo e o produto-educativo, desde o início até ao fim” (Serrano, p. 95).

Segundo Serrano (2008, p. 95), “durante o desenvolvimento do projeto devemos avaliar o seu processo, os modelos e o caminho que se está a seguir para alcançar os objetivos previstos. Devemos certificar-nos de que modo o projeto tem capacidade para alterar uma situação problemática”.

Assim, “a avaliação de processo deve ser, pois, uma ajuda ao pensamento racional e ativo na trajetória de uma tomada de decisão. É um processo contínuo e supõe um exame constante de programas e ações” (Serrano, 2008, p. 95).

Consequentemente, ao longo do estágio, e devido às características muito próprias da intervenção realizada pela PAJE, a avaliação foi realizada, em quase todos os momentos, de forma informal, através de reuniões e conversas entre as estagiárias e o Supervisor de Estágio.

Relativamente à avaliação de processo e, apesar de não poderem ser apresentadas evidências, no final de cada evento, intervenção ou apresentação foram realizadas, sempre, várias conversas informais entre a estagiária e o Supervisor de Estágio, ou entre todas as estagiárias e o Supervisor de estágio, com o objetivo de apontar os pontos fortes e os pontos a melhorar. Desta forma, não há evidências acerca da avaliação, apesar desta acontecer regularmente.

Não obstante, após a comemoração do Dia do Acolhimento, foi enviado, a todos os participantes, um questionário de satisfação a fim de aferir as diferentes opiniões e quais os aspetos a melhorar (anexo T). As respostas não corresponderam ao número de participantes, ou seja, são em baixo número, relativamente ao número de pessoas que esteve presente no evento, mas foi possível aferir que, no geral, o evento foi ao encontro das expectativas de quem esteve presente, uma vez que «, ao analisar os gráficos, a maioria das respostas refere que a percentagem maior se encontra no item

“satisfeito” e “totalmente satisfeito”; sendo que, segundo as respostas, a intervenção mais apreciada foi a do Dr. Paulo Guerra (Anexo AQ).

São também apontadas algumas sugestões como a questão de mudar o evento de cidade, ter mais testemunhos de crianças e jovens, questionamentos sobre a consciência de quem faz as leis, entre outros.

Ainda que não se tenha verificado a implementação de um plano de estágio, uma vez que a estagiária foi integrar o trabalho que vem sendo desenvolvido, o conhecimento da realidade foi fundamental para aprofundar o trabalho realizado, bem como conseguir compreender as necessidades existentes e perceber a situação social.

Na perspectiva de Pena (2005), um projeto poderá ser avaliado através da elaboração de um relatório ou documento que apresenta as evidências da eficiência e eficácia.

Relativamente ao apuramento da eficiência da intervenção, devem ter-se em conta o grau de execução das atividades - número de atividades previstas e realizadas; tempo de execução das atividades – tempo previsto e gasto para a execução das atividades e desvio financeiro – orçamento previsto e orçamento realizado. No que concerne à eficácia, devem ser considerados: grau de alcance dos resultados – resultado previsto e alcançado; timing dos resultados – data prevista e data de concretização dos resultados; grau de alcance dos objetivos – objetivos previstos e alcançados; timing dos objetivos – data prevista e data de concretização dos objetivos; grau de alcance e timing da finalidade (Pena, 2005).

No seguimento da perspectiva do autor supracitado, procedeu-se à organização de uma tabela onde a informação acerca da avaliação da eficiência se encontra organizada com o intuito de confrontar as atividades inicialmente previstas com as atividades realizadas durante o estágio (tabela 3).

No que diz respeito ao desvio financeiro, não existem orçamentos disponíveis, uma vez que todas as atividades que implicaram gastos foram asseguradas pela PAJE e o *roll up* angariado pela estagiária foi oferta de uma pessoa anónima.

Quanto à avaliação da eficácia, esta é realizada através do confronto entre os objetivos previstos e os objetivos concretizados, utilizando, também, uma tabela onde é organizada a informação acerca do alcance dos objetivos (tabela 4).

Tabela 3

Grau de execução das atividades

Eixos de intervenção	Atividades previstas	Atividades realizadas
Apoiar jovens ex-acolhidos	- Realização do estudo Trajetórias Pós-Acolhimento	- Contacto estabelecido com 229 instituições para responder aos questionário; - Recolha de 106 respostas
		- Levantamento de dados do Relatório CASA 2022 para criação de projeto piloto “Terapeuta de Referência”
		- Visita ao IGAXES
		- Organização dos PowerPoint apresentados no <i>I Congresso Internacional de Transición À Vida Adulta Da Xuventude do Sistema de Protección.</i>
		- Acompanhamento de jovens ex-acolhidos
Melhorar o perfil de saída	- Elaboração do Plano de Autonomia	- Recolha e organização da informação para elaboração do Plano de Autonomia.
		- Acompanhamento de sessão de Supervisão a CA.
		- Elaboração e submissão de projetos ao Prémio Maria José Nogueira Pinto.
		- Desenvolvimento de projeto com sobre Mutilação genital feminina e casamentos precoces com a ASA (Itália).
		- Eurochild’s Annual General Assembly.
		- Independent Living Skills (ILS) Thematic Group (INTRAC).
		- Implementação do projeto “Passaporte para a Autonomia”.
Consciencialização para a temática	- Organização e comemoração do Dia do Acolhimento 2024	- Organização e comemoração do Dia do Acolhimento 2024 (contactos com oradores, organização do espaço, certificados, brindes para oradores, <i>coffe break</i> , etc.).
		- Elaboração de textos para a Newsletter da PAJE.

		- Elaboração de novos flyers de divulgação da PAJE.
		- Colaboração na elaboração de capítulo de livro.
		- Concerto Solidário dos Reis.
		- Concerto Solidário dos alunos do Conservatório Regional de Coimbra.
		- Elaboração de PowerPoint para apresentação do Projeto Escolas SITI e para o Seminário do ISCE.
		- Participação no Simpósio de Educação Especial e Inclusiva da ESEV.
		- Participação no Seminário do Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo – ISCE.
Colaboração nas diversas iniciativas		- Levantamento de informação sobre os CAFAP em Portugal.
		- Gestão da lista de sócios da PAJE.
		- Elaboração do Livro de Honra da PAJE.
		- Elaboração de design e aplicação de vinil para as novas instalações da PAJE.
Atividades/iniciativas propostas pela estagiária		- Moldura de Natal/Dia do Acolhimento.
		- <i>Roll up.</i>
		- Hino da PAJE
		- Doação da camisola oficial do Cláudio Ramos (FCP).

Tabela 4

Grau de alcance dos objetivos

Eixos de intervenção	Objetivos previstos	Objetivos alcançados
Apoio a jovens ex-acolhidos	Realização do estudo Trajetórias Pós-Acolhimento	- Contactar as CA; - Recolha de respostas aos questionários.
Melhorar o perfil de saída	Elaboração do Plano de Autonomia	- Sensibilizar os cuidadores das CA para melhorar o perfil de saída dos jovens em acolhimento; - Capacitar os cuidadores para uma intervenção mais ajustada e personalizada; - Consciencializar os jovens acolhidos para todos os serviços disponíveis que poderão necessitar/utilizar; - Capacitar os jovens com competências adequadas para a vida pós-acolhimento.
Consciencialização para a temática	Organização e comemoração do Dia do Acolhimento 2024	- Alertar a comunidade para a problemática; - Consciencializar cuidadores e academia para a necessidade de uma intervenção ajustada e personalizada; - Consciencializar toda a comunidade para a necessidade de melhorar a gestão e as práticas do AR.

Ao proceder à análise das tabelas anteriores, pode verificar-se que, no geral, os objetivos previstos foram alcançados e as atividades realizadas superaram as atividades previstas, o que confirma a eficiência e a eficácia do estágio.

A realização do estágio curricular na PAJE mostrou-se uma mais-valia e uma aprendizagem a nível académico e profissional, bem como a nível pessoal, pois permitiu um conhecimento e compreensão das necessidades e dificuldades que os jovens que saem das CA e tentam ser inseridos na sociedade, encontram. Se o facto de terem sido retirados das suas famílias é um processo difícil e traduz algum tipo de violência/negligência, a integração na CA também tem as suas dificuldades e é um processo moroso e, regra geral, de difícil adaptação.

A possibilidade de integrar diferentes contextos/atividades, proporcionou a tomada de consciência do trabalho que se vai fazendo, um pouco por outros países e a necessidade de haver um trabalho contínuo para garantir a salvaguarda dos direitos das crianças.

É importante, tal como já vai acontecendo um pouco pela Europa, que os países se unam e, confrontando as diferentes realidades e medidas políticas, se desenvolva um trabalho significativo e que mude mentalidades e realidades.

O contacto direto com crianças e jovens acolhidos foi uma experiência indescritível e que permitiu, não só o contacto e o conhecimento da realidade, como também desenvolveu, na estagiária, um sentimento de admiração por todos estes jovens que passam pelas mais diversas atrocidades, alguns desde o seu nascimento, e têm a capacidade de receber o outro e, ainda que com feridas abertas, abrir o coração a desconhecidos, expondo os seus medos e anseios.

Pode afirmar-se que a possibilidade de desenvolver o estágio curricular na PAJE foi uma oportunidade privilegiada que promoveu uma aprendizagem enorme e uma visão acerca da vida muito diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTAS PARA O FUTURO

“Nenhum vento sopra a favor de quem não sabe para onde ir”.

Sêneca

“A vida do ser humano é definida por ciclos que, presumivelmente, ocorrem dentro de um seio familiar. O primeiro é determinado pelo nascimento e estende-se num continuum: do crescimento até à morte” (Alarcão, 2006, cit. por Almeida 2020, p. 9).

Ao refletirmos sobre juventude concluímos que esta é tão significativa como imprevisível, pois é associada a um desenlace de diversos processos.

Contudo, e segundo Costa et al. (2019, p. 54), “quando as famílias não apresentam competências para proteger, cuidar, defender e promover os interesses e direitos das crianças e jovens, estas ficam numa situação de vulnerabilidade, numa situação de carência, numa situação de risco”.

Em Portugal, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) (aprovada pela Lei 147/99 de 1 de setembro de 2001), analisa estas situações e tem como finalidade a promoção e proteção das crianças e jovens em perigo e o papel das entidades responsáveis na matéria.

O estágio na PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos, permitiu um contacto direto com crianças e jovens ainda em acolhimento e com jovens ex-acolhidos, nas mais diversas situações e com diferentes necessidades.

Concomitantemente, possibilitou uma vivência e aprendizagem indescritíveis e sentimentos ambivalentes, pois, se por um lado, se fica de coração cheio quando percebemos que podemos fazer a diferença na vida de jovens que passaram por situações adversas e nos deixam “entrar no seu mundo”, expondo as suas angústias e anseios, por outro, o sentimento é de revolta para com as pessoas que permitiram que estas C/J fossem vítimas de qualquer tipo de maltrato e tivessem de ser acolhidas.

Por outro lado, estas C/J que viveram as situações mais horrendas e que nos recebem, numa primeira vez, com olhar de soslaio e reserva (pois é mais alguém desconhecido a entrar na vida de quem já está cansado de serem outros a tomar decisões por si) e, nas próximas vezes, com um sorriso de esperança e vontade de partilhar os sonhos e que alguém os incentive a segui-los, faz-nos refletir e concluir que, muitas vezes, damos demasiada importância a situações insignificantes, quando comparadas com estas trajetórias de vida.

Todavia, foi, também, um enorme privilégio poder aprender e crescer com a experiência, a sabedoria e a benevolência que caracterizam o Professor Doutor João Pedro Gaspar.

Em Portugal, a investigação na área do acolhimento residencial e do pós-acolhimento é, ainda, muito insuficiente, o que realça a necessidade de haver um maior investimento nesta área, não só na intervenção com crianças e jovens, como na formação de cuidadores e técnicos.

É, também, fundamental consciencializar a sociedade, a academia e os decisores políticos, em primeiro lugar para a capacitação parental, de forma a evitar que as C/J sejam retiradas do seu seio familiar e, do mesmo modo, criar estratégias para reduzir as crianças e jovens em acolhimento residencial; Portugal é o país da Europa com maior número de crianças em acolhimento residencial e o mais baixo no que respeita a acolhimento familiar.

Entretanto, e uma vez que há, ainda, um longo caminho a percorrer nesta área, é imperativo consciencializar a sociedade para a realidade das CA (o porquê de as C/J serem retirados aos pais, os traumas que estes levam consigo, as consequências – muitas delas irreversíveis – que os acompanham o resto da vida) e as CA (Órgãos Sociais e todos os recursos humanos) para a importância dos cuidados, dos afetos e da necessidade de ajustar a intervenção a cada uma destas crianças e jovens.

Tal como afirma Gaspar (2014), não se podem esquecer os menores que permanecem nas instituições, sendo necessário ponderar como se organizam os afetos, quais as suas necessidades, quais os constrangimentos das instituições, a formação dos seus profissionais e dirigentes, no fundo, qual a estrada que nos leva aos afetos e o criar laços, para assim evitar que continuem as gerações futuras num “crescer vazio”.

As Crianças representam o futuro e compete-nos a todos promover as medidas necessárias para lhes garantirmos as melhores condições de vida durante a infância. No entanto, são conhecidas inúmeras situações de Crianças e Jovens em situação de risco, sujeitos a maus-tratos, negligência e abusos. Felizmente as questões em torno destes riscos têm vindo cada vez mais a constituir objecto de especial atenção na sociedade portuguesa (Sampaio, 2011, p. 9).

Nos últimos anos tem-se notado um enfoque nos recursos disponíveis para esta área, nomeadamente, na promoção de projetos piloto, com capacidades de inovação, nas áreas da intervenção precoce em crianças com problemas de desenvolvimento, da formação parental e da maternidade na adolescência. A relevância dada a estas

realidades está aliada à importância que vem sendo reconhecida como a mais eficaz – a prevenção e a detecção antecipada de fatores de risco mostram-se fundamentais.

Assim, e na perspectiva de Sevillano-Monje e Sanz-Escutia (2022, p. 214) “el apoyo de los educadores es clave tanto en los centros de protección como en los recursos de transición a la vida adulta para jóvenes extutelados”.

De acordo com Silva (2021, p. 25, 26), “é fundamental que seja oferecida formação aos funcionários e principalmente momentos de reflexão em equipa, com um profissional mediador como o educador social, para encontrarem a forma mais adequada de lidar com as crianças e com os desafios que estas apresentam”.

Del Valle e Zurita (2007) e Gomes (2010, cit. por Almeida 2023, p. 7) “apontam para a necessidade de modelos educativos e de intervenção adequados às crianças e jovens de forma individualizada e de base compreensiva e não sustentada em comportamentos”.

É importante que a comunidade e as suas organizações – a escola, os cuidados de saúde, os locais de lazer, os contextos de proteção - sejam responsivas a estas trajetórias e capazes de prestar cuidados sensíveis ao trauma, no alinhamento com a promoção dos direitos das crianças e da resiliência da comunidade (PAJE, s. d.).

Marques et al. (2021, p. 101) debruçaram-se sobre a questão das emoções no acolhimento e afirmam que “a investigação indica que as crianças e jovens em acolhimento residencial apresentam, predominantemente, um padrão de vinculação insegura. “A vinculação insegura está associada a problemas de internalização e externalização de emoções, problemas de regulação emocional, dificuldades na relação com os pares, entre outros problemas, esta alteração sócio emocional pode afetar o desenvolvimento e bem-estar da criança em acolhimento” (Marques et al., 2021, p. 101).

Neste trajeto, as famílias também têm de ser as protagonistas dos processos de educação parental, a fim de que, com as intervenções, possam retratar o seu desenvolvimento e a regulação dos seus problemas, e não daqueles que, muitas vezes, são atribuídos como seus e como prementes por outrem.

Esta é uma reformulação de raciocínio, que exige uma atitude em parceria na definição da intervenção com as famílias. Esta é uma mudança que responsabiliza e integra as famílias nos seus processos de mudança e lhes dá oportunidade para aumentar as suas potencialidades e atenuar as suas fraquezas (Sampaio et al, 2011, p. 29).

Tendo em vista a promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens, torna-se imperativo promover a parentalidade positiva (o desenvolvimento de relações positivas entre os pais e as crianças, tentando, assim, otimizar todo o potencial de crescimento).

Concomitantemente, torna-se primordial ponderar intervenções de prevenção, com C/J, na comunidade, com C/J em acolhimento, nas CA e em todos os serviços e entidades que desenvolvem a sua ação através da intervenção nestes casos de vulnerabilidade; é importante que os técnicos tenham conhecimento da realidade e da especificidade de cada caso/família/criança ou jovem, pois são tomadas muitas decisões sem ter em conta a conjuntura e, acima de tudo, sem a consciência de que são vidas e projetos de vida que estão em causa.

Existe, ainda, um grande trabalho a ser desenvolvido na área da investigação; os trabalhos são escassos e desatualizados o que leva a crer que apesar de, quando questionados todos sabem que existem CA e “servem para acolher meninos e meninas retirados aos pais”, mas não existe, verdadeiramente, a consciência do infortúnio que estes “meninos e meninas retirados aos pais” viveram e das consequências que terão para o seu futuro.

Além da prevenção, importa humanizar os serviços e consciencializar os técnicos das mais variadas respostas sociais para a infância e juventude para a importância da necessidade de uma atuação mais célebre, mas, também, mais ajustada a cada situação.

Em 2011, Daniel Sampaio, como referido anteriormente, já alertava para a necessidade e importância da educação parental e para a emergência de assegurar os Direitos das Crianças; treze anos depois, ainda que com alguns avanços, as necessidades mantêm-se, o que nos desperta a consciência de que estamos, enquanto sociedade, a falhar algures.

Importa, no seguimento no que vem sendo defendido pelos princípios da PAJE, continuar a melhorar o perfil de saída dos jovens acolhidos e consciencializar a sociedade – comunidade, academia e decisores políticos.

“Enquanto houver estrada para andar, a gente vai continuar”

Jorge Palma

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, F., Fernandes, P., & Peixoto C. (2021). Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens: O Acolhimento Residencial – Apontamentos Históricos e Atualidade. In Peixoto, C., & Oliveira, M. (Eds.), *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo* (1ª ed., pp. 41-50). PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios familiares, uma visão sistémica* (3.ª ed.). Quarteto Editora.
- Alarcão, I., & Miguéns, M. (2009). A educação das crianças dos 0 aos 12 anos. In Conselho Nacional da Educação (Ed.), *A educação das crianças dos 0 aos 12 anos* (pp. 5 – 411). Conselho Nacional de Educação. https://www.cnedu.pt/content/antigo/files/1_A_Educacao.pdf
- Alvares, M. (2022). Jovens. In Nuno Crespo, Nádia Simões (Ed.), *Mercado de trabalho em Portugal: do teletrabalho ao salário mínimo* (pp. – 1-12). Coimbra: Actual Editora.
- Alves, J. (2022). *Do acolhimento residencial para o mundo exterior: que desafios no processo de autonomização*. [Dissertação de mestrado]. Instituto de Serviço Social do Porto. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/41396>
- Babo, F., Santos, B., Mota, C. P., Matos, P., M., Costa, H., & Carvalho, H. (2022). A perspetiva da imprensa portuguesa sobre os cuidadores no acolhimento residencial de crianças/jovens: uma análise documental dos últimos 5 anos. *Análise Social*, 242, LVII (1), 140-159. <https://doi.org/10.31447/as00032573.2022242.06>
- Boullier, M., Blair, M. (2018). Adverse childhood experiences. *Paediatrics and Child Health*, 28, 132-137. <https://doi.org/10.1016/j.paed.2017.12.008>

- Cabral C., Almeida I., Resende, L., Cruz, M., & Tomlinson, P. (2021). Pontes com a Comunidade. In Peixoto, C., & Oliveira, M. (Eds.), *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo* (1ª ed., pp. 41-50). PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Castro, J., Ferreira, J., & Capucha, L. (2023) Uma análise histórica do sistema de proteção de crianças português: que lições para o futuro?. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (102), pp. 59-78.
<http://journals.openedition.org/spp/12433>
- Carvalho, M., J., & Fernandes, N. (2021). Proteção da Infância/Childhood Protection. In Tomás, C., Trevisan, G., Carvalho, M., Fernandes, N. (Eds.), *Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspetivas Globais/ Key concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives*. (1ª ed., pp. 5 – 474). UMINHO EDITORA.
<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.36.53>
- Carvalho, M. (2012). Infância «em perigo», infância «perigosa»: as crianças como sujeitos e objetos de delinquência e crime nas notícias. *Comunicação & Cultura*, (14), 191-206.
<https://revistas.ucp.pt/index.php/comunicacaoecultura/article/view/641>
- Costa, P., Santos, & R., Vieira. (2019). Experiências de acolhimento residencial e (re)construção identitária dos sujeitos acolhidos. *Configurações*, (23), 53-72.
<https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/6549/1/configuracoes-7321.pdf>
- Costa, D., (2022). *Perceção de Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial e Intervenção para a sua Inserção Profissional e Vida Ativa*. [Relatório de estágio] Universidade de Coimbra.
<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/104241/1/Relat%c3%b3rio%20Est%c3%a1gio%20-%20Daniela%20Costa.pdf>
- Declaração dos Direitos das Crianças Proclamada pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 1386 (XIV), de 20 de Novembro de 1959.
https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf

Decreto-Lei nº 164 (2019). Diário da República n.º 206/2019, Série I de 2019-10-25, páginas 65 – 79 <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/diario-republica/206-2019-125692181>

DGSS (2022) Nomenclaturas – Respostas Sociais. Direção-Geral da Segurança Social. https://www.segsocial.pt/documents/10152/113014/DGSS_Nomenclaturas_2022.pdf/6c5552a8-0c10-4271-8092-dd0b60fe1e71

Eurochild, (2024). *Sobre nós*. <https://eurochild.org/about-us/>

Giddens, A. (1997). *Sociologia*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Gomes, T. (2021). *Instituto da Segurança Social, I.P. promotor de direitos sociais: respostas na área da Infância, Família e Sociedade*. [Dissertação de Mestrado] Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/134764/2/482286.pdf>

Guerra, P. (2024). *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo: anotada*. 6ª edição revista, aumentada e actualizada. Coimbra: Almedina

Heckman, J., (2007). Investir nos mais jovens. In Tremblay R, Boivin, M., Peters R. (Eds.) *Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância* [online]. <https://www.encyclopedia-crianca.com/importancia-do-desenvolvimento-infantil/segundo-especialistas/investir-nos-mais-jovens>.

IGAXES (2024). *Nós somos igaxes*. <https://www.igaxes.org/es/somos-igaxes/>

Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP). (1999). Diário da República n.º 204/1999, Série I-A de 1999-09-01. <https://data.dre.pt/eli/lei/147/1999/p/cons/20180705/pt/html>

Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP). (2023). Diário da República n.º 128/2018, 1.ª Série de 2018-07-05. <https://files.dre.pt/1s/2018/07/12800/0290202903.pdf>

- Lourenço, E. (2018). *A proteção dos direitos das crianças e dos jovens: O prevalecente superior interesse da criança ou do jovem retirado aos pais na “fronteira” da insuficiência económica*. [Dissertação de mestrado] Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. <http://hdl.handle.net/10437/9202>
- Magalhães, T., & Vidal-Alves, M. J. (2021). Maus-tratos Infantis e Saúde: Consequências das Experiências Adversas na Infância. In Peixoto, C., & Oliveira, M. (Eds.), *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo* (1ª ed., pp. 41-50). PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Mendes, A. (2023). *The Impact of Adverse Childhood Experiences on Emotional and Behavioral Problems in Institutionalized Children: The Contributions of Epigenetic Mechanisms*. [Dissertação de Mestrado] Universidade do Minho. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/88349/1/Ana%20Filipa%20Cunha%20Mendes.pdf>
- MSD Portugal, (2024). *MSD Portugal abre candidaturas para a 12ª edição do Prémio Maria José Nogueira Pinto*. <https://www.premiomariajosenogueirapinto.pt/edicoes/12>
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspetiva de vinculação. *Psicologia e Sociedade*, 20(3), 367-377.
- Moreira, F. (2023). *Relação entre experiências adversas na infância e suporte social*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Lusófona do Porto.
- Plataforma PAJE. (2024). *Quem somos?*. <https://www.paje.pt/sobre-nos/>
- Plataforma PAJE (2023). *Relatório de Atividades*. <https://www.paje.pt/wpcontent/uploads/2024/03/Relatorio-de-Atividades-2023.pdf>

- Pacheco, A., & Canário, C. (2021). Pontes com a Comunidade. In Peixoto, C. S., & Oliveira, M. S. (Eds.), *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo* (41-50). PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Pena, R. (2005). *Manual do Formando – MPPO*. Bee Consultin.
- Pimentel, M. (2021). Maus-tratos Infantis e Saúde: Consequências das Experiências Adversas na Infância. In Peixoto, C., & Oliveira, M. (Eds.), *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo* (1ª ed., pp. 41-50). PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Portugal, G. (2009). Desenvolvimento e aprendizagem na infância. In Conselho Nacional de Educação, (Ed.). *A educação das crianças dos 0 aos 12 anos* (pp. 33-67). Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Rocha, I. (Coord). (2015). *Código Civil*. Porto Editora
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família: perspectiva sistémica*. Lisboa: Edições Afrontamento
- Sampaio, D., Cruz, H. & Carvalho, M. (Coord.) (2011). *Crianças e Jovens em Risco – A Família no centro da investigação*. Príncipeia.
- Sarmiento, M. J. (2004). As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In M. J. Sarmiento, & A. B. Cerisara (Orgs.), *Crianças e miúdos, perspectivas sociopedagógicas da infância e educação* (p. 9-34). ASA. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/79714/1/As%20culturas%20da%20inf%C3%A2ncia%20nas%20encruzilhadas.PDF>
- Schaefer, L. S. (2021). Prólogo. In Peixoto, C. S., & Oliveira, M. S. (Eds.), *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo* (XXVI). PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

Serrano, G., (2008). *Elaboração de Projetos Sociais: casos práticos*. Porto: Porto Editora

Sevillano-Monje, V., & Sanz-Escutia, C., (2022). Percepciones de los profesionales sobre el acompañamiento socioeducativo en los recursos de transición a la vida adulta. Un análisis comparativo entre Andalucía y Cataluña. *Revista Española de Educación Comparada* (41), pp. 213-229. [https://doi: 10.5944/reec.41.2022.30059](https://doi.org/10.5944/reec.41.2022.30059)

Simões, M. (2014). “*A Importância da Autonomização das Crianças e Jovens Institucionalizados*”. [Trabalho de projeto para o grau de mestre]. ISCE, Lisboa: Vale do Tejo.
<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/30788/1/margarida%20sim%C3%B5es.pdf>

UNICEF, C. P. (2019). *Convenção sobre os direitos das crianças e protocolos facultativos*. UNICEF

Viana, C. (2017, 13, agosto). Faltam apoios e também futuro aos jovens que passaram por casas de acolhimento. Crianças a Torto e a Direitos. *Público*.
<https://criancasatortoeadireitos.wordpress.com/tag/adolescentes-institucionalizados/>

ANEXOS

Anexo A – Plano de Estágio

RESUMO

A ideia de proteção da infância “é uma aquisição civilizacional relativamente recente, que começou a ganhar forma à luz das mudanças sociais, económicas e demográficas nas sociedades nascidas da industrialização no século XIX, marcadas pela emergência de uma ideologia de progresso, riqueza e bem-estar” (Carvalho & Fernandes, 2021, p. 425). O que somos hoje está muito relacionado com o que vivemos e aprendemos na infância acerca de nós, dos outros e do mundo que nos rodeia; as pessoas significativas da nossa vida (pais, avós, irmãos, educadores, professores, amigos, etc.), contribuíram, também, para a construção da nossa essência.

Este estágio teve como objetivo maior conhecer o acolhimento residencial e o pós-acolhimento através das lentes e da atuação de quem tem uma perspetiva mais macro, conhecendo o sistema de acolhimento residencial no seu todo e realizando uma intervenção transversal a todas as Casas de Acolhimento, ainda que cada realidade seja única.

Os três eixos da PAJE – apoiar jovens ex-acolhidos, melhorar o perfil de saída e consciencialização para a temática, foram os pilares orientadores do estágio, tendo sido o mote para o desenvolvimento das diversas atividades realizadas.

Para além de ser verificar, até então, a necessidade de melhorar o funcionamento e organização das Casas de Acolhimento e a inexistência, em grande número, de retaguarda dos jovens que saem do acolhimento é, também, fundamental consciencializar a sociedade em geral, trabalhar a mudança de mentalidades e chegar, ainda mais perto, dos decisores políticos e desafiá-los a mudanças legislativas que beneficiem o desenvolvimento destas crianças e jovens.

Palavras-chave: infância, família, acolhimento residencial

ABSTRACT

The idea of child protection “is a relatively recente civilizational acquisition, which began to take shape in the light of social, economic and demographic changes in societies born of industrialization in the 19th century, marked by the emergence of an ideology of progress, wealth and well-being” (Carvalho & Fernandes, 2021, p. 425). What we are today is closely related to what we experienced and learned in childhood about ourselves, others and the world around us; the significant people in our lives (parents, grandparents, siblings, educators, teachers, friends, etc.) also contributed to the construction of our essence.

This internship had the main objective of getting to know residential care and post-care through the lenses and actions of those who have a more macro perspective, getting to know the residential care system as a whole and carrying out a transversal intervention across all Care Homes, even though each reality is unique.

The three axes of PAJE – supporting young former sheltered, improving the exit profile and raising awareness of the topic, were the guiding pillars of the internship, having been the motto for the development of the various activities carried out.

In addition to verifying, until then, the need to improve the functioning and organization of Shelter Homes and the lack, in large numbers, of backing for young people leaving foster care it is also essential to raise awareness in society in general, work to changing mentalities and getting even closer to political decision-makers and challenging them to make legislative changes that benefit the development of these children and young people.

Key words: childhood, family, residential care

DEDICATÓRIA

“Cada pessoa guarda um segredo. O segredo do homem é a própria infância.”

João dos Santos

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	Erro! Marcador não definido.
I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	Erro! Marcador não definido.
1.1 - Infância.....	Erro! Marcador não definido.
1.2 - Família	Erro! Marcador não definido.
1.3 - Crianças e Jovens em risco – enquadramento legal	Erro! Marcador não definido.
1.4 - O Sistema de Promoção e Proteção	Erro! Marcador não definido.
1.5 - O Acolhimento Residencial.....	Erro! Marcador não definido.
II - ENQUADRAMENTO DO CONTEXTO	Erro! Marcador não definido.
1.1 - Caracterização da PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos	Erro! Marcador não definido.
III - PRÁTICA DO ESTÁGIO NO CONTEXTO	Erro! Marcador não definido.
3.1. Diagnóstico.....	Erro! Marcador não definido.
3.3. Implementação	Erro! Marcador não definido.
3.4. Avaliação.....	Erro! Marcador não definido.
CONCLUSÕES	Erro! Marcador não definido.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	Erro! Marcador não definido.

INTRODUÇÃO

O conceito de infância, numa primeira análise, parece-nos simples e direto, mas, numa apreciação mais fina, revela-se mais complexo, pois “sabemos que o sentimento/noção de infância como um período único e especial da vida, marcado pela ausência de preocupações e responsabilidade e pela liberdade de brincar, nem sempre existiu na história da humanidade, principalmente antes da chamada Idade Moderna” (Viana, 2018, p. 48).

A infância representa um período crítico do desenvolvimento do indivíduo. No decorrer deste espaço de tempo, mas essencialmente nos primeiros três anos de vida, o cérebro está em rápido desenvolvimento, não só ao nível das funções menos complexas, como a nível das mais concretas, incluindo as que estão relacionadas com os ciclos de sono, ansiedade, regulação de emoções e processamento de informação (Magalhães e Vidal-Alves, 2021, p. 41).

O que somos hoje está muito relacionado com o que vivemos e aprendemos na infância acerca de nós, dos outros e do mundo que nos rodeia; as pessoas significativas da nossa vida (pais, avós, irmãos, educadores, professores, amigos, etc.), contribuíram, também, para a construção da nossa essência.

Ao longo de muitos anos, as políticas educativas relacionadas com a pequena infância, tiveram diversos avanços, recuos e diversas caracterizações, verificando-se diferentes conceções, mediante os vários períodos históricos. Só por volta dos anos 70 do século XX é que a educação de infância se desenvolveu, assumindo uma grande relevância na sociedade (Gomes, 2021, p. 5).

É na infância que acontecem as bases do desenvolvimento, em diversos aspetos, nomeadamente físicos, motores, sociais, emocionais, cognitivos, linguísticos, comunicacionais, entre outros; a autonomia é a manifestação de desenvolvimento que se vai alicerçando em todos os momentos. Ao longo da infância, as crianças podem aprender a envolver-se no seu mundo e a dar o seu contributo através da criatividade, sensibilidade e espírito crítico (Portugal, 2009, p. 33).

I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 - Infância

“Criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo (CDC, artigo 1º, 2019, p. 8).

O conceito de infância, numa primeira análise, parece-nos simples e direto, mas, numa apreciação mais fina, revela-se mais complexo, pois “sabemos que o sentimento/noção de infância como um período único e especial da vida, marcado pela ausência de preocupações e responsabilidade e pela liberdade de brincar, nem sempre existiu na história da humanidade, principalmente antes da chamada Idade Moderna” (Viana, 2018, p. 48).

A infância representa um período crítico do desenvolvimento do indivíduo. No decorrer deste espaço de tempo, mas essencialmente nos primeiros três anos de vida, o cérebro está em rápido desenvolvimento, não só ao nível das funções menos complexas, como a nível das mais concretas, incluindo as que estão relacionadas com os ciclos de sono, ansiedade, regulação de emoções e processamento de informação (Magalhães e Vidal-Alves, 2021, p. 41).

Desta forma, e se tudo acontecer como o previsto, podemos esperar cidadãos emancipados, autênticos na interação que estabelecem com o mundo, emocionalmente saudáveis, com uma atitude fortemente exploratória, abertos ao mundo externo e interno, com um sentido de pertença e uma forte motivação para contribuir para a qualidade de vida (...) (Portugal, 2009, p. 33).

O que somos hoje está muito relacionado com o que vivemos e aprendemos na infância acerca de nós, dos outros e do mundo que nos rodeia; as pessoas significativas da nossa vida (pais, avós, irmãos, educadores, professores, amigos, etc.), contribuíram, também, para a construção da nossa essência.

Ao longo de muitos anos, as políticas educativas relacionadas com a pequena infância, tiveram diversos avanços, recuos e diversas caracterizações, verificando-se diferentes conceções, mediante os vários períodos históricos. Só por volta dos anos 70 do século XX é que a educação de infância se desenvolveu, assumindo uma grande relevância na sociedade (Gomes, 2021, p. 5).

É na infância que acontecem as bases do desenvolvimento, em diversos aspetos, nomeadamente físicos, motores, sociais, emocionais, cognitivos, linguísticos, comunicacionais, entre outros; a autonomia é a manifestação de desenvolvimento que se vai alicerçando em todos os momentos. Ao longo da infância, as crianças podem

aprender a envolver-se no seu mundo e a dar o seu contributo através da criatividade, sensibilidade e espírito crítico (Portugal, 2009, p. 33).

As intervenções sociais e judiciais junto de crianças e jovens que as problemáticas do risco social suscitam em Portugal têm vindo a realizar-se no estabelecimento de uma jurisdição especial de protecção da infância e juventude, que enquadra os princípios e as normas consagrados em diversos diplomas nacionais fundamentais, como a Constituição da República Portuguesa (CRP) e o Código Civil Português (CCP), e outros internacionais, de entre os quais se salienta a Convenção Sobre os Direitos da Criança (CSDC) (Sampaio et al, 2011, p. 37).

1.2– Família

A família é um sistema decisivo para o desenvolvimento de todo o ser humano. Na perspectiva de Relvas (1996, p.12), “a perspectiva sistémica conceptualiza a família como um sistema, um todo, uma globalidade que se constrói progressivamente com o tempo e que supõe um conjunto de mudanças estruturais, funcionais e interacionais na sua evolução”. Esta, implica relações definidas por influência direta, recíproca, intensa e duradoura entre os seus elementos, concebe a passagem de valores, cultura e comportamentos que modelam a relação do indivíduo com a sociedade e fundamentam o seu *self* (Alarcão, 2002; Gimeno, 2001; Oliveira, Siqueira, Aglio & Lopes, 2008, cit. por Alves, 2022)

De forma generalizada, pode definir-se a família como:

(...) a principal agência de socialização, desde a infância à adolescência e para além desta (...) a região e a classe social da família em que o indivíduo nasce afectam bastante os padrões de socialização. As crianças adquirem modos de comportamento característicos dos seus pais ou de outras pessoas da vizinhança ou da comunidade (Giddens, 1997, p. 99).

Giddens (1997, p. 879) defende, também, que a família se traduz num “grupo de indivíduos ligados entre si por laços de sangue, casamento ou adoção, que forma uma unidade económica, sendo que os membros adultos são responsáveis pela educação das crianças”. Todas as sociedades são constituídas por alguma forma de sistema familiar, ainda que o género das relações familiares seja muito oscilante. Apesar de nas sociedades modernas a família nuclear seja a principal forma de família, é comum encontrar uma vasta diversidade de famílias extensas.

Independentemente do modelo familiar, é necessário perceber o papel que representa enquanto agente ativo no crescimento e desenvolvimento das crianças, bem como dos jovens, pois tal como defende Matos *et al* (2015, p.18, cit. por Alves, 2022, p. 5), “o tipo de família não importa, se for família no sentido de proteção, apoio, disponibilidade, segurança, educação, saúde, nutrição, afeto, estímulo”.

Por conseguinte, considera-se que a família tem uma função importante em diversos níveis – financeiro, educacional, saúde e afetivo. Os pais/encarregados de educação ou adultos que tenham a responsabilidade de cuidar e proteger as C/J, devem assegurar a sua segurança e desenvolver uma relação sustentada no afeto.

Na perspectiva de Costa, Santos e Vieira (2019, p. 54), “quando as famílias não apresentam competências para proteger, cuidar, defender e promover os interesses e

direitos das crianças e jovens, estas ficam numa situação de vulnerabilidade, numa situação de carência, numa situação de risco”.

A existência de fatores de risco a curto, médio ou longo prazo, dependendo da gravidade que representam, podem levar, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, a situações de maus-tratos.

1.3- Crianças e Jovens em risco – enquadramento legal

A constatação da infância como matéria de legislação específica e das crianças como *sujeitos de direitos* sofreu um enorme desenvolvimento, a nível internacional, com a aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a 20 de novembro de 1989. A ordem jurídica da infância encontra na CDC o seu grande referencial, sinalizando a particularidade do grupo geracional e as responsabilidades da sociedade em relação às crianças (Alarcão *et al*, 2009, p. 73, 74).

Em Portugal, as últimas décadas foram marcadas por uma evolução extremamente benéfica no que concerne à legislação que tutela a promoção e proteção das crianças. A criação legislativa tem acompanhado o desenvolvimento recomendado, no plano mundial, no que a políticas públicas para a infância diz respeito.

Segundo Hammarberg (2000, cit. por Alarcão *et al*, 2009, p. 75), “as áreas de produção legislativa abrangem os direitos de *protecção*, mas alargam-se ainda a domínios usualmente designados como de *provisão* e ainda de *participação*”.

No que respeita ao Estado de Direito Democrático, as questões jurídicas, quer estejam relacionadas com a elaboração das leis, quer sejam relativos à sua aplicação, assumem uma importância fundamental. Dizem respeito a valores fundamentais eleitos pelos cidadãos e são ferramentas indispensáveis à sua interiorização e concretização no dia-adia.

Segundo o explanado nos artigos 2.º e artigo 3.º da Convenção dos Direitos da Criança:

os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a garantir os direitos previstos na presente Convenção a todas as crianças que se encontrem sujeitas à sua jurisdição, sem discriminação alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação. 2. Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas para que a criança seja efectivamente protegida contra todas as formas de discriminação ou de sanção decorrentes da situação jurídica, de actividades, opiniões expressas ou convicções de seus pais, representantes legais ou outros membros da sua família (UNICEF, 2019).

Quando a criança não vê assegurados os seus direitos, passa a ser uma criança em risco e, em Portugal, essa criança pode ser: criança em situação de perigo com qualquer idade até aos 18 anos - aplica-se a Lei n.º 147/99 de 1 de setembro (revista em 2003, 2015, 2017, 2018 e 2013), que aprova a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo; criança com comportamento delinquentes (prática de facto qualificado na lei como crime) até aos 12 anos, exclusive (em caso de perigo, aplica-se a Lei n.º 147/99 de 1 de setembro que aprova a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo; criança com comportamentos delinquentes (prática de facto qualificado na lei como crime) dos 12 (inclusive) aos 16 anos (exclusive) – aplica-se a Lei n.º 166/99 de 14 de setembro, revista pela Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro e que aprova a Lei Tutelar Educativa; criança com comportamentos delinquentes (prática de crimes), dos 16 (idade da imputabilidade penal) aos 18 anos (aplica-se o Código Penal e o Regime Penal dos Jovens Adultos – até aos 21 anos) (Guerra, 2024, p. 21).

1.4 - O Sistema de Promoção e Proteção

O sistema de promoção e proteção de crianças e jovens português, em vigor em Portugal desde 2001, com a aprovação da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – LPCJP – Lei n.º 147/99 de 1 de setembro – é sustentado pela Constituição da República Portuguesa (CRP) e pela Convenção dos Direitos das Crianças (CDC) (Almeida *et al*, 2021, p. 109).

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, aprovada pela Lei n.º 147/99 de 1 de setembro e com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 31/2003 de 22 de agosto, n.º 142/2015 de 8 de setembro, n.º 23/2017 de 23 de maio, n.º 26/2018 de 5 de julho e n.º 23/2023 de 25 de maio integrou a conceção trazida pela CDC de que o perfeito desenvolvimento da criança/jovem requer o cumprimento de todos os seus direitos (sociais, culturais, económicos e civis), bem como o reconhecimento da criança/jovem como indivíduo autónomo de direitos humanos (Almeida *et al*, 2021, p. 109).

Tal como referem Almeida et al (2021, p. 110) às entidades com competência em matéria de infância e juventude – autarquias, serviços da segurança social, escolas, serviços de saúde, instituições particulares de solidariedade social, entre outras – impende avaliar, diagnosticar e intervir nas situações de risco e de perigo de forma consentida com os responsáveis pelas C/J, como o referido nos artigos n.º 7.º, n.º 3º e n.º 4º, alínea a) da LPCJP e com a concordância da C/J com idade igual ou superior a 12 anos (artigo 10.º, n.º 1 da LPCJP).

O sistema em Portugal atribui responsabilidade à comunidade da C/J na promoção dos seus direitos. Sempre que não for possível certificar a proteção que as circunstâncias exigem e que percebam que a sua intervenção não é adequada ou suficiente, as entidades com competência em matéria de infância e juventude têm o dever de comunicar às CPCJ todas as situações de perigo (artigo 65.º, n.º 2 e artigo n.º 66, n.º 3º da LPCJP).

1.5- O Acolhimento Residencial

“A promoção dos direitos e a proteção da criança e do jovem em perigo incumbe às entidades com competência em matéria de infância e juventude, às comissões de proteção de crianças e jovens e aos tribunais” (artigo 6º, LPCJP).

As medidas de promoção dos direitos das crianças e jovens em perigo, designadas por medidas de promoção e proteção, têm como finalidade: a) afastar o perigo em que estes se encontram; b) proporcionar-lhes as condições que permitem proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; c) garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso (artigo 34º, LPCJP).

A medida de acolhimento residencial consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados.

O acolhimento residencial tem como finalidade contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Nos casos em que a criança ou jovem, de nacionalidade estrangeira, é acolhido em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, a medida envolve a atribuição de autorização de residência em território nacional pelo período necessário a uma decisão definitiva sobre eventual pedido de naturalização, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (artigo 49º, LPCJP).

Em consonância com o artigo 3º da Lei n.º 164/2019, o acolhimento residencial tem como objetivos: a) satisfação adequada das suas necessidades físicas, psíquicas, emocionais, educacionais e sociais; b) estabelecimento de laços afetivos, seguros e estáveis, determinantes para a estruturação e desenvolvimento harmonioso da sua personalidade; c) minimização do dano emocional resultante da exposição da criança ou do jovem a situações de perigo; d) aquisição de competências destinadas à sua

valorização pessoal, social, escolar e profissional; e) condições que contribuam para a construção da sua identidade e integração da sua história de vida; f) aquisição progressiva de autonomia com vista a uma plena integração social, escolar, profissional e comunitária.

“Quando a criança é acolhida traz consigo uma mochilas cheia de ‘pedras’ e essa mochila não pode ficar à porta (comunicação pessoal). É sobre essas “pedras” que devemos trabalhar com a C/J” (Pimentel, 2021, p. 257, 258).

De acordo com o Manual de Boas Práticas (2011, cit. por Alves, 2022, p. 43), aquando do acolhimento “a estrutura residencial deve ter em atenção os riscos que importa minimizar, como os de perda de vínculo afetivo, perda de identidade, desenraizamento, receio da mudança, tendência a rejeitar a integração, auto-culpabilização ou sensação de estar a sofrer uma punição”.

II - ENQUADRAMENTO DO CONTEXTO

1.1 - Caracterização da PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos

A PAJE é uma associação sem fins lucrativos, formalizada em 2016, fruto de um projeto de investigação apresentado ao Instituto de Psicologia Cognitiva e Desenvolvimento Humano e Social da Universidade de Coimbra e tem como missão o apoio a jovens acolhidos e que viveram em casas de acolhimento.

Ao manter um contacto permanente durante mais de quinze anos com crianças e jovens afastados do seio familiar e a viverem em instituições, foi muito fácil tomar consciência que os adultos com quem eles mais privavam eram os seus modelos. Quem almeja contribuir para a educação e formação das crianças pretende, acima de tudo, dotá-los de conhecimentos e valores que os acompanhem para sempre e sejam uma mais-valia na sua vida futura. Mas transmitir conhecimentos é muito mais fácil que transmitir valores, pois esses só vivenciando no quotidiano são compreendidos e imitados (PAJE, 2024).

Neste sentido, a PAJE, propõe-se apoiar, orientar e formar jovens e adultos autónomos, centrando-se em três eixos de intervenção: 1) apoiar ex-acolhidos (jovens adultos que viveram em instituições), 2) melhorar o perfil de saída (jovens que ainda estão em acolhimento) e 3) sensibilizar para a temática (Sociedade Civil, Academia e Decisores Políticos).

Conta com uma equipa multidisciplinar que surgiu da necessidade assistida pelos seus profissionais que apoiam os jovens no período pós-acolhimento, evidenciando-se sinais de fragilidade associados à rotina diária e cujo objetivo é promover a inclusão social e laboral de jovens adultos, proporcionando apoio em situações do quotidiano e mais contínuas/profundas.

A PAJE, situada em Coimbra, mas com intervenção em todo o território português e ilhas, propõe-se prestar, igualmente, apoio (psicológico, jurídico, aconselhamento, etc.) de forma informal, colocando os conhecimentos de profissionais voluntários ao serviço de quem não foi bafejado pela sorte, numa fase precoce da vida.

Durante estes 8 anos, já foram apoiados pela PAJE mais de 400 jovens; desenvolvidos 13 projetos e 5 materiais psicopedagógicos; tem protocolo com mais de 400 Casas de Acolhimentos e já promoveu a inserção profissional de mais de 60 jovens.

A PAJE tem mais de 80 entidades parceiras e já desenvolveu mais de 200 intervenções em 11 países. Tem parcerias formais e informais com entidades nacionais, internacionais, entidades empresariais e da cultura/educação.

Integra diferentes Redes, nomeadamente, a Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, Rede Construir Juntos – IAC, Eurochild (Europa), INTRAC (Mundo), entre outros.

III - PRÁTICA DO ESTÁGIO NO CONTEXTO

Este capítulo tem como objetivo identificar e descrever as metodologias utilizadas no âmbito do contexto de estágio, bem como as atividades desenvolvidas. Devido às diversas características do estágio (atividades propostas, localização geográfica do local de estágio, horário das atividades e atividades realizadas), este será realizado, maioritariamente à distância, com contacto permanente e realizado, sempre que possível, em todos os dias da semana (fins-de-semana, feriados e pausas letivas), acordado entre a estagiária e o Supervisor do Estágio.

O trabalho desenvolvido baseou-se nas linhas orientadoras do ciclo de projetos (Serrano, 2008), concretizando-se respeitando as seguintes fases: Diagnóstico, Planeamento, Aplicação-Execução e Avaliação.

3.1. Diagnóstico

O diagnóstico prévio à formulação do projeto implica o reconhecimento de que se realiza no próprio terreno onde se executa uma determinada ação, dos sintomas ou sinais reais que nos põem em relevo uma situação problemática. Quanto mais preciso e profundo é o conhecimento da realidade existente antes da execução do projeto, mais fácil será determinar o impacto e os efeitos que se alcançam com as ações do mesmo. (Espinoza, 1986:77, cit. por Serrano, 2008, p. 29).

Deste modo, quando nos deparamos com uma nova realidade e à qual devemos adaptar-nos, “é conveniente examinar a realidade a estudar, as pessoas, o meio envolvente, as características e as circunstâncias que incidirão no desenvolvimento do projeto” (Serrano, 2008, p. 29).

Tabela 5

Análise SWOT do contexto de estágio

Forças (<i>Strengths</i>)	Pontos Fracos (<i>Weaknesses</i>)
Equipa especializada e multidisciplinar; Conhecimento holístico do sistema; Voluntários; Vários projetos desenvolvidos; Diversas parcerias; Capacidade rápida de resposta; Resposta individualizada e dinâmica; Agente facilitador entre escola, comunidade e poder; Capacitação contínua da equipa; Serviços gratuitos e adaptados a cada jovem Constituição como IPSS em 2023; Número de jovens apoiados	Poucos recursos humanos e financeiros; Ausência de processos e procedimentos formais; Localização – ausência de polos; Ausência de protocolo com a Segurança Social;
Oportunidades (<i>Opportunities</i>)	Ameaças (<i>Threats</i>)
Parcerias nacionais e internacionais; Parcerias formais e informais; Apoio governamental; Participação em novos projetos (nacionais e internacionais); Crescimento nacional; Reconhecimento internacional; Capacidade de expansão;	Instabilidade governamental; Resistência das Casas de Acolhimento à mudança; Desvalorização da temática por parte da comunidade;

3.2. Planejamento

A planificação trata unicamente de determinar o que se deve fazer, para posteriormente se poderem tomar decisões práticas para a sua implementação. A planificação é um processo para determinar para onde ir e estabelecer os requisitos para chegar a esse ponto da forma mais eficaz possível (Kaufman, 1980:17, cit. por Serrano, 2008, p. 37).

O desenvolvimento do estágio curricular na PAJE teve, desde o início, duas premissas – participar no estudo Trajetórias Pós-Acolhimento e organização do Dia do Acolhimento.

Uma vez que o presente estágio não foi planeado de forma rigorosa, devido às características da atuação da PAJE, foi, inicialmente, realizado um cronograma, apenas, com as duas grandes premissas para este ano letivo: realizar o estudo “Trajetórias Pós-Acolhimento”, a comemoração do Dia do Acolhimento e a realização de um Plano de Autonomia para implementar nas CA.

Tabela 2

Cronograma de atividades a realizar na PAJE

Atividades	Cronograma de atividades a realizar na PAJE						
	2023		2024				
	nov.	dez.	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.
Estudo Trajetórias Pós-Acolhimento							
Organização Dia do Acolhimento							
Dia do Acolhimento							
Elaboração do plano de autonomia							

3.3. Implementação

No sentido de caminhar para a construção de uma sociedade mais igualitária, inclusiva e integradora, a PAJE intervém em três eixos: 1) **Apoiar jovens com historial de acolhimento** nas áreas da saúde, educação, financeira, jurídica, psicologia e do aconselhamento; situações pontuais ligadas à vida do quotidiano; assistencialismo, isto é, situações de desespero como seja a fome, o alojamento, etc. e formação a jovens adultos ex-acolhidos no sentido de promover a sua autonomização; 2) **Melhorar o perfil de saída do acolhimento** – através de diversos projetos que visam capacitar os cuidadores e os jovens; dinâmicas com crianças e jovens ainda em acolhimento ; projetos inovadores (follow up, materiais psicoeducativos); 3) **Sensibilizar para a temática** publicando e apresentando comunicações em eventos científicos; sensibilizando a opinião pública e os decisores políticos; mobilizar voluntários (PAJE, 2023, p.2).

Por conseguinte, e depois da primeira reunião no local de estágio, com as colegas e o Supervisor de Estágio, foram definidas, neste momento, três tarefas a desenvolver: Estudo Trajetórias Pós-Acolhimento; Organização e Comemoração do Dia do Acolhimento e elaboração de um Plano de Autonomia.

3.4. Avaliação

A avaliação é uma gestão científica específica, cujo objetivo é examinar a capacidade de um agente para assumir um problema social, para satisfazer as necessidades sentidas pela população, para transformar uma determinada situação nas condições possíveis; o que equivale a descobrir a produtividade de uma organização (Serrano, 2008, p. 83).

A avaliação “não deve ser pontual, mas um processo para obter a informação necessária, ordenada, relevante, fiável, válida e atempada, a fim de se emitir um juízo de valor sobre a qualidade do processo e o produto-educativo, desde o início até ao fim” (Serrano, p. 95)

Segundo Serrano (2008, p. 95), “durante o desenvolvimento do projeto devemos avaliar o seu processo, os modelos e o caminho que se está a seguir para alcançar os objetivos previstos. Devemos certificar-nos de que modo o projeto tem capacidade para alterar uma situação problemática”.

CONCLUSÕES

“A vida do ser humano é definida por ciclos que, presumivelmente, ocorrem dentro de um seio familiar. O primeiro é determinado pelo nascimento e estende-se num continuum: do crescimento até à morte” (Alarcão, 2006, cit. por Almeida 2020, p. 9).

Ao refletirmos sobre juventude concluímos que esta é tão significativa como imprevisível, pois é associada a um desenlace de diversos processos, nomeadamente “estudos, autonomização em relação à família de origem, passagem para o mundo do trabalho, de vivência da conjugalidade e da parentalidade e que são, necessariamente, contextuais e contingentes” (Alvares, 2022).

Em Portugal, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) (aprovada pela Lei 147/99 de 1 de setembro de 2001), analisa estas situações e tem como finalidade a promoção e proteção das crianças e jovens em perigo e o papel das entidades responsáveis na matéria.

O estágio na PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos, permitiu um contacto direto com crianças e jovens ainda em acolhimento e com jovens ex-acolhidos, nas mais diversas situações e com diferentes necessidades.

Anexo B – Folhas de presença



Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2023/2024

Folha de Presença

Local de Estágio PAJC

Aluno(a) ANA FÉLIX

Mês novembro 2023

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
6/11	10 : 00 H	12 : 30 H	AF.	2.30 horas
7/11	16 : 00 H	21 : 00 H	AF.	5 horas
8/11	16 : 00 H	21 : 00 H	AF.	5 horas
9/11	16 : 00 H	21 : 00 H	AF.	5 horas
10/11	16 : 00 H	21 : 00 H	AF.	5 horas
11/11	16 : 00 H	21 : 00 H	AF.	5 horas
13/11	16 : 00 H	21 : 00 H	AF.	5 horas
14/11	16 : 00 H	21 : 00 H	AF.	5 horas
15/11	16 : 00 H	21 : 00 H	AF.	5 horas
16/11	16 : 00 H	21 : 00 H	AF.	5 horas
17/11	16 : 00 H	21 : 00 H	AF.	5 horas
20/11	16 : 00 H	21 : 00 H	AF.	5 horas
21/11	16 : 00 H	21 : 00 H	AF.	5 horas
22/11	16 : 00 H	21 : 00 H	AF.	5 horas
23/11	16 : 00 H	21 : 00 H	AF.	5 horas
24/11	10 : 00 H	12 : 30 H	AF.	2.30 horas
27/11	16 : 00 H	21 : 00 H	AF.	5 horas
28/11	16 : 00 H	21 : 00 H	AF.	5 horas
29/11	9 : 00 H	19 : 00 H	AF.	10 horas
30/11	9 : 00 H	19 : 00 H	AF.	10 horas

Supervisor JOÃO PEDRO MARCENEIRO RO GASPAR Assinado de forma digital por JOÃO PEDRO MARCENEIRO GASPAR Dados: 2024.06.04 17:45:53 +01'00'

Orientador(es) [Signature] [Signature]



Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2023/2024

Folha de Presença

Local de Estágio PAJE

Aluno(a) ANA FELIX

Mês dezembro 2023

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
1/12	9 : 00 H	14 : 00 H	AF.	5 horas
4/12	14 : 00 H	18 : 00 H	AF.	4 horas
5/12	14 : 00 H	18 : 00 H	AF.	4 horas
6/12	14 : 00 H	18 : 00 H	AF.	4 horas
11/12	12 : 00 H	19 : 00 H	AF.	7 horas
12/12	10 : 00 H	12 : 30 H	AF.	2.30 horas
12/12	14 : 00 H	18 : 00 H	AF.	4 horas
13/12	14 : 00 H	18 : 00 H	AF.	4 horas
16/12	14 : 00 H	20 : 00 H	AF.	6 horas
18/12	14 : 00 H	18 : 00 H	AF.	4 horas
19/12	14 : 00 H	18 : 00 H	AF.	4 horas
20/12	14 : 00 H	18 : 00 H	AF.	4 horas
21/12	14 : 00 H	18 : 00 H	AF.	4 horas
22/12	14 : 00 H	18 : 00 H	AF.	4 horas
26/12	14 : 00 H	18 : 00 H	AF.	4 horas
27/12	14 : 00 H	18 : 00 H	AF.	4 horas
28/12	14 : 00 H	18 : 00 H	AF.	4 horas
29/12	14 : 00 H	18 : 00 H	AF.	4 horas
30/12	18 : 00 H	21 : 00 H	AF.	3 horas
/	: H	: H		

Supervisor JOÃO

**PEDRO
MARCENEIRO
RO GASPAR**

Assinado de forma digital por JOÃO

PEDRO
MARCENEIRO
GASPAR

Dados: 2024.06.04
17:46:50 +01'00'

Orientador(es)



Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2023/2024

Folha de Presença

Local de Estágio PAJE

Aluno(a) ANA FELIX

Mês Janeiro 2024

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
2/01	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
3/01	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
4/01	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
5/01	9:00 H	18:00 H	AF.	9 horas
6/01	17:30 H	20:00 H	AF.	2.30 horas
8/01	9:00 H	17:00 H	AF.	8 horas
10/01	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
11/01	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
12/01	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
13/01	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
15/01	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
17/01	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
18/01	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
19/01	15:00 H	21:00 H	AF.	6 horas
20/01	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
22/01	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
24/01	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
25/01	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
26/01	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
29/01	15:00 H	21:00 H	AF.	6 horas

Supervisor JOÃO PEDRO MARCENEIRO GASPAR

Assinado de forma digital por JOÃO PEDRO MARCENEIRO GASPAR
Dados: 2024.06.04 17:47:21 +01'00'

Orientador(es)



Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio

Ano letivo 2023/2024

Folha de Presença

Local de Estágio PAJE

Aluno(a) ANA Félix

Mês Junho 2024

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
1/02	14:00 H	17:00 H	AF.	3 horas
2/02	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
5/02	15:00 H	21:00 H	AF.	6 horas
6/02	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
7/02	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
8/02	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
12/02	14:00 H	19:00 H	AF.	5 horas
13/	14:00 H	19:00 H	AF.	5 horas
14/	14:00 H	19:00 H	AF.	5 horas
15/	14:00 H	19:00 H	AF.	5 horas
16/02	8:00 H	18:00 H	AF.	10 horas
19/02	14:00 H	19:00 H	AF.	5 horas
20/02	14:00 H	19:00 H	AF.	5 horas
21/02	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
22/02	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
23/02	14:00 H	19:00 H	AF.	5 horas
26/02	15:00 H	21:00 H	AF.	6 horas
27/02	14:00 H	19:00 H	AF.	5 horas
28/02	14:00 H	19:00 H	AF.	5 horas
/	: H	: H		

Supervisor **JOÃO PEDRO MARCENEIRO GASPAR**

Assinado de forma digital por JOÃO PEDRO MARCENEIRO GASPAR
Dados: 2024.06.04 17:47:51 +01'00'

Orientador(es)



Politécnico
de Viseu

Escola Superior
de Educação
de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2023/2024

Folha de Presença

Local de Estágio PAJE

Aluno(a) ANA FÉLIX

Mês maio 2024

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
1/03	18 : 00 H	21 : 00 H	AF.	3 horas
4/03	7 : 00 H	21 : 00 H	AF.	14 horas
6/03	15 : 00 H	21 : 00 H	AF.	6 horas
7/03	18 : 00 H	21 : 00 H	AF.	3 horas
8/03	10 : 00 H	12 : 00 H	AF.	2 horas
11/03	15 : 00 H	21 : 00 H	AF.	6 horas
13/03	14 : 00 H	17 : 30 H	AF.	3.30 horas
15/03	15 : 00 H	21 : 00 H	AF.	6 horas
18/03	15 : 00 H	21 : 00 H	AF.	6 horas
20/03	10 : 00 H	12 : 30 H	AF.	2.30 horas
20/03	14 : 30 H	17 : 00 H	AF.	2.30 horas
22/03	15 : 00 H	21 : 00 H	AF.	6 horas
25/03	18 : 00 H	21 : 00 H	AF.	3 horas
26/03	10 : 00 H	13 : 00 H	AF.	3 horas
26/03	14 : 30 H	17 : 30 H	AF.	3 horas
28/03	15 : 00 H	21 : 00 H	AF.	6 horas
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		

Supervisor **JOÃO
PEDRO
MARCENEI
RO GASPAR**

Assinado de forma
digital por JOÃO
PEDRO
MARCENEIRO
GASPAR
Dados: 2024.06.04
17:49:06 +01'00'

Orientador(es)



Politécnico
de Viseu

Escola Superior
de Educação
de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco

Estágio

Ano letivo 2023/2024

Folha de Presença

Local de Estágio PAJC

Aluno(a) ANA Félix

Mês abril 2024

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
1/04	14 : 00 H	17 : 30 H	AF.	3.30 horas
2/04	15 : 30 H	17 : 30 H	AF.	2 horas
3/04	15 : 00 H	21 : 00 H	AF.	6 horas
5/04	9 : 00 H	17 : 30 H	AF.	8.30 horas
6/04	10 : 00 H	12 : 00 H	AF.	2 horas
6/04	14 : 00 H	18 : 00 H	AF.	4 horas
7/04	15 : 00 H	21 : 00 H	AF.	6 horas
10/04	18 : 00 H	21 : 00 H	AF.	3 horas
12/04	15 : 00 H	21 : 00 H	AF.	6 horas
13/04	9 : 00 H	13 : 00 H	AF.	4 horas
15/04	15 : 30 H	17 : 30 H	AF.	2 horas
15/04	18 : 30 H	20 : 00 H	AF.	1.30 horas
17/04	15 : 00 H	21 : 00 H	AF.	6 horas
19/04	15 : 00 H	21 : 00 H	AF.	6 horas
20/04	12 : 00 H	18 : 00 H	AF.	6 horas
23/04	15 : 00 H	21 : 00 H	AF.	6 horas
24/04	9 : 30 H	11 : 00 H	AF.	1.30 horas
24/04	14 : 00 H	21 : 00 H	AF.	2 horas
26/04	15 : 00 H	21 : 00 H	AF.	6 horas
30/04	15 : 00 H	21 : 00 H	AF.	6 horas

Supervisor **JOÃO
PEDRO
MARCENEI
RO GASPAR**

Assinado de forma
digital por JOÃO
PEDRO
MARCENEIRO
GASPAR
Dados: 2024.06.04
17:49:51 +01'00'

Orientador(es)



Politécnico
de Viseu

Escola Superior
de Educação
de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2023/2024

Folha de Presença

Local de Estágio PAJE

Aluno(a) ANA FÉLIX

Mês maio 2024

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
1/05	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
3/05	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
4/05	15:00 H	21:00 H	AF.	6 horas
7/05	15:00 H	21:00 H	AF.	6 horas
8/05	15:30 H	17:30 H	AF.	2 horas
9/05	15:00 H	21:00 H	AF.	6 horas
10/05	18:30 H	20:30 H	AF.	2 horas
11/05	21:00 H	24:00 H	AF.	3 horas
13/05	10:00 H	11:00 H	AF.	1 hora
13/05	18:00 H	21:00 H	AF.	3 horas
15/05	15:00 H	21:00 H	AF.	6 horas
16/05	9:00 H	17:00 H	AF.	8 horas
16/05	18:30 H	20:30 H	AF.	2 horas
18/05	9:00 H	14:00 H	AF.	5 horas
20/05	15:00 H	21:00 H	AF.	6 horas
23/05	8:30 H	11:30 H	AF.	3 horas
23/05	15:00 H	21:00 H	AF.	6 horas
27/05	14:00 H	20:30 H	AF.	6.30 horas
28/05	9:00 H	17:00 H	AF.	8 horas
31/05	15:00 H	17:00 H	AF.	2 horas

Supervisor JOÃO
PEDRO
MARCENEI
RO GASPAR

Assinado de
forma digital por
JOÃO PEDRO
MARCENEIRO
GASPAR
Dados: 2024.06.04
17:50:39 +01'00'

Orientador(es)

Anexo C – História, Eixos de Intervenção da PAJE e Principais Projetos

História/quem somos

Após manter contacto permanente durante mais de quinze anos com crianças e jovens a viverem em instituições, temendo pouca preocupação institucional com as transições e com o processo de autonomização, e pretendendo compreender melhor o que falhava neste processo, foi desenvolvido um trabalho de investigação que culminou numa tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra “Os desafios da autonomização: Estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados”. As conclusões mais inquietantes do estudo passaram pela impreparação de cuidadores, a reduzida instrução para a autonomização e a carência de suporte após a saída do acolhimento. Este projeto de investigação-ação deu origem à Plataforma PAJE – Apoio e Jovens (Ex) acolhidos – Associação ímpar em Portugal que se ocupa do apoio a jovens adultos com historial de Acolhimento, mas trabalha igualmente para melhorar o perfil de saída das crianças, adolescentes e jovens acolhidos no nosso país. Formalizada em 2016, tem sede em Coimbra, mas âmbito nacional.

Eixos de intervenção:

I – Apoiamos jovens adultos com historial de acolhimento (300 de todo o país)

II – Intervimos em Casas de Acolhimento – cuidadores e crianças/jovens (+ de 30 C.A. em 15 distritos)

III – Investigamos, publicamos e palestramos em publicações e eventos nacionais e internacionais



Eventos (principais):

I Jornadas Plataforma PAJE - “Vivenciar, Partilhar, Sorrir...”

I Encontro Jovens (Ex)acolhidos (Julho 2018) - “Não há determinismo, antes trajetórias com maior resiliência”

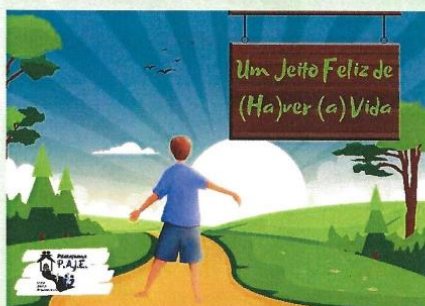
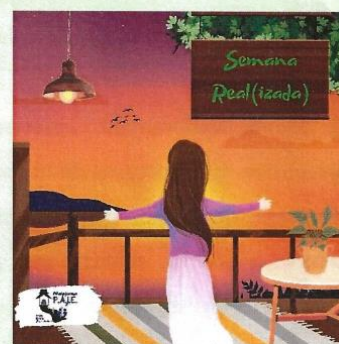
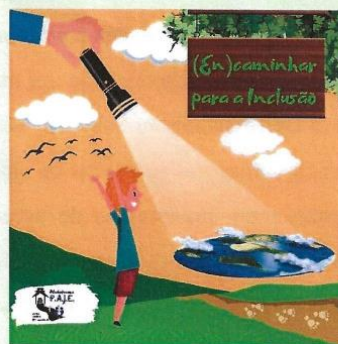
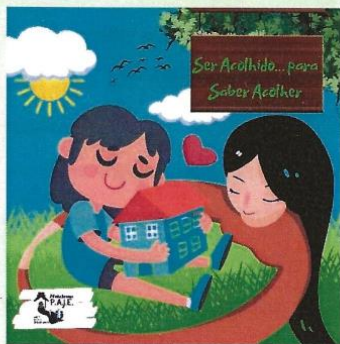
I Encontro de Cuidadores de C. A. (Junho 2019) - “Todos somos Educadores – Percursos do educador não técnico”

Seminário Desafios da Direção Técnica no Acolhimento (Março 2020) - “Partilhar, Refletir e Agir”



Projetos/atividades com/para as C.A. (principais):

- ✓ Formação certificada a cuidadores
- ✓ Intervenção com jovens em pré-autonomia



- ✓ Supervisão Externa (Dom/SERE+)
- ✓ OUTogether (Projeto co-financiado pela União Europeia)

✓ Protocolos com C.A. (perceção dos acolhidos através de questionários, primazia nos projetos/iniciativas, etc...)

Realizado recentemente:

Cartão de evento com o título "O QUE SE PASSA NA INFÂNCIA NÃO FICA NA INFÂNCIA". O evento é um seminário online em 7 de Abril, das 17:00 às 19:00 horas. Os palestrantes são António Castanho, Joana Baptista e Paulo Guerra. No canto inferior direito, há o logotipo da Plataforma PAJE.

Cartão de evento com o título "DIA DO ACOLHIMENTO". A ilustração mostra uma jovem olhando para o horizonte. Um balão de fala diz: "Vamos dar voz às Crianças e Jovens Acolhidos e Ex-acolhidos!". O evento é online em 18 de Fevereiro. No canto superior esquerdo, há o logotipo da Plataforma PAJE.

Projetos a decorrer:

Dois cartões de projeto. O superior, "Voar para a Autonomia", apresenta o logotipo da Plataforma PAJE e outros parceiros. O inferior, "ESCOLAS SITI", mostra uma sala de aula com um quadro negro que diz "Escolas Sensibilizadas para a Importância dos Traumas na Infância". No canto superior direito, há o logotipo da Plataforma PAJE.

Mais sobre nós:

913142204
 geral@paje.pt
 www.paje.pt
 PlataformadeApoioJovensExcolhidos

Coimbra - Alameda da Feira S/N 3045-382 S. Martinho do
 Bispo @plataformapaje

Análise do Relatório CASA 2022

Crianças e Jovens em situação de Acolhimento

Segundo o Relatório CASA 2022, entre 2 de novembro de 2021 e 1 de novembro de 2022, foram caracterizadas 8 597 crianças e jovens, das quais 6 347 acolhidas, 2 228 entraram no acolhimento e 2 250 saíram do acolhimento. Dessas crianças e jovens acolhidas, 84,4% encontram-se em Casas de Acolhimento e as principais causas são as situações de perigo ao nível da saúde e negligência por falta de supervisão e acompanhamento familiar.

Algumas dessas crianças e jovens acolhidas apresentam características particulares, associadas a problemáticas, cuja intervenção deve ser direcionada de forma a responder às suas especificidades. Pode verificar-se que se mantém a tendência para problemas de comportamento, em evidência, deficiência mental e doença mental.

Características particulares das crianças e jovens em acolhimento:

- Problemas de comportamento – 25,1%
- Deficiência mental clinicamente diagnosticada – 9,6%
- Problemas de saúde mental clinicamente diagnosticados 4,9%
- Doença física clinicamente diagnosticada – 4,4%
- Deficiência física clinicamente diagnosticada – 4,4%
- CAD – Consumo esporádico de estupefacientes – 1,9%
- Suspeita de prostituição – 0,2%

No que concerne a outras características particulares, a deficiência mental clinicamente diagnosticada apresenta maior incidência, bem como os problemas de doença mental clinicamente diagnosticados.

De salientar que cada criança e jovem pode apresentar mais do que uma característica particular.

Acompanhamento ao nível da saúde das crianças e jovens em acolhimento:

- Acompanhamento psicológico regular – 37,9%;
- Acompanhamento pedopsiquiátrico/psiquiátrico regular – 26,7%;
- Faz medicação (pedopsiquiátrica/psiquiátrica) – 28,2%
- Acompanhamento de consulta de desenvolvimento – 9,1%;
- Acompanhamento de consulta de genética – 1,9%;
- Acompanhamento pelo SNIPI – 1,4%;
- Acompanhamento por Equipa de Prevenção – CRI – 0,8%;
- Acompanhamento por Equipa de Tratamento – CRI – 0,5%
- Acompanhamento psicológico irregular – 7,2%;
- Acompanhamento pedopsiquiátrico/psiquiátrico irregular – 6,5%

Comparando com o ano 2021, pode verificar-se um aumento de todos os acompanhamentos, nomeadamente ao nível de cuidados prestados na área de saúde mental, bem como no acompanhamento ao nível das consultas de desenvolvimento.

Relativamente às saídas do acolhimento, verificou-se um aumento face ao ano de 2021.

À semelhança de anos anteriores, grande parte das crianças e jovens saiu do sistema de acolhimento para regressar ao seu meio natural de vida (96%), das quais 63% foi integrada junto dos pais e 8% foi adotada.

Deslocalização

De acordo com a alínea i) do artigo 58º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, todas as crianças e jovens têm o direito ao acolhimento, tanto quanto possível, em casa de acolhimento ou família de acolhimento perto do seu contexto familiar e social, a não ser que o seja desaconselhado pelo seu superior interesse.

Cerca de 80,4% das crianças e jovens em acolhimento tem salvaguardado o direito supramencionado, das quais 18,6% se encontram em respostas familiares ou residenciais deslocadas do seu distrito.

Importa mencionar que há distritos que, enquanto acolhem crianças e jovens de outros distritos, também colocam crianças e jovens em outros distritos. Lisboa é o distrito que, concomitantemente, mais acolhe crianças e jovens de várias zonas do país e mais coloca crianças e jovens em casas de acolhimento distantes da sua área de referência, devido à desarmonia da rede de acolhimento existente.

Lisboa (29,4%), Coimbra (24,5%) e Porto (18,3%) são os distritos com casas de acolhimento que recebem o maior número de crianças e jovens deslocalizados.

Fugas

No ano de 2022, verificou-se o registo de um total de 67 crianças e jovens que fugiram da resposta de acolhimento, sendo que 33% dos casos de fuga foram deslocalizados do seu distrito de origem e 28% entraram no sistema de acolhimento através de procedimento de urgência.

Ao analisar estes dados, é imperativo refletir sobre a desvantagem de retirar as crianças e jovens do seu contexto social e familiar, pois ao serem acolhidos na área de residência potencia a participação da família de origem ou pessoas de referência no acompanhamento que venha a ser desenvolvido.

O distrito de Lisboa (23%) continua a ser o distrito com o maior número de entradas de crianças e jovens para o sistema de acolhimento, enquanto o distrito de Portalegre apresenta os valores mais baixos (1%).

Saídas

Em 2022, saíram 2.250 crianças e jovens do sistema de acolhimento, observando-se um aumento de 2% no número de crianças e jovens que saíram do sistema de acolhimento face ao mesmo período do ano anterior.

Como vem sendo recorrente em anos anteriores, a maioria das crianças e jovens saiu do sistema de acolhimento para voltar ao seu meio natural de vida (96%), das quais, a maioria (63%) foi integrada junto dos pais ou outros familiares e 8% foi adotada.

Partindo do princípio de que as situações que deram origem ao acolhimento exigirão acompanhamento técnico posterior, poderá existir a

necessidade de, juridicamente, substituir a medida de colocação por uma medida em meio natural de vida ou providência tutelar cível, uma vez que 61,7% das crianças e jovens que findaram a medida de acolhimento, viram aplicada uma outra medida em meio natural de vida ou outra figura jurídica.

Situação jurídica subsequente análise comparada 2021- 2022:

- com aplicação de medida de promoção e proteção ou outra figura jurídica – 61.8%
- sem aplicação de medida de promoção e proteção ou outra figura jurídica – 38.2%

Medidas/figuras jurídicas subsequentes à cessação do acolhimento – 2022

- Apoio junto dos pais (LPCJP) – 55,2%
- Apoio junto de outro familiar (LPCJP) – 16,5%
- Confiança a pessoa selecionada para a adoção (art. 35º, g – LPCJP) – 10,5%
- Apoio para autonomia de vida (LPCJP) – 8,9%
- Medida tutelar educativa (Lei Tutelar Educativa) – 24%
- Confiança a pessoa idónea (LPCJP) – 2,3%
- Confiança judicial com vista a futura adoção (Tutelar Cível) ou confiança administrativa (Organismo da Segurança Social) – 2%
- Tutela a pessoa (Tutelar Cível) – 0,9%
- Regulação do exercício das responsabilidades parentais (Tutelar Cível) – 1,3%
- Apadrinhamento civil (Tutelar Cível) – 0,0%

Follow up da situação da criança/ jovem

Em conformidade com a legislação em vigor, é necessária a realização de uma avaliação da situação de cada criança ou jovem três meses após a sua saída do sistema de acolhimento.

Segundo os dados analisados, verificou-se que, em 2022, foi realizado acompanhamento para 60% das crianças e jovens, representando um aumento significativo em relação aos 41,6% do ano de 2021.

Este acompanhamento revelou a existência de indicadores de perigo na vida de 102 crianças e jovens, comunicados à CPCJ ou ao tribunal. Dos 989 jovens com 18 ou mais anos que findaram o acolhimento, foram sinalizados 61 jovens que, havendo a possibilidade, seria alterada a situação de meio natural de vida para uma medida de colocação.

Relativamente a anos anteriores, tem-se verificado um aumento deste número, o que revela uma maior vulnerabilidade dos jovens com percurso em acolhimento.

Conclui-se, assim, a premência de proteger os jovens que saem do acolhimento, permitindo-lhes um acompanhamento de pós-cessação da medida de acolhimento e, em casos de maior vulnerabilidade, prevenindo-se a possível necessidade reintegração no acolhimento.

O processo de autonomização dos jovens deve incluir um acompanhamento sistemático e regular, de forma a potenciar o alcance do objetivo desta medida, capacitando-os para a viver de forma independente, sem intervenção institucional.

Este acompanhamento poderá contribuir substancialmente para o sucesso de transições seguras e eficientes, melhorando o bem-estar e êxito destes jovens, conquistando, assim, uma vida independente.

Resumo reunião IGAXES

Programa INCORPORA

- Ensino obrigatório 16 anos:

- C.A.
- Famílias – quando há abertura do sistema de Promoção e Proteção; faz-se trabalho preventivo

- Os jovens de 16 anos quando deixam de estudar são apoiados pelo Programa MENTOR (Galiza – 20 profissionais)

Programa MENTOR (3 vertentes):

➤ **Inserção laboral:** preparar para aceder ao mundo do trabalho; programas para trabalhar a vocação;

➤ **Vivendas próprias:**

- **Tuteladas** (7) – 6 profissionais 365dias/ano; “laboratório de autonomia”; projeto de vida revisto de 6 em 6 meses; “processos à medida” (deficiências, emoções, dependências, etc.)
- **Assistidas** (2) – profissionais a meio tempo

- 1 em cada 2 jovens tem problemas de saúde mental

➤ **Ajuda económica:** (apoiam, por exemplo, no apoio de material para formações) – quem toma a última decisão é o sistema administrativo – Junta da Galiza

- Programas baseado em evidências - Famílias em risco de exclusão (também pode ser aplicado em famílias de acolhimento)

Anexo F – Projeto Escolas SITI – Sensibilizadas para a Importância do Trauma na Infância submetido ao Prémio Maria José Nogueira Pinto

Prémio MSD | Maria José Nogueira Pinto

CANDIDATURA 12ª EDIÇÃO

ID: 439

Pessoa Colectiva Plataforma PAJE – Apoio a Jovens (Ex)acolhidos

Nome da Pessoa de Contacto João Pedro Marceneiro Gaspar

Concelho Coimbra **Distrito** Coimbra

Ano de Constituição 2016

Caracterização da atividade desenvolvida

A PAJE tem como missão apoiar jovens acolhidos e que viveram em casas de acolhimento. Propõe-se apoiar, orientar e formar jovens e adultos autónomos, fomentando transições favoráveis e promovendo a inclusão social, centrando-se em três eixos de intervenção: 1) apoiar Ex-acolhidos (jovens adultos que viveram em instituições), 2) melhorar o perfil de saída (jovens que ainda estão em acolhimento) e 3) sensibilizar para a temática (Sociedade Civil, Academia e Decisores Políticos). Conta com uma equipa multidisciplinar, surgindo da necessidade observada pelos seus profissionais de apoio aos jovens no período pós-acolhimento, onde se evidenciam sinais de fragilidade associados à vida quotidiana.

Nome do projeto Escolas SITI – Sensibilizadas para a Importância do Trauma na Infância

Área de Intervenção Jovens em Perigo

Localização (Freguesia/Concelho/Distrito) RIBEIRA DE FRADES / Coimbra / Coimbra

Descrição do Projeto

Este projeto pretende atuar de forma preventiva, através da projeção do papel das escolas, dos seus recursos humanos e da comunidade educativa para as consequências das experiências adversas vividas na infância. A implementação do projeto exige um necessário conjunto de condições: estabelecer um protocolo entre a Direção da Escola/Agrupamento de Escolas e a PAJE; formalizar um Comité Escolas SITI, (grupo de trabalho com representação de professores, pessoal não docente, pais/encarregados de educação e alunos) que ficará responsável por desenvolver e dinamizar um Plano de Ação (médio/longo prazo) para complementar as sessões de sensibilização e conferir continuidade temporal, através de iniciativas pontuais e/ou criação e dinamização de grupos de partilha, aproveitando as tecnologias de informação e comunicação (Facebook, Blog, Newsletter, Jornal on-line etc.), aderir às ações de sensibilização e colocar em prática o plano de ação e coorganizar a cerimónia de entrega dos Galardões. A implementação do projeto organiza-se da seguinte forma: Sessões de sensibilização (descentralizadas) - duas sessões de sensibilização com a duração de 90 minutos cada, destinadas a professores, pessoal não docente, pais/mães/encarregados de educação, entidades, comunidade, dinamizada pela PAJE. Uma sessão de sensibilização com a duração de 90 minutos, destinada aos alunos maiores de 14 anos, dinamizada pela PAJE; plano de ação (médio/longo prazo) -complementa as sessões de sensibilização e confere continuidade temporal e, finalmente, a cerimónia de atribuição do selo “Escola SITI” - dependendo da calendarização, aproveitar um evento impactante (festa de Natal ou de final de ano ou cerimónia de entrega de prémios, aniversário da Escola/ Agrupamento...) para galardoar com o “Selo Escola SITI”, recordando a atividade desenvolvida e a desenvolver.

Número de beneficiários do projeto

10

Ano de início / fim do projeto e duração esperada

Início do Projeto 01-09-2024 / Fim do Projeto 31-03-2026 . Duração esperada de 576 dias.

Aspetos inovadores do Projeto

O papel da Escola enquanto entidade competente em matéria de infância e juventude, ao nível das considerações teóricas e jurídico-legais e as faces da interação com o Sistema de Promoção e Proteção, confere-lhe particular responsabilidade na mitigação dos riscos associados às crianças e aos jovens. Importa desconstruir a visão generalista - e até redutora - de que a maioria dos alunos com infâncias marcadas pelo trauma não gosta da escola, atendendo às relações positivas e securizantes que se estabelecem com os profissionais da comunidade escolar. Os alunos têm facilidade em construir uma imagem dos seus professores e a manutenção de uma relação positiva é por vezes mediada pela forma adaptativa como estes lidam com os comportamentos disruptivos dos discentes e pelas estratégias relacionais. Este projeto tem como objetivo projetar o papel da escola e dos seus recursos humanos e sensibilizar a comunidade educativa para as consequências das experiências adversas vividas na infância, atuando de forma preventiva.

Impacto na comunidade

Projetar o papel da Escola e dos seus recursos humanos - como entidade competente em matéria de infância e juventude, na interação com o Sistema de Promoção e Proteção de crianças e jovens em risco; reconhecer a diversidade de experiências adversas na infância; conhecer tipologias de maus-tratos na infância; sensibilizar a Comunidade Educativa para as consequências das experiências adversas sofridas na infância; conhecer o impacto, ao longo da vida, em crianças expostas a episódios de violência doméstica; reconhecer implicações das experiências adversas sofridas na infância, no desempenho escolar e na inclusão social; sensibilizar para formas de atuar em situações de risco e perigo - divulgação de guias e orientações para os profissionais da educação na abordagem de situações de maus-tratos ou outras situações de perigo; constatar a importância da proteção de crianças em risco, à luz de modelos multidisciplinares e holísticos; mobilizar para a valorização e promoção do respeito pelos Direitos da Infância.

Aplicação do valor do Prémio

Pretende-se que este projeto tenha continuidade e abranja o maior número possível escolas ou agrupamentos escolares. O valor do prémio será utilizado para fazer face às despesas com recursos humanos, deslocações, galardões, materiais de divulgação, materiais para a construção de guias e panfletos de orientação.

Anexo G – *Semana Real(izada)* submetido ao Prémio Maria José Nogueira Pinto

Prémio MSD | Maria José Nogueira Pinto

CANDIDATURA 12ª EDIÇÃO

ID: 438

Pessoa Colectiva Plataforma PAJE – Apoio a Jovens (Ex)acolhidos

Nome da Pessoa de Contacto João Pedro Marceneiro Gaspar

Concelho Coimbra **Distrito** Coimbra

Ano de Constituição 2016

Caracterização da atividade desenvolvida

A PAJE tem como missão apoiar jovens acolhidos e que viveram em casas de acolhimento. Propõe-se apoiar, orientar e formar jovens e adultos autónomos, fomentando transições favoráveis e promovendo a inclusão social, centrando-se em três eixos de intervenção: 1) apoiar Ex-acolhidos (jovens adultos que viveram em instituições), 2) melhorar o perfil de saída (jovens que ainda estão em acolhimento) e 3) sensibilizar para a temática (Sociedade Civil, Academia e Decisores Políticos). Conta com uma equipa multidisciplinar, surgindo da necessidade observada pelos seus profissionais de apoio aos jovens no período pós-acolhimento, onde se evidenciam sinais de fragilidade associados à vida quotidiana.

Nome do projeto Semana Real(izada)

Área de Intervenção Jovens em perigo

Localização (Freguesia/Concelho/Distrito) COIMBRA / Coimbra / Coimbra

Descrição do Projeto

Conhecendo as dificuldades e, muitas vezes, a falta de preparação para a vida autónoma dos jovens que crescem em Casas de Acolhimento, a PAJE, pretende testar e ajudar a desenvolver competências de autonomização, pessoais, sociais e funcionais nestes jovens, que facilitem a sua reinserção em sociedade. O projeto "Semana Real(izada)", envolve jovens acolhidos em fase de pré-autonomia que serão colocados numa situação análoga à de uma vida autónoma, com o objetivo de os sensibilizar para a vida pós-acolhimento e testar as suas competências de autonomização. Trata-se de um projeto inovador que permite que jovens maiores de 18 anos a viver em Casas de Acolhimento, passem uma semana num espaço providenciado pela PAJE, e no qual terão de executar autonomamente as tarefas básicas de habitação e sobrevivência, permitindo testar e desenvolver competências de autonomia. No decorrer da semana o jovem deverá utilizar ou demonstrar que conhece os Serviços da Comunidade, nomeadamente saber onde ficam, qual a sua utilidade e como chegar lá (serviços de saúde, banco, transportes públicos, requisitar água, luz, gás...), não esquecendo a componente individual de lazer, tendo o jovem que gerir uma bolsa de dinheiro que lhe é atribuída entre todas as suas necessidades. Pretende-se que o mesmo experiencie e reflita acerca da vivência residencial individual e consiga perceber quais as competências que necessita de melhorar, com a colaboração das casas de acolhimento. A avaliação será realizada através da autoavaliação inicial e final por parte dos jovens que participarem no projeto, através de observação direta e através do feedback das casas de acolhimento transmitido após a elaboração e entrega de um primeiro relatório nos primeiros dois dias, após o regresso do jovem e de um segundo relatório após um mês (follow-up).

Número de beneficiários do projeto

30

Ano de início / fim do projeto e duração esperada

Início do Projeto 01-09-2024 / Fim do Projeto 30-04-2026 . Duração esperada de 606 dias.

Aspetos inovadores do Projeto

Este projeto distingue-se da resposta de apartamento de autonomização e de outras fornecidas pelo sistema de Promoção e Proteção pelo facto de o jovem se distanciar física e operacionalmente da sua “zona de conforto”, permitindo testar competências de autonomia de forma plena. As refeições terão de ser confeccionadas pelo próprio, tal como a limpeza do espaço e todas as tarefas domésticas. Terá de criar as suas próprias regras e rotinas e gerir o seu dia-a-dia, as suas tarefas e a satisfação das suas necessidades de forma autónoma. Enquanto nos apartamentos de autonomização os jovens vivem, maioritariamente em grupo, normalmente grupos que se conhecem entre si e que residem na mesma Casa de Acolhimento, neste projeto o jovem terá de experienciar a vivência residencial individualmente, o que por si só se constitui como uma grande diferença e uma oportunidade de reflexão relativamente a esta realidade.

Impacto na comunidade

Frequentemente, aos 18 anos, os jovens a quem foi aplicada a medida de acolhimento residencial, optam pela saída da Casa de Acolhimento, muitas vezes pouco preparados para os desafios que irão enfrentar. O completo distanciamento do apoio físico e operacional da Casa de Acolhimento oferecido por este projeto, através da criação de uma realidade simulada, desperta sentimentos e emoções que os alertam e, eventualmente, adiam a tomada de decisão, prematura e precipitada de saída. Considera-se que este projeto permite, ainda, facilitar e reajustar o processo de aprendizagem de competências necessárias à vida autónoma uma vez que se concetualiza como um teste que o próprio jovem irá fazer às suas aptidões, que lhe permitirá obter uma visão geral do que já possui e do que deve melhorar. Pensamos, face a tudo isto, que este projeto possa ser uma mais-valia na promoção de transições mais favoráveis e de uma autonomização bem-sucedida em jovens acolhidos através de uma maior e melhor preparação para a vida autónoma.

Aplicação do valor do Prémio

Pretende-se que este projeto tenha continuidade e abranja o maior número possível de jovens em acolhimento residencial. O valor do prémio será utilizado para fazer face às despesas de execução do projeto (recursos humanos, arrendamento e equipamento da casa, outras despesas fixas, bolsa para despesas com alimentação e diversos que cada jovem deve gerir durante a semana).

Anexo H – Informação geral acerca do Projeto (I)BRIDE - ASA

Application forms

Proposal ID **101194961**
 Acronym **IBRIDE**

1 - General information

Field(s) marked * are mandatory to fill.

Topic	CERV-2024-DAPHNE	Type of Action	CERV-LS
Call	CERV-2024-DAPHNE	Type of Model Grant Agreement	CERV-AG-LS

Acronym IBRIDE

Proposal title (I)BRIDE early and forced marriages across Europe
Note that for technical reasons, the following characters are not accepted in the Proposal Title and will be removed: < > " &

Language

Duration in months 36

Fixed keyword 1 Preventing and combating all forms of violence against children

Fixed keyword 2 Preventing and combating all forms of violence against women, as well a

Free keywords Forced marriages GFM Human rights Awareness Sexual education girls' empowerment Social legal interventions Children's rights Youth involvement Training

Priorities TransnationalActions - Large-scale and long-term transnational actions

Abstract *

(I)BRIDE* aims to raise public awareness about the consequences of forced marriages and FGM by encouraging dialogue on how to address these human rights violations and strengthen policies and standards to prevent them in Europe. Various forms of art, photography, video, literature, and interactive installations will depict the experiences and challenges faced by the victims.

The project consists of the following key actions:

1. Research and Analysis provides an in-depth understanding of forced marriages and FGM in various cultural contexts to identify best practices and policies to understand local circumstances and intervene within them.
2. Training of Professionals. It is a fundamental tool for spreading awareness of forced marriages and mutilations. Professionals will be able to use a greater number of tools and scientific knowledge to tackle the phenomenon.
3. Communication, Dissemination, and Awareness-Raising. These are essential for the (I)BRIDE project. Through engaging campaigns, tools will be implemented to raise as much awareness as possible about the two phenomena. An interactive and traveling exhibition, meetings, conferences, workshops, and debates will be organized in all partner countries to help uncover these phenomena, which are widespread in Europe but largely hidden.

The project addresses the roots of forced marriages and female genital mutilation through a multidisciplinary and integrated approach involving education, training, awareness, and social and legal support. This holistic approach underscores the urgent need for a coordinated response to gender-based violence.

Remaining characters 381

PG ver 1.00 20231221 Page 2 of 36 Last saved 28/05/2024 03:19

This proposal version was submitted by **Rosalba MIRCI** on **28/05/2024 03:16:41** Brussels Local Time. Issued by the Funding & Tenders Portal Submission System.

PAJE ACTIVITIES

In order to move towards building a more egalitarian, inclusive and integrative society, PAJE intervenes in three areas: 1) Supporting young people with a history of foster care in the areas of health, education, financial, legal, psychology and counseling; specific situations linked to everyday life; welfare, that is, desperate situations such as hunger, housing, etc. and training for formerly sheltered young adults to promote their autonomy; 2) Improve the exit profile of care – through various projects that aim to train caregivers and young people; dynamics with children and young people still in care; innovative projects (follow-up, psychoeducational materials); 3) Raise awareness of the topic by publishing and presenting communications at scientific events; raising awareness among public opinion and political decision-makers; mobilize volunteers.

Axes of intervention

1 - Support young people with a history of foster care

The number of requests for help from young people who were previously sheltered gradually increased, reaching 403 at the end of 2023. The cases are very different, with some support being specific (essentially for the most bureaucratic issues of everyday life) and in other cases, the intervention/monitoring lasts over time and requires financial assistance (be it for the first income, for documentation, for medication, etc).

For these young people, some with dependencies (addicts) and cognitive deficits, monitoring/support has essentially been about promoting and building a life project.

2 - Improve the reception exit profile

More and more Shelter Houses have requested PAJE intervention. The response to the project, in all cases, was very good and contacts were maintained (Setúbal, Lisbon, Portimão, Apúlia, Recardães, Torres Novas, Viseu, Guimarães, Porto, Évora, Covilhã, Azores...). The intervention involved technicians, caregivers and

young people hosted, and in some cases, they traveled to Coimbra. It should be noted that the feedback was always very positive.

Organized seminars

The PAJE Platform held a Seminar aimed at childhood professionals in February 2023, which was attended by more than a hundred participants.

Organized in partnership with ISCTE the 1st International Seminar “Integrated child/youth protection system – A system that promotes children’s rights?” and in partnership with the Lusíada University of Porto, the II international Seminar, with the same theme.

PAJE participated in organizing the presentation of the Bases for the Qualification of the Child and Youth Reception System, at the request of the guardianship and the Social Security Institute.

The PAJE Platform was a partner in organizing the Meeting “The voice of children and young people in residential care”, which took place in Alcochete on the 14th and 15th of November, with 10 partner entities.

Passport to autonomy

PAJE put into practice a project financed by the Think Human Foundation that aims to carry out works in 3 Shelter Houses (remodeling the kitchen to make it usable for young people in developing functional autonomy, recreational spaces or socializing with family members), but also training caregivers and training young people on the importance of vocational guidance and insertion into the job market.

3 - Raise awareness of the topic

Welcome Day Celebration

Welcoming Day was celebrated, with wide publicity in the media, participation of dozens of Shelters across the country and an event attended by more than a hundred participants.

Scientific communications and publications

The PAJE Platform, through some of its elements, has published in national and international books and magazines, developing themes related to its activity:

Pimentel, F, Antão, J. & Gaspar, J.P. (2023) “Hight time to develop policy and practice for care leavers: Early beginnings in Portugal”, Revista Iberoamericana para la investigación y el dedarrollo educativo Vol. 14, Núm. 27 - México <https://doi.org/10.23913/ride.v14i27.1563>

Prado, A., Foresto, D., Souza, R. & Gaspar, J.P. (2022) Utilização de substâncias psicoativas por universitários de um centro universitário do interior paulista durante a pandemia da Covid-19 in Richard, F. (Org.), Saúde única a integral: teoria e prática. (89-104pp). Belo Horizonte. Uniedusul Editora. doi: 10.51324/80277995.8

Gaspar, J.P. (2023) “A infância é um chão que pisamos durante a vida inteira”, Colóquio O Sistema de Proteção de Crianças em Portugal e a Autonomia de Adolescentes Acolhidos, promovido por Associações da Ponta do Sol – Madeira.

Gaspar, J.P. (2023) “A infância é um chão que percorremos na vida inteira”, Fórum Crianças e Jovens nos Entrelaços da Lei, promovido pela Rede de parceiros de Leiria

Gaspar, J.P. (2023) “Consequências a longo prazo: Transição e Pós-acolhimento”, Sessão comemorativa do Dia do Acolhimento Familiar – Ser família de acolhimento, e porque não?”, promovido pela Fundação Atónio Aleixo, Algarve

Gaspar, J.P. (2023) “Reflexão sobre desafios na prática interventiva com crianças e jovens migrantes”, no Seminário Internacional “A proteção da criança e à família numa sociedade inclusiva e sustentável”, promovido pela APPASSI, em Lisboa

Gaspar, J.P. (2023) “Quando a infância nunca foi infância, o que faz falta?”, Seminário Internacional Sistema Integrado de Proteção À Criança/Jovem”, promovido pelo ISCTE, em Lisboa

Gaspar, J.P. (2023) “A primeira infância e seu impacto futuro”, Seminário Primeiros Anos, a Nossa Prioridade, promovido pela CPCJ do Peso da Régua

Legislative changes

PAJE was involved in several issues that involved political and technical decisions, regarding the Ordinance that was published on December 22nd and which regulates Residential Care in Portugal. Finally, Law 23/2023 was published, which allows the re-entry into the system of promotion and protection of children in danger of young people who decide to leave after the age of 18.

Outreach and fundraising activities

In addition to our official page, where we post the most relevant information, the Facebook page, with judicious use, publicizes the activities carried out and to be carried out – we have surpassed the threshold of 10 thousand followers. This page continues to be the main choice for a first contact for some young people who seek us out. The newsletter has more and more subscribers, allowing interested parties to follow the activities carried out in more detail.

Cross-cutting activities

Protocols and partnerships

Applications were prepared such as that of Web Help (multinational company) which was approved and has already come into force, ending only in 2025 and Erasmus + (in partnership with an Italian entity) from which we are still awaiting the result of the changes they indicated to us.

Thus, despite having maintained contacts with more institutions, PAJE, during 2023, signed protocols with the following entities:

Associação Apoio à Rapariga

APPASSI

ASCRA

Coração D'ouro

Associação Integrar

Profitecla

Miscellaneous activities

International

The “Flying for Autonomy” Project (funded by EEAGrants and promoted by the Calouste Gulbenkian Foundation and Bissaya Barreto Foundation and Bissaya Barreto Foundation consortium, within the scope of the Ativ@s Citizens Program) and coordinated by PAJE.

This is a project defined and implemented taking into account transversal principles of institutional collaboration, training, communication and empowerment, with the purpose of promoting autonomy in the development of socio-emotional, professional and personal pathways for social inclusion of young people in residential care. It ended in mid-2023.

National

Participated in events/initiatives:

- Ubuntu Leaders Academy
- European Researchers' Night

Promoted other initiatives:

- Various Seminars, Meetings, Lectures and Training all over the country, including islands

Academics

The Association had 2 professional internships in the field of Psychology and 3 curricular internships in master's degrees in psychology and educational sciences at the University of Coimbra and another around Psychosocial Intervention with Children and Young People at Risk at Escola Superior de Viseu. In addition to various Bachelor's, Master's and Doctorate studies from various Higher Education Institutions across the country

Internal

Being a completely innovative area, investment at this stage (mainly in time) must also include research into best intervention practices and models that are adjusted to the specific needs of our target audience.

The psychoeducational materials created by PAJE were improved, making them more easily applicable to young people with whom the Association intervenes.

It updated its website, with a thorough remodeling, with the help of a master's student and a professor and a student from the Department of Computer Engineering at the University of Coimbra.

PAJE concluded that its claim to be an IPSS was finally recognized.

PAJE was given a physical space with 2 bedrooms, kitchen, toilet, pantry, office and large workspace, in a house inside Quinta da Escola Agrária.

PAJE was awarded the 2023 Human Rights Prize, awarded by the Assembly of the Republic, highlighting that this is the highest award given by the most representative Portuguese sovereign body and was unanimous

Anexo J – Informação da PAJE na candidatura submetida do (I)BRIDE

Application forms

Proposal ID **101194961**

Acronym **IBRIDE**

Short name **PAJE**

Main contact person

The name and e-mail of contact persons are read-only in the administrative form, only additional details can be edited here. To give access rights and basic contact details of contact persons, please go back to step - Manage your related parties of the submission wizard and save the changes.

Title Mr Gender Woman Man Non Binary

First name **Joao Pedro**

Last name **Gaspar**

E-Mail **geral@paje.pt**

Position in org. President

Department PLATAFORMA PAJE-PLATAFORMA DE APOIOA JOVENS (EX) ACOLHIDOS-ASSOCIAC Same as organisation name

Same as proposing organisation's address

Street LARGO D DINIS INST PSICOLOGIA COGNITIVA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Town COIMBRA Post code 3000 143

Country Portugal

Website Please enter website

Phone +XXX XXXXXXXXXX Phone 2 +XXX XXXXXXXXXX

Other contact persons

First Name	Last Name	E-mail	Phone
Ana	Felix	anafelix85@hotmail.com	+XXX XXXXXXXXXX

Maria T. Cucuzza	Koinè	Politic Student. Researcher Responsible for conducting research and preparing informational materials on the topic.
Luca Bello	CEMUSS AS TO	Surgeon. Specialist in Gynecology and Obstetrics Clinical expert and consultant for FGM, coordinates the health team
Anita Fortunato	CEMUSS Asl TO	Midwife, FGM expert, personal training and outreach coordinator
Florencio Vincente Castro	INFAD	President of the INFAD association and the European Network for Active and Healthy Aging. Advisor to the Social Europe Permanent Forum, Professor of Psychology. Psycho-social Responsible
Amara Garcia Belloso	INFAD	Degree in Early Childhood Education Researcher early childhood educator carrying out the Montessori methodology and researcher
Ana Rita Alfaiate	CDF	Professor at the Faculty of Law of the University of Coimbra, expert in human rights and international law
Dulce Lopes	CDF	Professor at the Faculty of Law University of Coimbra expert in Private International Law and European Union Law. Researcher on GFM
Sara Madeira	CDF	Degree in Educational Sciences. Responsible for the administrative and communication by CDF side responsible for the dissemination and communication By CDF side.
João Pedro Gaspar	PAJE	Psychologist, PhD in psicologia dell'educazione, Researcher, president of Paje expert in human rights. Coordinator by Paje side Educational and sensitisation team
Ana Filipa Félix Pereira	PAJE	Educadora.gestione dei programmi, all'organizzazione degli eventi e alla raccolta dei dati administration
Pedro G. Gaspar	PAJE	Computer scientist, Social media manager. Responsible of communication and dissemination by Paje side
Eda Mölder	Mittetulundus ühing Eluliin	GBV and THB Expert, psychotherapist, project manager/coordinator Estonian side
Merle Haruoja	Mittetulundus ühing Eluliin	GBV and THB expert, human rights lawyer. specialist in international law
Laura Mallone	Mittetulundus ühing Eluliin	Journalist, GBV expert, Award owner from Estonian president about f GBV in the fight against violence
Alice Järvet	Eluliin	GBV activist social media expert
Maini Kaha	Eluliin	Memeber of 'Estonian Sexual Health Association, in the reasearch and scietific working group and publications
Eleri Modler	Eluliin	Computer scientist. Communication for ONG
Jaana Below	Eluliin	Gynaecologist/obstetrician and youth counsellor President of Estonian Sexual Health Association, expert/lecturer on sexual



**Independent
Living Skills (ILS) -**

**Thematic Group
(INTRAC)**

Inaugural meeting

Monday 27th May 2024

Welcome...

Anexo L – Projeto “Passaporte para a Autonomia”

1ª Sessão

- Apresentação e quebra-gelo
- Dinâmicas de grupo
- Autoconhecimento
- Questionários de autoavaliação
- Discussão em grupo
- Atividades de reflexão



Think Human
FOUNDATION

PLATAFORMA
P.A.J.E.

2ª Sessão

- Apresentação da análise SWOT
- Atividade de análise SWOT pessoal
- Exercício de visualização
- Realização de dinâmicas
- Partilha de experiências
- Atividade motivacional



Think Human
FOUNDATION

PLATAFORMA
P.A.J.E.

3ª Sessão

- Informação sobre princípios de orientação vocacional
- Elaboração de CV
- Exercício de auto apresentação
- Simulação de entrevista de emprego
- Recursos e ferramentas
- Avaliação final



Think Human
FOUNDATION

PLATAFORMA
P.A.J.E.

Dia do Acolhimento 2024



10€
5€ (Entidades com protocolo PAJE, associados e estudantes)

Inscrições até dia 14 de fevereiro

A importância dos **Cuida...Dores**
para inspirar **Vence...Dores** 🏆

 **Sexta, 16 Fevereiro**

 **Fundação Bissaya Barreto | Coimbra**

Organização


Apoio
 **FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO**  **CÂMARA MUNICIPAL COIMBRA**  

Anexo N – Identificação da Comissão Organizadora do Dia do Acolhimento

Dia do Acolhimento 2024



COMISSÃO ORGANIZADORA
Mafalda Frias



Dia do Acolhimento 2024



COMISSÃO ORGANIZADORA
Ana Félix



Dia do Acolhimento 2024



COMISSÃO ORGANIZADORA
Maria Fagna Fonseca



Dia do Acolhimento 2024



COMISSÃO ORGANIZADORA
Sandrina Pereira



Dia do Acolhimento 2024



PRESIDENTE DA DIREÇÃO
João Pedro Gaspar

Organização Apoio



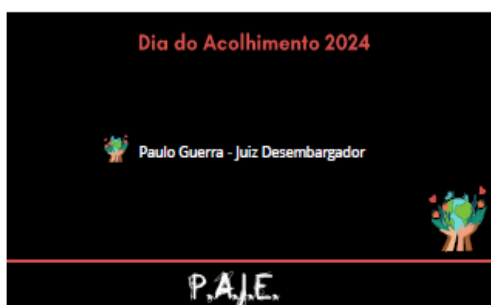
Anexo O – PowerPoint de apresentação no Dia do Acolhimento



1



2



3



4



5



6

Dia do Acolhimento 2024

Mesa Redonda com Cuidadores


-  Carla Pinheiro
-  Filipe Domingues
-  Lúda Gaspar
-  Vanessa Soares




P.A.J.E.

7

Dia do Acolhimento 2024


 Rui Godinho - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa




P.A.J.E.

8

Dia do Acolhimento 2024

 Paula Correia - Pedopsiquiatra



P.A.J.E.

9

Dia do Acolhimento 2024

 DEBATE



P.A.J.E.

10

Dia do Acolhimento 2024

Sessão de Encerramento

-  Inês Amaro - Instituto da Segurança Social
-  Fátima Gonçalves - CNPDPCJ (Comissão Nacional - CPCJ)
-  Susana Castanheira Neves - DGAE (Dir. Geral da Admin. Escolar)



P.A.J.E.

11

Dia do Acolhimento 2024

Obrigado!



P.A.J.E.

12

CERTIFICADO

DE PARTICIPAÇÃO



Certifica-se que

Participou, no dia 16 de fevereiro de 2024, no **Dia do Acolhimento** - "*A importância dos **Cuida...dores** para inspirar **Vence...dores***", que decorreu no Auditório da Fundação Bissaya Barreto, em Coimbra, organizado pela Plataforma PAJE.



João Pedro Gaspar

Dr. João Pedro Gaspar, PhD
(Presidente da PAJE)

Anexo Q – Brindes para os intervenientes da Comemoração do Dia do Acolhimento



Anexo R – Moldura e papel de parede da Comemoração do Dia do Acolhimento



Anexo S – Formulário de inscrição na comemoração do Dia do Acolhimento

Dia do Acolhimento 2024

Vamos comemorar o 'Dia do Acolhimento'!

A Iniciativa começou nas Ilhas Britânicas em 2016 e este será o 3º ano consecutivo em que é assinalada em Portugal.

Para além de ter uma ampla divulgação mediática, é uma oportunidade para refletirmos sobre o acolhimento, sobre a nobre profissão de quem cuida e para nos unirmos na celebração dos direitos e da resiliência das crianças e jovens, das suas histórias e conquistas. Afinal, temos orgulho no nosso trabalho!

A PAJE irá comemorar esta iniciativa no próximo dia 16 de fevereiro (sempre na 3ª sexta-feira de fevereiro) e contará com um seminário em Coimbra, na Fundação Bissaya Barreto, com a presença de vários especialistas, mas, desde logo, os principais - os jovens acolhidos, cuidadores e famílias de acolhimento.

Para proceder à inscrição, pedimos que preencha este formulário.

Para esclarecer qualquer dúvida, por favor, não hesite em contactar-nos através do e-mail geral@paje.pt

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. Identificação



1. Identificação *

2. Data de nascimento *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

3. Morada *

4. Número de telemóvel *

5. E-mail *

2. Enquadramento Profissional

6. Organismo/Instituição *

7. Cargo/Função *

8. Morada *

9. Condição *

Marcar apenas uma oval.

Com protocolo com a PAJE

Sem protocolo com a PAJE

Estudantes

Associados PAJE

10. 3. Método de pagamento *

Através de transferência bancária para o IBAN:
PT50 0036 0033 99100709980 05

Submeta, por favor, o comprovativo de pagamento.

Ficheiros enviados:

11. **4. Emissão de recibo ***

Pretende o recibo:

Marcar apenas uma oval.

- Em nome individual
- Em nome da Instituição/Organização
- Não necessita recibo

12. NIF: *

13. E-mail para envio do recibo *

14. E-mail para envio de certificado *

5. Proteção de Dados

Os dados pessoais aqui recolhidos serão alvo de tratamento única e exclusivamente no âmbito deste evento.

Entidade Promotora

Plataforma
P.A.J.E.

Anexo T – Questionário de satisfação da Comemoração do Dia do Acolhimento

Questionário de Avaliação do Seminário alusivo ao Dia do Acolhimento 2024

Depois da comemoração do Dia do Acolhimento, gostaríamos de saber a sua opinião acerca do evento.

Responda a este questionário, por favor. Para nós, a sua apreciação é muito importante!

Este questionário é totalmente anónimo e a recolha da informação tem como objetivo melhorar, futuramente, aspetos que possam ter falhado e responder às necessidades de cada um.

Demorará menos de 3 minutos a preencher.

* Indica uma pergunta obrigatória



1. 1. Profissão *

2. 2. Como teve conhecimento do evento? *

Marcar apenas uma oval.

- Redes sociais
- E-mail
- Amigos
- Outro

Assinale, por favor, a opção que mais se adequa ao seu grau de satisfação relativamente aos diferentes momentos do evento:

Organização:

3. 3. Local: *

Marcar apenas uma oval.

- Indiferente
- Nada satisfeito
- Pouco satisfeito
- Satisfeito
- Muito satisfeito
- Totalmente satisfeito

4. 4. Recepção aos participantes: *

Marcar apenas uma oval.

- Indiferente
- Nada satisfeito
- Pouco satisfeito
- Satisfeito
- Muito satisfeito
- Totalmente satisfeito

5. 5. Duração do evento: *

Marcar apenas uma oval.

- Indiferente
- Nada satisfeito
- Pouco satisfeito
- Satisfeito
- Muito satisfeito
- Totalmente satisfeito

6. 6. Duração de cada intervenção *

Marcar apenas uma oval.

- Indiferente
- Nada satisfeito
- Pouco satisfeito
- Satisfeito
- Muito satisfeito
- Totalmente satisfeito

Comunicações:

7. 7. Intervenção do Dr. Paulo Guerra: *

Marcar apenas uma oval.

- Indiferente
- Nada satisfeito
- Pouco satisfeito
- Satisfeito
- Muito satisfeito
- Totalmente satisfeito

8. 8. Mesa redonda com Famílias de Acolhimento: *

13. 13. Intervenção da Dra. Paula Correia: *

Marcar apenas uma oval.

- Indiferente
- Nada satisfeito
- Pouco satisfeito
- Satisfeito
- Muito satisfeito
- Totalmente satisfeito

Ajude-nos a melhorar!

14. 14. Observações que considere pertinentes: *

15. 15. Sugestões para próximos eventos: *

Gratos pela sua colaboração!



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Anexo U – PowerPoint para apresentação da PAJE



1



4



7



2



5



8



3



6



9



19



22



25



20



23



26



21



24



27

Anexo V – PowerPoint para apresentação do projeto Escolas SITI – Sensibilizadas para a Importância do Trauma no Seminário de Educação Especial e Inclusiva, da ESEV



1



2



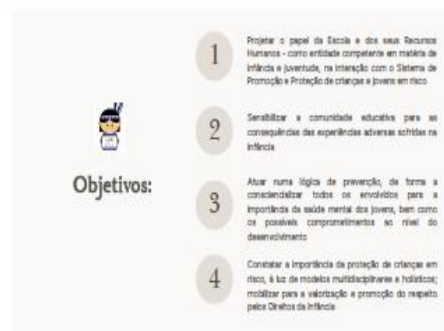
3



4



5



6

Implementação do projeto:

Previsto para arrancar no início do ano letivo, seguindo as etapas: Aprovação do Galardão "Escolas SITT", Estabelecimento de protocolos (Escolas Parceiras) + calendarização, Desenvolvimento das atividades e Cerimónia entrega dos Galardões.

1 - Divulgação do selo "Escola SITT" (âmbito, objetivos e implementação) - Em reuniões (Direção, Conselho Geral, Conselho Pedagógico, Conselho de Diretores de Turma, Reuniões de Departamento, etc.) e através de todos os canais de comunicação interna, com os pais/mães/encarregados de educação, entidades da comunidade, com os restantes elementos da comunidade educativa.



7

2 - Sessões de sensibilização (descentralizadas) - Duas Sessões[] de sensibilização com a duração de 90 minutos cada, destinadas a professores, pessoal não docente, pais/mães/encarregados de educação, entidades da comunidade, orientada pela PAJE.

[] Uma sessão de sensibilização com a duração de 90 minutos, destinada aos alunos maiores de 14 anos, orientada pela PAJE.

3 - Plano de Ação (médio/longo prazo) - Complementa as sessões de sensibilização e confere continuidade temporal, através de iniciativas pontuais e/ou criação e dinamização de grupos de trabalho, aproveitando as tecnologias de informação e comunicação (Facebook, Blog, Jornal online, etc.).

4 - Cerimónia de atribuição do selo "Escola SITT" - Dependendo da calendarização, aproveitar evento impactante (feira de Natal ou de final de ano ou cerimónia de entrega de prémios, aniversário da Escola/ Agrupamento...) para galardão com o "Selo Escola SITT", recordando a atividade desenvolvida e a desenvolver.



8

A PAJE criou o Galardão "Escolas SITT", entregue aos estabelecimentos de educação e ensino que aderiram ao projeto:



9



1

O projeto teve início em setembro de 2021, tendo sido entregue o primeiro Galardão em julho de 2022.

2

Foi implementado em 4 Agrupamentos Escolares da região centro.

10

Publico P

14.05.2024



11

1

Jovens com violência familiar sem sobreviventes - 10% completaram o ensino secundário;
Jovens que cresceram num ambiente de violência doméstica - 64% não terminaram o ensino secundário.

2

Mais insatisfeitos com a vida, assumem um predomínio em dimensões como:

- violência
- distúrbios mentais
- consumo ou mau desamparo
- bullying ou fofoca crónicas em ambiente escolar
- abandono escolar ou reações frequentes
- consumo de álcool ou drogas
- dependência de jogos online

3

A probabilidade de os filhos de violência doméstica se envolverem em crimes é 40 vezes superior.

Miguel Rodrigues


14.05.2024

12

1 Os estabelecimentos escolares e educativos, através da sensibilização dos seus recursos humanos, podem constituir-se como espaços de apoio para as crianças e os jovens em situação de vulnerabilidade.

2 A comunidade educativa e as iniciativas levadas a cabo na prevenção são fundamentais nestas situações, pois, podem reduzir o risco e aumentar os fatores de proteção das crianças e dos jovens.

Acreditamos que...



13

Porque...

"O que se passa na infância, não fica na infância".
João Pedro Gaspar



14

Contactos

gerai@paje.pt
paje.pt
913 142 204
Alameda da Feira,
3045-382 S. Martinho do Bispo



15



16

Anexo W – PowerPoint elaborado para a apresentação da PAJE no Seminário organizado no âmbito da UC de Temas da Cultura Contemporânea da Licenciatura de Educação Social, do Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo – ISCE



1



2



3



4



5



6



7



8



9



10



11



12



13



14



15

Escolas SITI

Desenvolvendo e consolidando o futuro do ensino.

Desde 1970, com visão clara de que o sucesso das escolas vem de métodos inovadores que se adaptam ao tempo e ao espaço.

Hoje, esse propósito está presente em todos os processos, para que as escolas possam oferecer o melhor ensino possível, sempre com foco no futuro do Brasil.

É possível atingir esse propósito? Sim, através da inovação e da excelência. Isso se reflete na qualidade do ensino oferecido, na infraestrutura das escolas, na formação dos professores e na gestão escolar.



É importante identificar, analisar e avaliar as melhores práticas que estão nos métodos para aplicar a SITI.



17

No mês de maio, o trabalho pode transformar-se em:

1. Identificar o melhor método de ensino e aplicar nos métodos de ensino da escola.
2. Analisar o método de ensino e aplicar nos métodos de ensino da escola.
3. Implementar o método de ensino e aplicar nos métodos de ensino da escola.
4. Avaliar o método de ensino e aplicar nos métodos de ensino da escola.
5. Avaliar os resultados do método de ensino e aplicar nos métodos de ensino da escola.

18



28



29

Mais do que um projeto de intervenção, este projeto articula as joias que existem por uma intervenção, porque elas se encontram no ato de preparação, com análise de projetos de alta qualidade ou melhores, com utilização de competências de autonomia e com foco de apoio de resposta após a saída das Casas de Acolhimento.

Objetivos



- Colocar joias existentes, que existem base de preparação, em ambiente e situação analógica de uma vida profissional, de forma a sensibilizar para a vida das Casas de Acolhimento, incluindo sistematicamente as suas competências de autonomia.
- Interagir que o jovem, no final da semana, seja capaz de perceber como se sente face ao projeto de vida, criando laços medidos e desejáveis.

30

Fatores de diferenciação

Campanha de desenvolvimento da ação física e operacional das Casas de Acolhimento, criando uma realidade dinâmica, importante-foco centrada e emojas que se alteram e, eventualmente, adtem a tomada de decisão, primária e precipitada - a saída da Casa de Acolhimento.



31

Índice abril de 2018

Duração: uma semana.

Local: espaço arrendado pela PAJE, em Coimbra.

Distribuição: joias com idade igual ou superior a 18 anos.

Audição:

- autoavaliação, observação direta e feedback.

- no início, no decorrer e no final da semana e ainda através do follow-up.



32



33



34

Duas vertentes



- Plano de formação para colaboradores das Casas de Acolhimento.

- Empoderamento de joias existentes para a integração no mercado de trabalho.

35

Objetivos

- Qualificar a atuação de Psicologia relativamente à preparação para a vida pós-acolhimento.
- Realizar as atividades de integração profissional das joias existentes.
- Promover as condições para alcançar os níveis de formação profissional.
- Potenciar competências e melhorar o perfil profissional das pessoas humanas das Casas de Acolhimento.



36

3 Sessões

- 1) Conhecer: relação, trabalhar o autoconhecimento e autoconfiança com os pares
- 2) Análise SWOT e motivação
- 3) Atividade de orientação vocacional, CI, entrevista de emprego



37

12 Sessão

- Apresentação e quebra gelo
- Dinâmicas de grupo
- Autoconhecimento
- Questionários de autoavaliação
- Dinâmicas em grupo
- Atividades de reflexão



38

21 Sessão

- Apresentação da análise SWOT
- Atividade de análise SWOT pessoal
- Simulação de entrevista
- Atividade de dinâmicas
- Atividade de autoavaliação
- Atividade motivacional



39

38 Sessão

- Informação sobre privacidade de orientação vocacional
- Realização de TV
- Realização de auto-avaliação
- Simulação de entrevista de emprego
- Pesquisa e entrevistas
- Avaliação final



40



41



42



43



44



45

Para sermão, a P.A.J.E. já levou a participação em várias atividades legislativas, incluindo:

- Cursos de formação para as instituições parceiras para melhorar os procedimentos legais para reconhecer um cuidador até aos 22 anos, desde que estejam a cuidar de um jovem ferido;
- Trabalho de grupo que levou ao debate de acordos entre as partes públicas com o objetivo de apoiar e apoiar profissionais/pesquisadores a melhorar a entrega de serviços;
- Criação de um procedimento comum que, após completar 12 anos, permite decidir qual o local de acolhimento, bem a possibilidade de regressar ao Centro de Formação e Formação de Crianças e jovens em risco - institucionalizado, com acordos.



46

- Proposta de regulamentação jurídica de acordos;
- Trabalho de grupo em caso de situações de crise (crises até aos 12 anos podem ser atenuadas, em vez de levar a situações de crise até aos 22 anos);
- Contribuição para a Formulação da legislação de acordos de acolhimento;
- Fórum de 400.000 de 22 de dezembro.



47

DIRETIVAS EUROPEIAS



48

A diversidade é uma mais-valia organizacional e institucional que fortalece uma e para várias na Europa.

- Trabalhar para assegurar uma variedade entre todos os setores e países através de redes, associações, instituições e organizações com diferentes níveis-públicos;
- Ter uma visão global através de redes públicas de nível dos setores, em particular através de redes para jovens e para investigadores.



49

Resolução da Assembleia e participação das crianças "longitudinais" no processo de decisão

O objetivo é estabelecer "Egito" e obter feedback sobre o processo "longitudinal" incluindo crianças e jovens que vivem em situações difíceis e situações vulneráveis, e organizações que os ajudam.


No Portugal, encontramos os seguintes:

- Na 8ª Casa de Acolhimento da Liberdade com as Crianças e Jovens
- Aldeias com crianças
- Na 4ª Unidade com as Crianças Europeias, no âmbito de projetos de investigação realizados para o encontro das crianças das Crianças e Jovens Unidos.



50

MENSAGENS DOS CUIDADORES E DOS JOVENS



51



52

MATERIAIS DESENVOLVIDOS



53



54



55



56



57



58

I CONGRESSO INTERNACIONAL DE TRANSIÇÃO DA VIDA ADULTA DA JUVENTUDE DO SISTEMA DE PROTEÇÃO

UNIVERSIDADE DE VIGO | DE 29 NOV A 1 DEZ

No final de novembro realizou-se, na Universidade de Vigo, o I Congreso Internacional de Transición a la Vida Adulta de la Juventud del Sistema de Protección, numa parceria entre entidades de vários países.

O Congresso teve como objetivo dar a conhecer a realidade dos processos de transição para a vida adulta de jovens acolhidos e promover a reflexão sobre os desafios nas diversas áreas de intervenção. Foram abordados diversos temas como: a Educação, a Inserção Laboral, a Participação dos Jovens nos seus processos de autonomia, as Relações Afetivas, entre outros, havendo também tempo para a apresentação de alguns programas de autonomia.

A PAJE esteve presente e representada pelo Presidente da Direção, Dr. João Pedro Gaspar, que, apresentou o trabalho realizado pela PAJE, as dificuldades que os jovens encontram no processo de transição para a vida adulta e a extrema importância das relações afetivas, tão significativas para que estes jovens sintam que pertencem a alguém, a algum lugar.



Foram três dias de grande partilha, aprendizagem e fica a conclusão de que, em Portugal, há, ainda, um grande caminho a percorrer, não só no trabalho que se desenvolve no terreno, bem como na investigação.

02

PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL **PASSAPORTE PARA A AUTONOMIA**

RECARDÃES, ÁGUEDA
13 DE MARÇO, 15 DE ABRIL E 08 DE MAIO



Dando continuidade à parceria com a Think Human Foundation, foi implementado, uma vez mais, o programa de orientação profissional, desta vez, em Recardães e já intitulado “Passaporte para a Autonomia”.

O projeto foi desenvolvido ao longo de três sessões, uma por mês, orientadas separadamente para os jovens e para toda a equipa técnica da Casa de Acolhimento.

Os encontros tiveram como objetivo orientar os jovens para as suas escolhas profissionais e, por outro lado, capacitar a equipa da Casa, dando-lhes ferramentas para que consigam auxiliá-los e apoiá-los, da forma mais ajustada possível neste percurso.

Uma vez mais, a PAJE e a Think Human Foundation reforçam o compromisso de transformar a vida de quem possa estar numa situação mais vulnerável, preparando esses jovens para um futuro mais esperançoso.



MARÇO A MAIO '24

NEWSLETTER #28

PLATAFORMA PAJE



INAUGURAÇÃO NOVA SEDE PAJE

ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA COIMBRA | 02 DE ABR

No dia 2 de abril foi formalmente inaugurado o novo espaço da PAJE que proporciona condições de trabalho aprazíveis e oferece a possibilidade de acolhimentos de emergência.

Este novo espaço foi cedido pelo Politécnico de Coimbra e, para os arranjos necessários, contou com a preciosa colaboração da União de Freguesias de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades e de voluntários pontuais (elementos dos corpos sociais e de duas empresas – Remax Visão e Webhelp).

Este espaço será também utilizado para dar continuidade à realização do projeto "Semana Real(izada)", cujo objetivo é desafiar os jovens acolhidos com dezoito ou mais anos, a passar uma semana em Coimbra, de forma a poderem testar e adquirir competências na questão da vida quotidiana, sem o apoio habitual das Casas de Acolhimento.

De salientar que o anterior espaço continuará como sede da Associação.



SEMINÁRIO

FAMÍLIAS DO SÉC XXI

SINTRA | 05 DE ABR



É com satisfação que compartilhamos a participação da PAJE no Seminário "Famílias do Século XXI", organizado pela CPCJ de Oliveira do Hospital, no dia 05 de abril. O evento reuniu especialistas e representantes de diversas instituições para discutir temas relevantes relacionados com as famílias contemporâneas.

O Doutor João Pedro Gaspar, representou a PAJE no painel dedicado às "Famílias e suas Competências". Na sua intervenção, foi convidado a abordar o tema "Filhos de Pais Cucos", trazendo insights e reflexões sobre os desafios enfrentados por essas famílias e as estratégias para apoiá-las.



A participação da PAJE neste seminário reforça o nosso compromisso em contribuir para o debate e a promoção de políticas e práticas que fortaleçam as famílias e protejam os direitos das crianças e jovens. Agradecemos a todos os envolvidos por esta oportunidade de partilha e aprendizagem.

"[...]o nosso compromisso em contribuir para o debate e a promoção de políticas e práticas que fortaleçam as famílias e protejam os direitos das crianças e jovens."

CAMINHADA SOLIDÁRIA PAJE

MATA NACIONAL DO BUSSACO, LUSO! 13 DE ABRIL

No dia 13 de maio realizou-se, na Mata Nacional do Bussaco, a Caminhada Solidária PAJE organizada, em parceria, com a Remax Visão, ABC Cabeleireiros e Bota Cansada.

Os caminhantes foram cerca de 150 e o ambiente foi muito animado! O estado do tempo colaborou e permitiu o percorrer alguns trilhos da Mata do Bussaco e o convívio entre todos. A meio da caminhada foi muito reconfortante fazer-se uma paragem para recarregar as energias, com uma deliciosa fatia de bolo.

A beleza Natural da Mata do Bussaco, candidata a Património da Unesco, deixou todos os participantes entusiasmados e com vontade de participar numa nova edição.



CONCERTO SOLIDÁRIO

AUDITÓRIO DA ESTESC | 10 DE MAIO

Uma vez mais, o Conservatório Regional de Coimbra juntou-se à causa da PAJE e promoveu um concerto solidário, proporcionando um momento fantástico a quem teve o privilégio de assistir.

Esta foi a 7ª edição e aconteceu no passado dia 10 de maio, no auditório da Escola Superior de Tecnologias da Saúde/Escola de Enfermagem na qual estiveram presentes mais de 200 pessoas.

Os jovens mostraram o seu potencial e o público ficou rendido às suas habilidades musicais. Esperamos poder continuar a desfrutar destes momentos e a colaborar com o Conservatório Regional de Coimbra, pois:

“a música é o vínculo que une a vida do espírito à vida dos sentidos. A melodia é a vida sensível da poesia”.

Beethoven



SEMINÁRIO ONLINE

ONLINE | 16 DE MAIO



No dia 16 de maio, a PAJE marcou presença no seminário online, organizado no âmbito da UC de Temas da Cultura Contemporânea da Licenciatura de Educação Social, lecionada pela Docente Fernanda Carvalho. O seminário teve como mote “Quando a infância nunca foi infância... o que faz falta?”, no qual foi explanada a atuação da PAJE, bem como a intervenção realizada pelos vários profissionais que com ela colaboram.

Simpósio Internacional em Educação Especial e Inclusiva (SIEEI)

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE VISEU | 16 DE MAIO

Realizou-se, no dia 16 de maio, o Simpósio Internacional em Educação Especial e Inclusiva, organizado pelos docentes e alunos do curso de Mestrado em Educação Especial e Inclusiva da Escola Superior de Educação de Viseu.

A PAJE foi representada pela estagiária Ana Félix e pelo mentor da PAJE, João Pedro Gaspar, com a apresentação do Projeto “Escolas SITI – Sensibilizadas para a Importância do Trauma na Infância”.

O Projeto Escolas SITI tem como objetivo desconstruir a visão errónea de que os alunos acolhidos e com vivências de violência, não gostam da escola e, capacitar os recursos humanos das escolas para criar e manter uma relação socioemocional positiva bem como tornar o meio escolar mais estimulante.



Anexo Z – Caminhada Solidária da PAJE

 **Plataforma PAJE - Apoio a Jovens Ex-acolhidos**
★ Favoritos · 13 de abril · 🌐

Caminhada solidária PAJE, com cerca de 150 participantes e um ambiente "do melhor" 😊
Até pediram a próxima e tudo...



...tos a quem organizou, a
em participou e a quem
conseguindo participar,
e quis associar 😊😊😊

33 ABR 2024
**CAMINHADA
SOLIDÁRIA**
pela **P.A.J.E.**

36 0033 99100709980 05
- 966341112

Mais 3

Anexo AA – Novos flyers de divulgação da PAJE



CONQUISTAS

- Várias alterações legislativas
- Promover esta área científica

Os jovens saem das Casas de Acolhimento...

e agora?

PLATAFORMA P.A.J.E.

“O que se passa na infância... não fica na infância!”
João Pedro Gaspar

Prémio Direitos Humanos 2023
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

DRE
UTILIDADE PÚBLICA

Membro Eurochild
Putting children at the heart of Europe

ICCA 2017
1st International Conference
We certify that
“Plataforma PAJE – Apoio a Jovens Excolhidos”
is the winner of Best Project Category on the 1st International Conference on Childhood and Adolescence awards.

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS:

 pajeplataforma

 PlataformadeApoioJovensExcolhidos

“Para eles é um trabalho, para nós... é a nossa vida!”
Jovem ex-acolhido

Quem somos?

Associação sem fins lucrativos, fundada em 2016, que apoia jovens com historial de acolhimento, funcionando como rede de suporte

A investigação científica e a visão empírica comprovam a necessidade de apoio após a saída das Casas de Acolhimento. Muitos destes jovens ficam desamparados, numa realidade exigente para a qual não estão preparados.

A PAJE promove autonomizações bem-sucedidas através de apoio personalizado, consoante os desafios e necessidades de cada jovem.

A PAJE e/ou os seus elementos integram redes de conhecimento (Universidades nacionais e internacionais) e grupos de investigação à escala global, permitindo o desenvolvimento de vários materiais socioeducativos e de projetos inovadores que potenciam a qualidade do acolhimento e do Sistema de Promoção e Proteção.

Eixos de Intervenção

Apoiar Ex-acolhidos

Jovens adultos que viveram em Casas de Acolhimento (instituições, lares)

Melhorar o perfil de saída do acolhimento

Cuidadores e jovens que ainda estão em Casas de Acolhimento

Sensibilizar para a temática

Sociedade Civil, Academia e Decisores Políticos

Equipa multidisciplinar:

Psicologia
Serviço Social
Educação
Saúde
Direito
Etc...



Como ajudar?

- Divulgando, sugerindo e comentando nas redes sociais
- Tornando-se voluntário
- Sendo parceiro
- Tornando-se associado (1€/mês)
- Fazendo um donativo (recibo com validade fiscal)
- Consignando o IRS (NIF: 513967419)

IBAN:

PT50 0036 0033 99100709980 05

CONTACTOS:



913 142 204



www.paje.pt



geral@paje.pt



Alameda da Feira S/N

3045-382 S. Martinho do Bispo - Coimbra

Quando a infância nunca foi infância, o que faz falta???

João Pedro Gaspar^{1,2}, Ana Félix¹

1 – Plataforma PAJE – Apoio a Jovens (Ex)acolhidos

2 – Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra

O destino pode destinar, mas a decisão é minha!

João Pedro Gaspar

Introdução



Concerto Solidário dos Reis
AUDITÓRIO DO CONSERVATÓRIO DE
MÚSICA DE COIMBRA

📅 6 janeiro | 18h00 🕒

Entrada gratuita (Donativo livre)

Organização:
**Plataforma
P.A.J.E.**

Coolaboração:

 Casa Fado
Ao Centro

 Sousa
Música School



CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE COIMBRA

ALUNOS DO CONSERVATÓRIO REGIONAL DE COIMBRA

CONCERTO SOLIDÁRIO

Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos

P.A.J.E.

10 de maio | 18h30
Auditório da ESTeSC
ENTRADA GRATUITA | DONATIVO MONETÁRIO LIVRE

+ INFORMAÇÕES EM
WWW.CONSERVATORIOREGIONAL.COIMBRA.COM
R. CARLOS ALBERTO PINTO DE ABREU, N.º74
3040-245 COIMBRA
TEL: 239813142 | 912233419
GERAL@CONSERVATORIOREGIONAL.COIMBRA.COM



Escolas SITI – sensibilizadas para a importância do trauma na infância

Após cerca de 8 anos a exercer atividade na área das crianças e dos jovens em risco, (desenvolvemos parcerias internacionais e conhecemos projetos nesta área em outros países) a PAJE tomou consciência que não são apenas os milhares de crianças que anualmente passam pelo Sistema de Acolhimento, nem tão pouco as dezenas de milhar que se encontram sinalizadas pelo Sistema de Promoção e Proteção, por sofrerem maus-tratos, negligência e não verem respeitados os Direitos consagrados internacionalmente. O papel da Escola enquanto entidade competente em matéria de infância e juventude, ao nível das considerações teóricas e jurídico-legais e as faces da interação com o Sistema de Promoção e Proteção, confere-lhe particular responsabilidade na mitigação dos riscos associados às crianças e aos jovens. Importa desconstruir a visão generalista - e até redutora - de que a maioria dos alunos com infâncias marcadas pelo trauma não gosta da escola, atendendo às relações positivas e securizantes que se estabelecem com os profissionais da comunidade escolar. Os alunos têm facilidade em construir uma imagem dos seus professores e a manutenção de uma relação positiva é, por vezes, mediada pela forma adaptativa como estes lidam com os comportamentos disruptivos dos discentes e pelas estratégias relacionais. Este projeto tem como objetivo projetar o papel da escola e dos seus recursos humanos, sensibilizar a comunidade educativa para as consequências das experiências adversas vividas na infância e, atuando numa lógica de prevenção, consciencializar todos os envolvidos para a importância da saúde mental dos jovens, bem como os possíveis comprometimentos ao nível do desenvolvimento. Diversos estudos, um pouco por todo o mundo, confirmaram que as experiências adversas na infância (*ACE - Adverse Childhood Experiences*) - incidentes que causam dano ao nível do funcionamento social, cognitivo e emocional - provocam distúrbios no ambiente de segurança que as crianças e os jovens necessitam para crescer. Os estabelecimentos escolares e educativos, podem constituir-se como espaços securizantes de apoio em situação de especial vulnerabilidade. A comunidade educativa e as iniciativas levadas a cabo de prevenção são fundamentais nestas situações, pois, podem reduzir o risco e aumentar os fatores de proteção das crianças e dos jovens.

Anexo AE – Apresentação do Projeto *Escolas SITI* no Simpósio de EEI, da ESEV



1

PAJE

A PAJE foi criada em 2016 e visa promover a inclusão social e laboral de jovens adultos.

Propõe-se apoiar, orientar e formar jovens e adultos, ajudando na sua autonomia, fomentando transições favoráveis e promovendo a inclusão social, centrando-se em três eixos de intervenção:

- 1) apoiar Ex-acolhidos (jovens adultos que viveram em instituições),
- 2) melhorar o perfil de saída (jovens que ainda estão em acolhimento)
- 3) sensibilizar para a temática (Sociedade Civil, Academia e Decisores Políticos)

Conta com uma equipa multidisciplinar, surgindo da necessidade observada pelos seus profissionais de apoio aos jovens no período pós-acolhimento, onde se evidenciam sinais de fragilidade associados à vida quotidiana.

2

Escolas SITI

SENSIBILIZADAS PARA A IMPORTÂNCIA DO TRAUMA NA INFÂNCIA

Existe, ainda, uma visão difusa de que a maioria dos alunos com infâncias marcadas pelo trauma não gosta da escola.

Mas esta perspetiva pode mesmo ser contraditória, pois há relações positivas e securizantes que se estabelecem com os Recursos Humanos na comunidade escolar.

O grande objetivo deste projeto é desconstruir esta visão redutora e capacitar todos os recursos humanos das escolas para manter uma relação socioemocional positiva e tornar o meio escolar num contexto mais estimulante.



3

É importante **informar**, **mobilizar** e **sensibilizar** os recursos humanos que atuam nas escolas para aspetos como:

1

Promoção dos direitos da criança

2

Identificação de indicadores de risco e perigo - abordagem teórica de maus tratos a crianças

3

Procedimentos a tomar em situações de risco e perigo - regime jurídico aplicável



4

Na sala de aula, o trauma pode traduzir-se em:



- 1 **Ansiedade:** o trauma pode tornar a criança mais reativa a mudanças repentinas/inesperadas. Estas crianças podem, também, surgir como crianças mais retraídas e tímidas ou, até, excessivamente sensíveis.
- 2 **Distração:** o trauma pode dificultar a criança no discernimento do que é (ou não) informação relevante. A criança pode focar-se mais no tom de voz do professor ou no que se passa na sala de aula do que no conteúdo transmitido.
- 3 **Agressividade:** o trauma pode levar a criança a estar num estado de hipervigilância, o que a pode levar a adotar comportamentos agressivos mais rapidamente do que outras crianças.
- 4 **Défice da Linguagem:** o trauma pode dificultar a criança a expressar por palavras as experiências vivenciadas, o que leva a um atraso tanto na linguagem expressiva como na recetiva.
- 5 **Défice das Funções Executivas:** o trauma pode inibir a capacidade de desenvolvimento de ferramentas e capacidades cerebrais necessárias para que a criança consiga planificar, organizar e resolver problemas.

5



Objetivos:

1

Projetar o papel da Escola e dos seus Recursos Humanos - como entidade competente em matéria de infância e juventude, na interação com o Sistema de Promoção e Proteção de crianças e jovens em risco

2

Sensibilizar a comunidade educativa para as consequências das experiências adversas sofridas na infância

3

Atuar numa lógica de prevenção, de forma a consciencializar todos os envolvidos para a importância da saúde mental dos jovens, bem como os possíveis comprometimentos ao nível do desenvolvimento

4

Constatar a importância da proteção de crianças em risco, à luz de modelos multidisciplinares e holísticos; mobilizar para a valorização e promoção do respeito pelos Direitos da Infância

6

Implementação do projeto:

Previsto para arrancar no início do ano letivo, seguindo as etapas: Aprovação do Galardão "Escolas SITI", Estabelecimento de protocolos (Escolas Piloto) + calendarização, Desenvolvimento das atividades e Cerimónia entrega dos Galardões.

1 - Divulgação do selo "Escola SITI" (âmbito, objetivos e implementação) - Em reuniões (Direção, Conselho Geral, Conselho Pedagógico, Conselho de Diretores de Turma, Reuniões de Departamento, etc.) e através de todos os canais de comunicação interna, com os pais/mães/encarregados de educação, entidades da comunidade, com os restantes elementos da comunidade educativa.



7

2 - Sessões de sensibilização (descentralizadas) - Duas Sessões[1] de sensibilização com a duração de 90 minutos cada, destinadas a professores, pessoal não docente, pais/mães/encarregados de educação, entidades, comunidade, dinamizada pela PAJE.

[1] Uma sessão de sensibilização com a duração de 90 minutos, destinada aos alunos maiores de 14 anos, dinamizada pela PAJE.

3 - Plano de Ação (médio/longo prazo) - Complementa as sessões de sensibilização e confere continuidade temporal, através de iniciativas pontuais e/ou criação e dinamização de grupos de partilha, aproveitando as tecnologias de informação e comunicação (Facebook, Blog, Jornal online, etc.).

4 - Cerimónia de atribuição do selo "Escola SITI" - Dependendo da calendarização, aproveitar evento impactante (festa de Natal ou de final de ano ou cerimónia de entrega de prémios, aniversário da Escola/ Agrupamento...) para galardoar com o "Selo Escola SITI", recordando a atividade desenvolvida e a desenvolver.



8

A PAJE criou o Galardão "Escolas SITI", entregue aos estabelecimentos de educação e ensino que aderirem ao projeto:



9



1

O projeto teve início em setembro de 2021, tendo sido entregue o primeiro Galardão em julho de 2022.


2

Foi implementado em 4 Agrupamentos Escolares da região centro

10



11



Miguel Rodrigues
14.05.2024

- 1

Jovens com vivência familiar sem sobressaltos - 10% não completaram o ensino secundário;

Jovens que cresceram num ambiente de violência doméstica - 44% não terminaram o ensino secundário.
- 2

Mais insatisfeitos com a vida, assumem um predomínio em dimensões como:

 - violência
 - distúrbios mentais
 - consumos ou mau desempenho
 - bullying ou ilícitos criminais em ambiente escolar
 - abandono escolar ou retenções frequentes
 - consumo de álcool ou drogas
 - dependência de jogos online
- 3

A probabilidade de os filhos da violência doméstica se envolverem em crimes é 48 vezes superior.

12

Acreditamos que...



1

Os estabelecimentos escolares e educativos, através da sensibilização dos seus recursos humanos, podem constituir-se como espaços de apoio para as crianças e os jovens em situação de vulnerabilidade.

2

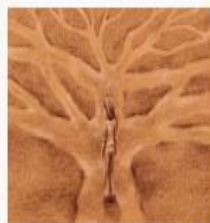
A comunidade educativa e as iniciativas levadas a cabo na prevenção são fundamentais nestas situações, pois, podem reduzir o risco e aumentar os fatores de proteção das crianças e dos jovens.

13

Porque...

“O que se passa na infância, não fica na infância”.

João Pedro Gaspar



14

Contactos

✉ geral@paje.pt

🌐 paje.pt

📞 913 142 204

📍 Alameda da Feira,
3045-382 S. Martinho do Bispo



15



16

Anexo AF – Apresentação do livro “O que se passa na infância fica na infância”

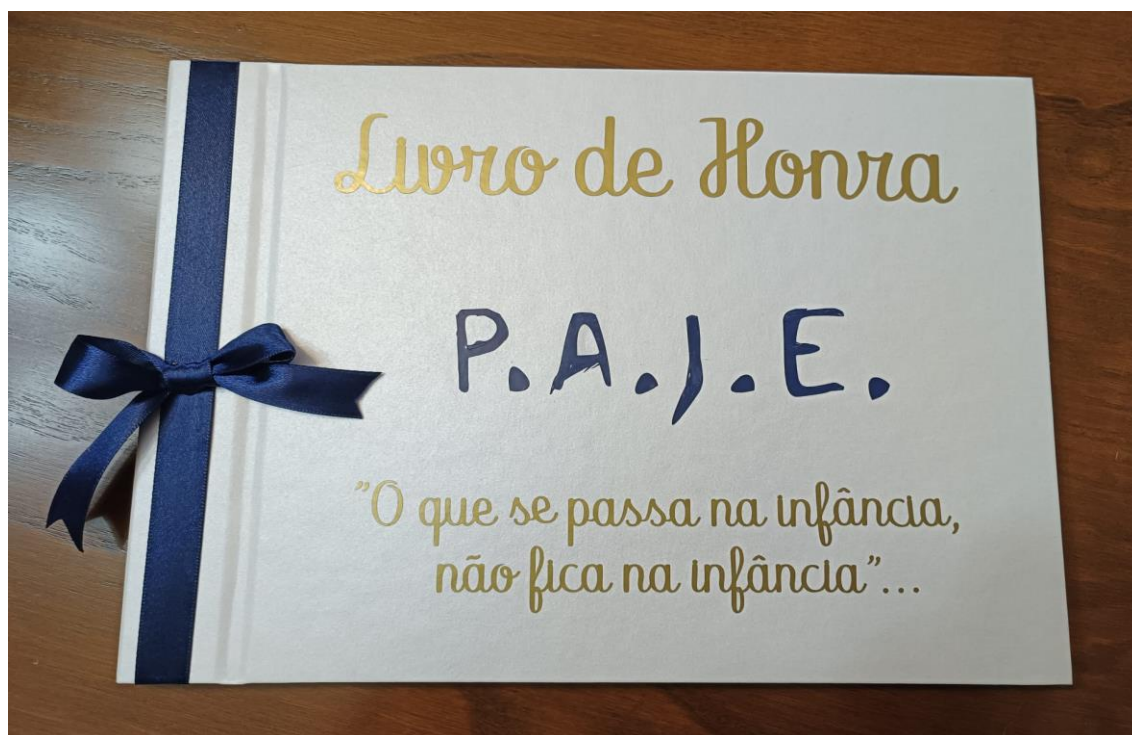


Anexo AG – Listagem dos CAFAP em Portugal

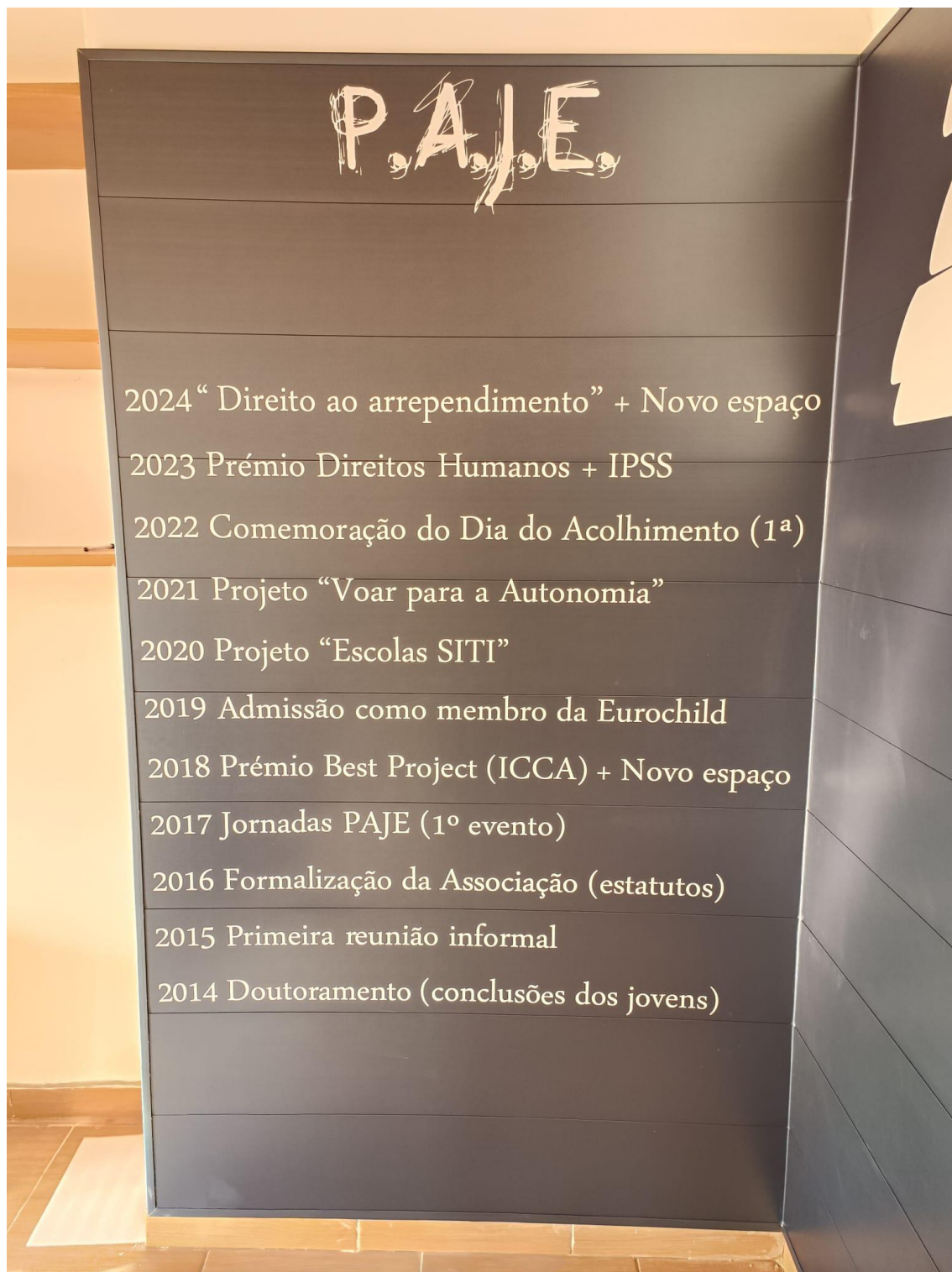
Área Geográfica	Resposta Social	Contacto e-mail
Aveiro	Centro de Apoio Familiar Pinto Canvalho	psm@centrodereativaib.org
	Bela Vista - Centro de Educação Integrada	psm@belavista.pt
	AGE - Associação de Solidariedade Estremadura	age-sona@fapso.pt
	Jardim de Infância "Lápis e Cor"	psm@jardim@fapso.pt
	Centro Comunitário de Esmoriz	psm@esmoriz.pt
	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (Murtoza)	cafo@mbnicedo@murtoza.pt
	Edifício do Jardim	cafo@vercru@casaveracruz.pt
Beja	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental "Sou Casas..."	psm@cafamil.com
	Obras do Frei Gil - CAFAP Quinta do Ribeiro	cafo_lobo@brodradrai.pt
Braga	Associação Sementes de Vida	samentesdevida@gmail.com
Coimbra	Mundos de Vida - Associação para a Educação e Solidariedade	mvdosvidas@mundosdevida.pt
	Centro Social da Paróquia de Anzanelo	psm@ccp-anzanelo.pt
	Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais	adcl@adcl.org.pt
	Equipamento Social do Centro Social e Cultural São Pedro do Bairro	psm@centrosocialbairro.com
	Equipamento Social do Centro Juvenil de São José	psm@ccj@ccj.pt
	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental - Associação Famílias	cafo_afamilias@gmail.com
Évora	Espaço Adolecens	psm@evolecens.pt
	Serviço de Intervenção Precoce na Infância Cardimor	siervi@cardimor@gmail.com
Faro	Oficina Comunitária Hortas Vivas	jms@ocvivas@mvocvivas.org
	O Castelo de Soutos (Associação) CAFAP	cafo@castelos@gmail.com
	Centro de Acolhimento Temporário - Proteção à Rapariga	protecao@rapariga@gmail.com
	Espaço TM - CONTACTO	procedencia@tmclubdeira.com
Guarda	Aldela dos Sonhos SOS - Guarda	jos.guarda@aldela-sos.org
Leiria	Centro de Apoio e Aconselhamento Parental (Marinha Grande)	cafomg@gmail.com
	CAFAP Vida Nova	cafo@vidanova.pt
Lisboa	MDV - CAFAP Lisboa	carmelkadino@mdvvida.pt
	Centro Doutor João dos Santos - Casa da Praia	psm@casadapraia.org
	Centro de Promoção Social da Alta de Lisboa	psm@alta@lisboa.gov.pt
	Associação de Apoio a Doentes Depressivos e Bipolares - Sede Nacional	cafo@adabp.pt
	Fundação "O Sáclulo"	fundacao@rosario.pt
	Equipa de Apoio à Família 5	carla.antonio@psm.pt
	Centro Social e Paróquia da Póvoa de São Adrião	psm@psm@gmail.com
	Passo a Passo com a Criança e a Família - Associação de Ajuda Psicossocial - CAFAP Lisboa-Tejo	lilboa@passocomsos.org
	Equipa de Apoio à Família 9	
	Equipa de Apoio à Família 10	
	Equipa de Apoio à Família 11	
	Equipa de Apoio à Família 14	flavin.dias@psm.pt
	Passo a Passo com a Criança e a Família - Associação de Ajuda Psicossocial - Núcleo de Sintra	passocomsos@sintra@psm.pt
	Centro Comunitário Senhora da Boa Nova	psm@centrobn.pt
	Equipa de Apoio à Família 7	carla.antonio@psm.pt
	Equipa de Apoio à Família 3	carla.antonio@psm.pt
	Projeto Trapos e Trajetos	psm@traposetrajeto.org
	O Ninho de Jovens	psm@ninho@molhobolivicultura.pt
	Equipa de Apoio à Família 1	
	Equipa de Apoio à Família 2	
	Equipa de Apoio à Família 13	
	Equipa de Apoio à Família 12	
	Equipa de Apoio à Família 4	
	Equipa de Apoio à Família 16	
	Equipa de Apoio à Família 15	
	Equipa de Apoio à Família 8	carla.antonio@psm.pt
	PROSLEY RIDGE - Associação de Solidariedade Social	psm@prosleyridge.pt
COMUNICATIS - Associação para a Promoção da Dignidade Humana - Delegação Ericeira	psm@comunicatis.org	
CAFAP - Centro de Apoio e Aconselhamento Parental (Linha de Freguesias de Carnaxide e Queluz)	psm@psm.com	
CID Santa Clara - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)	psm@cidscclara.org	
Centro de Apoio Familiar SOS de Oeiras	psm@oerias@lisboa-sos.org	
Fundação AJU - Jardim de Usares	psm@aju@gmail.com	
INTERAGIR - Associação para a Inclusão Social - SEDE	psm@interagir.org	
MDV - CAFAP Sintra	psm@mdv@mdvvida.pt	
MDV - Movimento ao Serviço da Vida	psm@movimentoaovida.pt	
Portalegre	CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental da CVP de Portalegre	afcp@cpv.cafap@cpvportalegre.org
Porto	Centro Social da Sa. Onofre do Porto - Equipamento Social Arménia	psm@saonofre@gmail.com
	Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades, C.R.L.	psm@cooperativa.pt
	Equipamento Social Associação de Solidariedade Social O TECTO	psm@oTECTO.org
	Centro Social de São Tomé	psm@saotome.gov.pt
	Aldela de Crianças SOS de Gulpilhares	psm@aldela@lisboa-sos.org
	Centro Social S. Martinho de Soalhães	psm@socialismosocial@psm.com
	Centro de Atividades de Tempos Livres da Azinha	psm@azinha@gmail.com
	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental Saber para Criar	psm@saberpara.com
	Qualificar para Incluir - Associação de Solidariedade Social	psm@qualificar.pt
	ADICE - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	psm@adice.pt
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental Criar em Família	psm@criar.com	
AFAGD - Delegação da Cruz Vermelha da Póvoa do Varzim	psm@afagd@gmail.com	
CAFAP Gondomar	cafo.g@mdvvida.pt	

	SEDE	geral@colmaior.org
Santarém	Equipamento Social Centro de Reabilitação e Integração de Famílias do Zibore	geral@vrtf.pt
	CAFPT – Centro Apoio Familiar e Aconselhamento Parental Torrejano	admin@ort.pt
	Centro de Apoio Familiar SOS de Rio Maior	calp@colmaior.org
	Clube Paroquial de Coruche – Clube	geral@clubecoruche.pt
	Centro Apoio Familiar e Aconselhamento Parental - União de freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alfamares	calp@associacaovidas.org
Setúbal	Instituto dos Ferrovários	inst.ferrv@psn.pt
	NÓS – Associação de Pais e Técnicos para a Integração do Deficiente	geral@sos.org.pt
	Quartel de Equilíbrio – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	calp.qe@gmail.com
	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental O PAROL	calp.parol@marinodasolras.org
	CAFAP COMVIDA – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	calp.com@gmail.com
	CAFAP Almada	calp.a.alfred@ca.pt
	CAFAP (Torreão)	
	Centro Infantil "A Conchinha"	coord_socio@hinetmail.com
	ABRIGO – Associação Portuguesa de Apoio à Criança	geral@abrigo.pt
	Fundação Santa Rafaela Maria	geral@fundacaosantarafaela.org
A Voz do Amor	vozdoamor2000@gmail.com	
Viana do Castelo	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	geral@caf.pt
Viseu	COMDIGNITATE – Associação Portuguesa para a Promoção da Dignidade Humana – Delegação Momenta de Balse	geral@comdignitate.org

Anexo AH – Livro de Honra da PAJE



Anexo AI – Decoração do novo espaço da PAJE



Anexo AJ – Inauguração oficial do novo espaço da PAJE



Politécnico de Coimbra - IPC

3 de abril · 🌐



Foi ontem inaugurada a sede da [Plataforma PAJE - Apoio a Jovens Ex-acolhidos](#), no espaço cedido pelo Politécnico de Coimbra, localizado no Campus da [Escola Superior Agrária de Coimbra \(ESAC - IPC\)](#).

A P.A.J.E. é uma associação sem fins lucrativos, cuja missão social é orientar, apoiar e formar jovens com vivência de acolhimento residencial, promovendo uma autonomização bem-sucedida, a inclusão social e transições favoráveis, nomeadamente para a vida ativa e para o mercado de trabalho.

Jorge Conde, Presidente do IPC, afirma que "com a cedência deste espaço à PAJE, o Politécnico de Coimbra quer contribuir para uma missão importante de solidariedade e cumprir o seu papel de responsabilidade social enquanto instituição de ensino superior".



Anexo AK – Fotos tiradas com a moldura de Natal no Jantar Solidário de Natal da PAJE



Anexo AL – Roll up da PAJE



Anexo AM – Hino da PAJE – “A decisão é minha”

A decisão é minha

*Hoje pus o pé na estrada
E não sei pra onde ir
Eu nem sequer sei decidir
O que hei de fazer, mal ou bem*

*Há tantas portas abertas
E eu não sei escolher
Eu nem sequer sei entender
Quem dera encontrar alguém*

*Mas qualquer coisa me diz
Que eu não estou sozinho
Diz-me se eu for por aqui
Há de haver caminho*

*PAJE é o que é
É sempre alguém que ao meu lado caminha
O destino pode destinar,
Mas a decisão é minha*

*Tantos abraços abrigo
Que eu fui encontrar
Eu vi o futuro a chegar
Alguém que parou pra me ouvir*

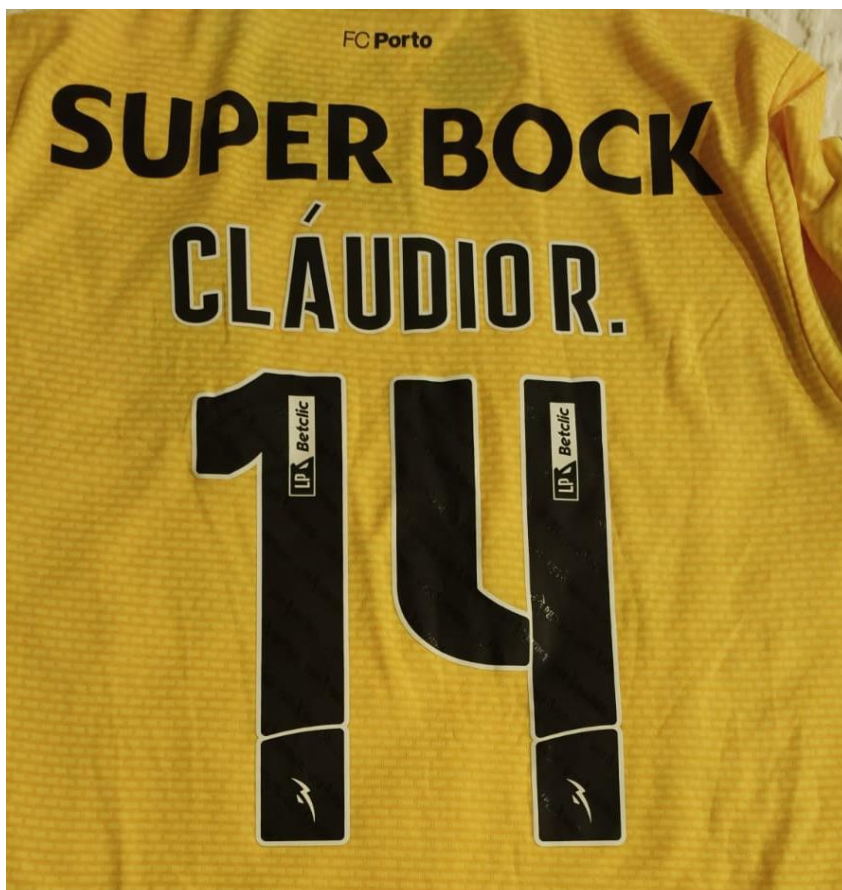
*Tantas conversas de nada
Com muito a dizer
O importante é eu saber
Que alguém me ajuda a perseguir*

*Olho pra trás a sorrir
E está bem presente
Houve alguém que me ensinou
A olhar pra a frente*

*PAJE é o que é
É sempre alguém que ao meu lado caminha
O destino pode destinar,
Mas a decisão é minha*

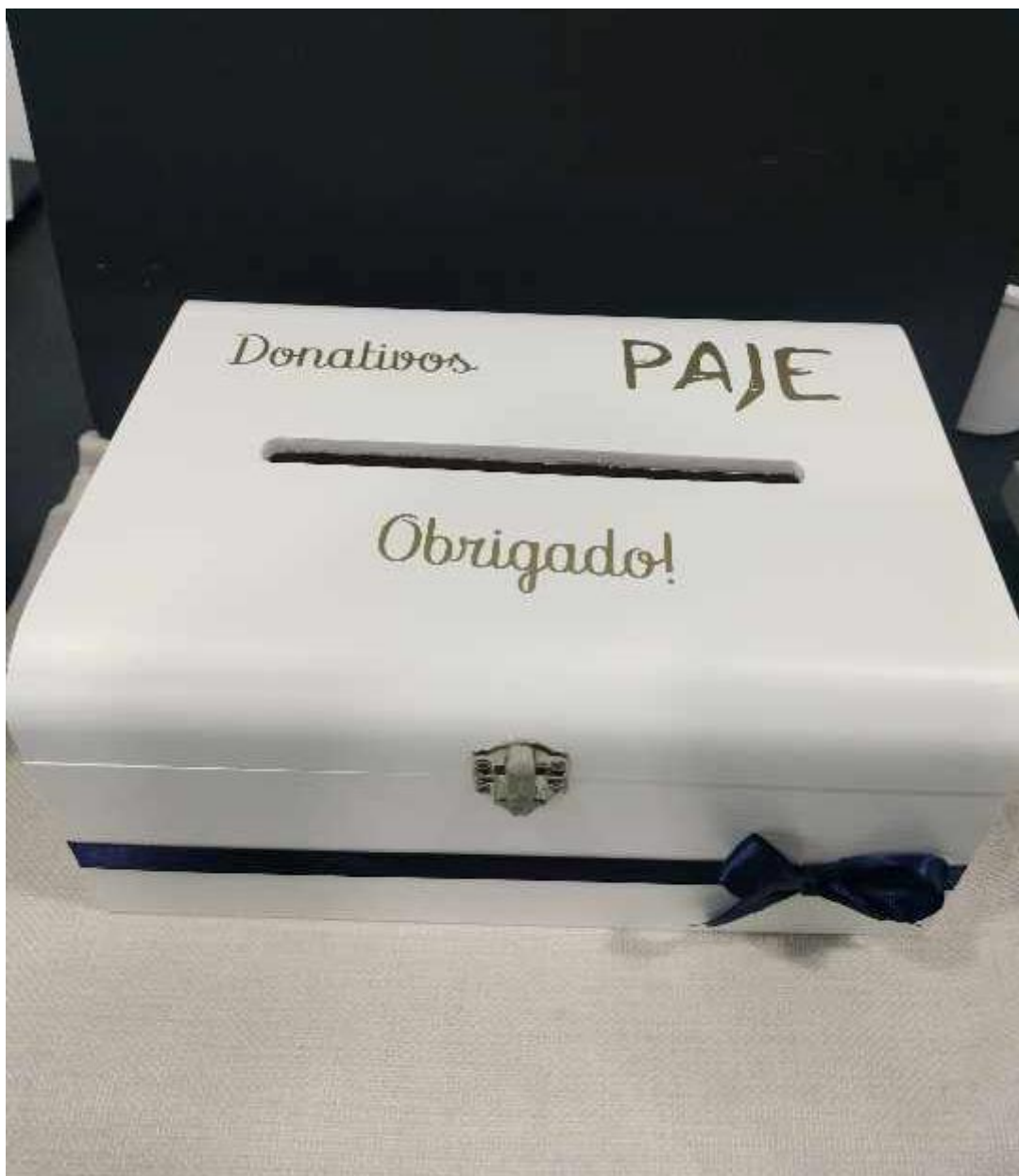
Sebastião Antunes, 2024

Anexo AN – Camisola autografada e oferecida por Cláudio Ramos do FCP





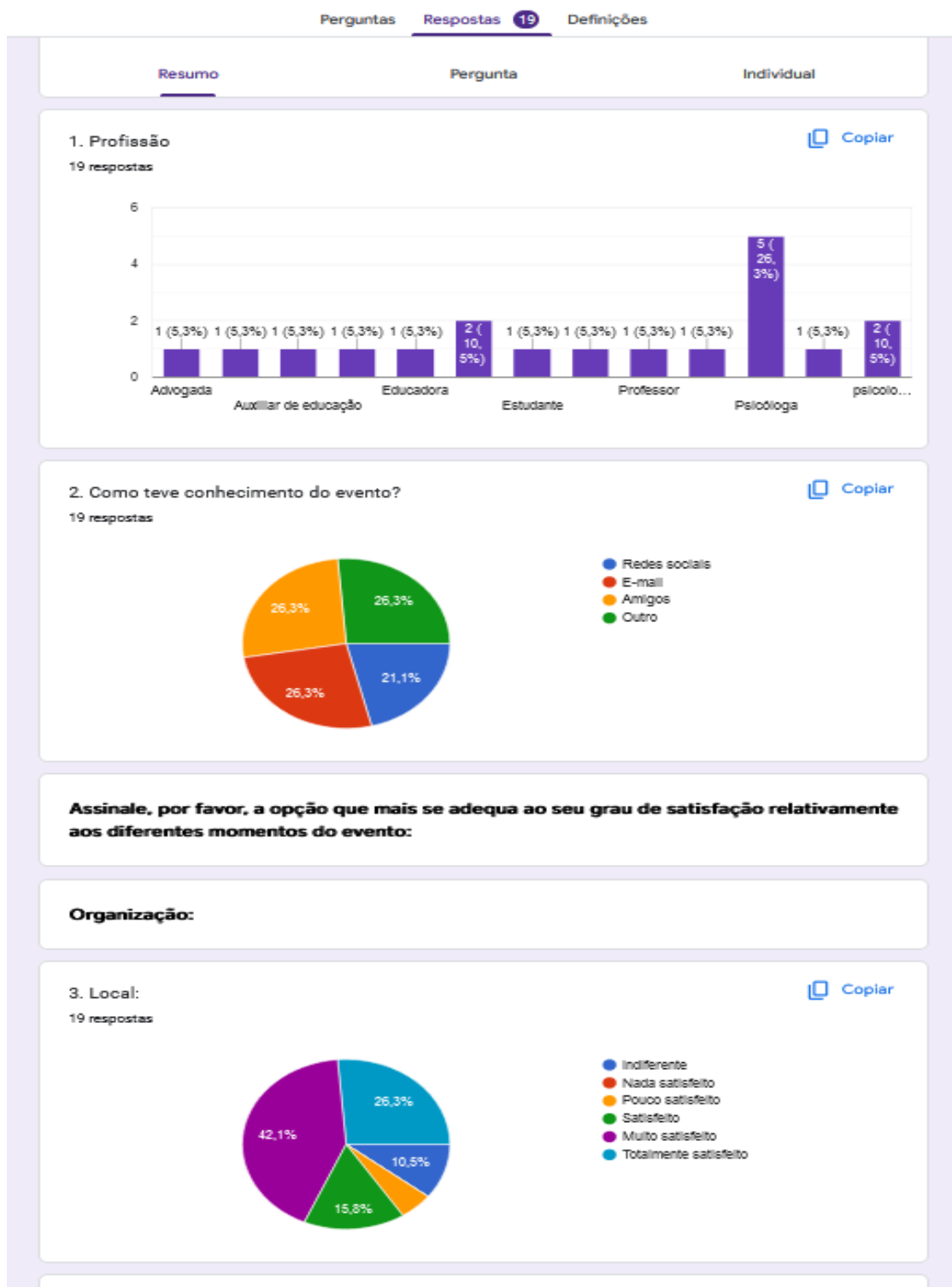
Anexo AO – Caixa de donativos



Anexo AP – Publicação nas redes sociais



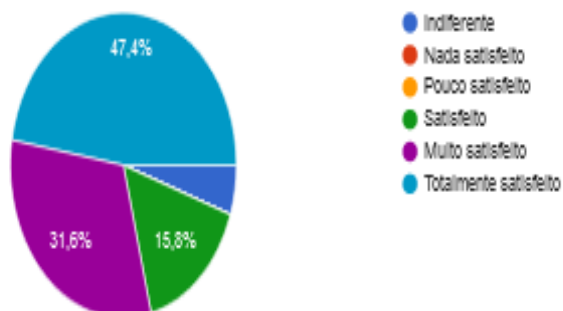
Anexo AQ - Respostas ao questionário de satisfação relativo à Comemoração do Dia do Acolhimento



4. Recepção aos participantes:

 Copiar

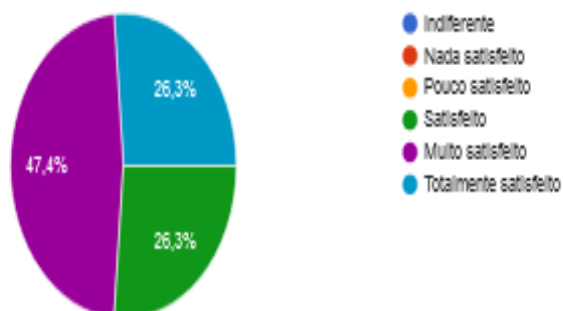
19 respostas



5. Duração do evento:

 Copiar

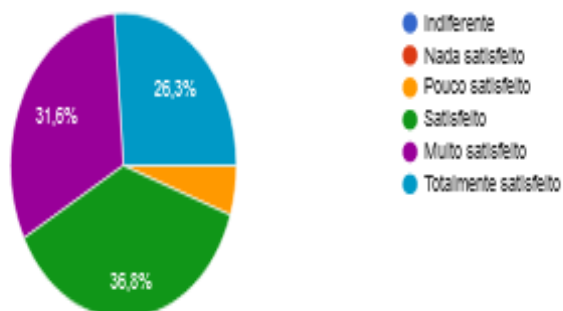
19 respostas



6. Duração de cada intervenção

 Copiar

19 respostas

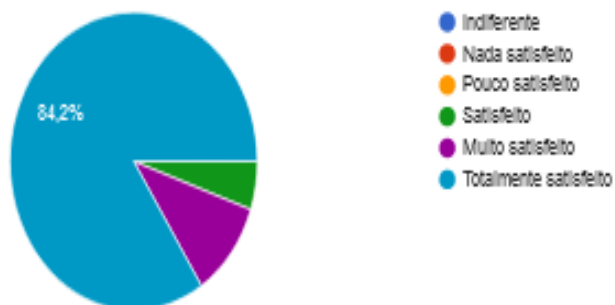


Comunicações:

7. Intervenção do Dr. Paulo Guerra:

 Copiar

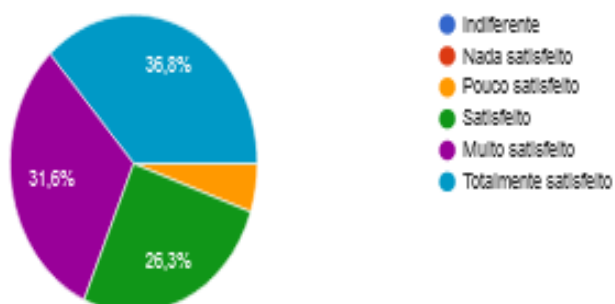
19 respostas



8. Mesa redonda com Famílias de Acolhimento:

 Copiar

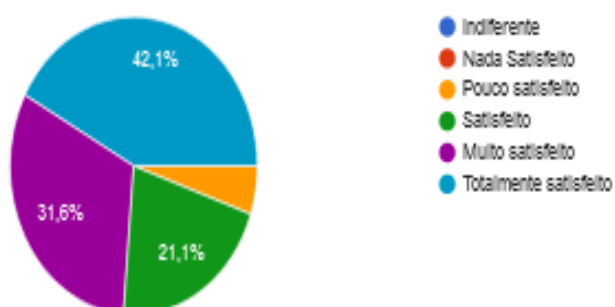
19 respostas



9. Mesa redonda com Jovens:

 Copiar

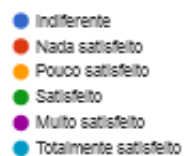
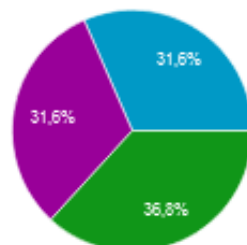
19 respostas



10. Intervenção do Dr. Hélio Ferreira:

[Copiar](#)

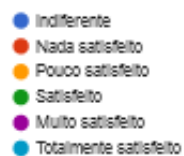
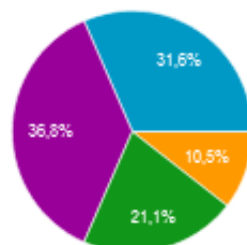
19 respostas



11. Mesa redonda com Cuidadores:

[Copiar](#)

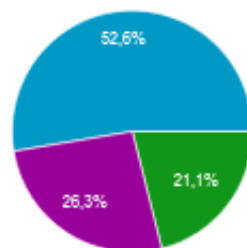
19 respostas



12. Intervenção do Dr. Rui Godinho:

[Copiar](#)

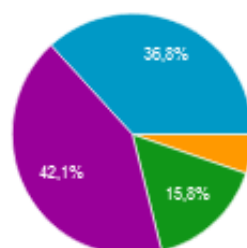
19 respostas



13. Intervenção da Dra. Paula Correia:

[Copiar](#)

19 respostas



Ajude-nos a melhorar!

14. Observações que considere pertinentes:

19 respostas

As questões mais burocráticas terem uma abordagem não tão maçadora.

Não tenho

Há algo em que penso: O concerta esteve esgotado no mercado, tal é a quantidade de medicação que as crianças tomam, institucionalizadas ou não! É esta a nova forma de conter, educar e impor limites às crianças? Daqui por algum tempo estamos a falar de maus tratos químicos destas décadas? Que implicações isto vai ter em termos de saúde no futuro? Acho muito importante o objetivo da PAJE, será a nova lei capaz de tratar este problema a montante? Que condições tem quem trabalha no dia a dia com estas crianças para lhes proporcionar o melhor acompanhamento possível? Será viver ou sobreviver?

Dada a pertinência dos temas em debate, este tipo de incitativas deveria repetir-se mais vezes ao longo do ano

Dar mais tempo aos cuidadores e maior diversidade neste campo de convidados

Mais trabalho no activo para verem melhor as coisas irem ver como é realmente na vida real nao so os números chegam la

15. Sugestões para próximos eventos:

19 respostas

Cuidadores, jovens e equipas técnicas, de diferentes casas, falando sobre as diferentes experiências e as mudanças que se vão verificando ao longo dos anos, a nível de intervenção.

Não tenho

Quem cria leis tem noção do dia a dia?

Saúde Mental - Programas de Intervenção no domínio do Acolhimento e da Autonomia de Vida

Encontro/seminário com Direções executivas

Sobre os cuidadores estado emocional e acompanhamento saúde mental ajudar mais

Casos práticos de sucesso, mais testemunhos de cuidadores, mais experiências

Organizar o evento em dois dias com outros olhares complementares no sistema de promoção e proteção

Organização por temas específicos. com mais tempo de intervenção. debate e aprofundamento dos temas

Gratos pela sua colaboração!

Ajude-nos a melhorar!

14. Observações que considere pertinentes:

19 respostas

Dada a pertinência dos temas em debate, este tipo de incitativas deveria repetir-se mais vezes ao longo do ano

Dar mais tempo aos cuidadores e maior diversidade neste campo de convidados

Mais trabalho no activo para verem melhor as coisas irem ver como é realmente na vida real nao so os números chegam la

Na mesa redonda dos cuidadores explicarem as práticas que usam para criar um vínculo seguro. Num próximo evento como este, dar importância ao cuidador Filipe Domingues, uma vez que tem 19 anos de experiência e poderia ser uma mais valia para outros colegas que tem a mesma experiência.

Mais uma excelente iniciativa da PAJE e do seu mentor e amigo João Pedro Gaspar

Tempo de intervenções muito encurtado e pouco espaço para debate.

Continuem o bom trabalho

Os momentos culturais são importantes

15. Sugestões para próximos eventos:

19 respostas

Organizar o evento em dois dias com outros olhares complementares no sistema de promoção e proteção

Organização por temas específicos, com mais tempo de intervenção, debate e aprofundamento dos temas

Comportamentos desviantes

Trazer mais jovens para dar testemunho

O mesmo que efetuado anteriormente

nada a registar

-

Algumas dinâmicas de grupo

Ser realizado noutra cidade

Gratos pela sua colaboração!

Ajude-nos a melhorar!

14. Observações que considere pertinentes:

19 respostas

Explorar melhor os testemunhos das mesas redondas

nada a registar

Muito interessante!

Maior partilha das experiências de cada Casa de Acolhimento

Sermos mais valorizados perante a sociedade

Senti que durante esta comemoração permitiu "parar para refletir" e partilhar as vivências/experiências, do lado de quem cuida, do lado de quem é cuidado e ensinado a cuidar de si próprio, e da interação de ambos. Parabéns pela comemoração do Dia do acolhimento, por todos os conteúdos abordados nesse e pela forma como foram expostos e/ou debatidos.

Nada a apontar

Grau de satisfação elevado - excelente iniciativa

15. Sugestões para próximos eventos:

19 respostas

Trazer mais jovens para dar testemunho

O mesmo que efetuado anteriormente

nada a registar

-

Algumas dinâmicas de grupo

Ser realizado noutra cidade

Boa continuação.

Nada a apontar

Intervenção de outros intervenientes no sistema de proteção

Gratos pela sua colaboração!